

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IGOR DALLA VECCHIA

ATIVISMO DE BAIRRO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O CASO DO JARDIM
UNIVERSITÁRIO - VIAMÃO/RS EM XEQUE

PORTO ALEGRE
SETEMBRO DE 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

IGOR DALLA VECCHIA

ATIVISMO DE BAIRRO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O CASO DO JARDIM
UNIVERSITÁRIO - VIAMÃO/RS EM XEQUE

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cláudia Luísa Zeferino Pires.

ORIENTADORA: CLÁUDIA LUÍSA ZEFERINO PIRES

PORTO ALEGRE
SETEMBRO DE 2017

IGOR DALLA VECCHIA

ATIVISMO DE BAIRRO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O CASO DO JARDIM
UNIVERSITÁRIO – VIAMÃO/RS EM XEQUE

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cláudia Luísa Zeferino Pires.

Banca de Avaliadores e Avaliadora:

Prof. Dr.^a. Cláudia Luísa Zeferino Pires da UFRGS - orientadora

Prof. Dr. Nelson Rego da UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Câmara Argenta da UFRGS

Prof. Dr. Andreelino Campos da UERJ

Aos que constroem Autonomia, em especial,
moradores, estudantes e militantes que
participaram desta experiência e estudantes
secundaristas que neste ano renovaram
as forças organizativas da sociedade.
Vocês todos são minhas inspirações!

das coisas
que eu fiz a metro
todos saberão
quantos quilômetros
são

aquelas
em centímetros
sentimentos mínimos
ímpetos infinitos
não?
Paulo Leminski (1983)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à família pelo apoio que me foi ofertado durante a trajetória não só desta pesquisa, mas também no curso da experiência de organização comunitária que será o campo de estudo nesta dissertação. Sem as condições de afeto e tranquilidade oportunizadas pelos meus pais e meus dois irmãos nada seria possível. Genessi, Milton, Iuri e Ian, vocês são minha base emocional e intelectual e sou muito feliz por pertencer a uma família como a nossa.

Também sou grato ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS pela oportunidade de desenvolver meu trabalho ao longo desses dois anos e meio. Em especial, minha profunda gratidão à professora e amiga Cláudia Pires, que tanto soube sensivelmente conduzir-me no caminhar do fazer/pensar/estar em Geografia. Dos docentes, fica aqui o registro das orientações suplementares realizadas pelo professor e também amigo Nelson Rego, em geral acompanhados pela Isabel Perez e a cachorra Fifa, pelas ruas do bairro Cidade Baixa. Nosso convívio de orientação com certeza transbordou a produção dessa dissertação e já faz parte de algo muito maior em minha vida.

Aos moradores e moradoras ligados à AAMJU, estudantes do EMVA e militantes do Levante Popular da Juventude (LPJ), que passaram pela experiência que será descrita e analisada nesta dissertação, meu “muito obrigado” acompanhado de um fraterno abraço. Tudo que aconteceu foi porque vocês se colocaram em movimento e ultrapassaram limites, os quais eu jamais faria sozinho. Da mesma forma que os docentes do Programa, vocês foram meus professores, ensinaram-me muito sobre o quanto é necessário ter humildade para contribuir com outras formas de se posicionar no Espaço. O título de mestre é compartilhado com igual peso a cada um de vocês.

Aos colegas da Escola Estadual Padre Reus e aos estudantes secundaristas com os quais convivi durante esse um ano e meio de docência na educação básica pública. Vocês, tanto intelectualmente como politicamente, ensinaram-me muito. Continuamos lutando pelo ensino de qualidade e emancipador, pois acreditamos que nosso giz é mais forte que a “caneta” deles.

Por último, fica aqui o registro de agradecimentos, em particular, para algumas pessoas que acompanharam mais epidermicamente todo o processo, desde a atuação política no ativismo de bairro, chegando até momento de produção da dissertação. Bruna, Laurence, Lívia, Sofia e Miguel foram ótimas companhias durante a escrita e me auxiliaram muito na

manutenção da concentração para desenvolver o trabalho. Isabel, além de companheira, também nos momentos de escrita, foi a pessoa que, em diversas dimensões da vida cotidiana, apoiou-me para que chegasse ao fim. Andressa, com quem mais compactuei o sentido desta experiência, fica aqui não só um agradecimento profundo e sincero, mas também um pedido de desculpas pelo desgaste causado – sei que não foi fácil. Desejo-te toda a sorte nas outras escalas de atuação que estão por vir e que permita se abrir e mostrar ao mundo as belezas contidas no teu ser.

Quaisquer outras pessoas que tenham contribuído direta ou indiretamente para a produção desta dissertação sintam-se imensamente agradecidos e abraçados por mim no momento desta leitura.

Primavera de 2016

RESUMO

A dissertação que se apresenta é uma investigação realizada a partir da experiência de ativismo de bairro desenvolvida entre os anos de 2012 e 2014 no bairro Jardim Universitário, em Viamão – RS. A experiência foi construída na relação entre moradores, estudantes acadêmicos e militantes de organizações sociais que primaram pela produção do espaço a partir da concepção dos próprios sujeitos que vivem no bairro. Esta proposta diverge da lógica de produção do espaço gerenciada pelo Estado ou pelo setor privado que, em geral, produzem intervenções na perspectiva tecnocrática, negligenciando os interesses dos sujeitos que possuem acúmulo de vivências em determinado espaço. Com este pressuposto, colocamos em movimento o seguinte questionamento: “*como a produção do espaço é condicionado e condicionante dos sujeitos que o vivenciam?*”. Pela ótica teórica de Henri Lefebvre com a Produção do Espaço e de Cornelius Castoriadis, com o Projeto de Autonomia, além de um referencial conceitual composto por autores de matrizes afins, objetivamos sistematizar e refletir a produção do espaço originária de relações sociais inspiradas na geração de autonomia. Metodologicamente, a pesquisa é organizada em uma parte descritiva, que serve de base para o diálogo entre o discurso dos sujeitos que participaram da experiência e o referencial teórico e conceitual. A Geografia como uma ciência do pensar-fazer epistêmico e político dos sujeitos na transformação do espaço e de suas relações sociais.

Palavras-chave: Produção do Espaço. Ativismo de Bairro. Geografia. Jardim Universitário – Viamão/RS.

ABSTRACT

The presented dissertation is based on an investigation performed since an experience of neighbourhood activism developed between 2012 and 2014 in the Jardim Universitário district, part of Viamão city - RS. The experience was built over the relations among the dwellers, the academic students and militant members of social organizations, which aimed to achieve a production of space established according the concepts of the own dwellers of the district. This proposal diverges from the management applied by the governmental logic for the production of space or by the private sectors that, in general, produce interventions under a technocratic point of view and that neglects the individual ambitions of those who have accumulated experiences in an specific space. According to this assumption, the following query emerges: "How is the production of space a conditioner and it is conditioned by the individuals that experience that?". Regarding to the theoretical perspective of Henri Lefebvre with the concept of Production of Space, and the Project of Autonomy, developed by Cornelius Castoriadis, it is aimed to systematize and to reflect the production of space that is generated by social relations inspired by the production of autonomy. Methodologically, this research is organized with a descriptive section that bases the dialogue between the individuals' speech that took part in the Jardim Universitário experience and the conceptual and theoretical references of this work. The Geography, as a science, belongs to the epistemic and politic "thinking-making" of the individuals in the transforming process of space and about their social relations.

Keywords: Production of Space. Neighbourhood activism. Geography. Jardim Universitário – Viamão/RS.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE TABELAS E QUADROS	13
LISTA DE ABREVIACÕES.....	14
APRESENTAÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	18
1. Introdução	18
2. Problema de Pesquisa	20
3. Referenciais Teóricos e Conceituais	33
3.1 Projeto de Autonomia.....	37
3.2 Produção do Espaço	44
3.3 Referencial conceitual	52
4. O caminhar do pesquisador e do ativista com a pesquisa	61
4.1 As atribuições do pesquisador e do ativista	62
4.2 Metodologia	65
4.3 Procedimentos metodológicos.....	68
CAPÍTULO 2	73
1. Introdução.....	73
2. A Passagem.....	73
3. Constituição da AAMJU e a Primeira Reforma da Sede	81
4. A Construção da Escadaria	90
5. Projeto dos Jovens.....	112
6. Ainda sobre 2013	132
CAPÍTULO 3	139
1. Características dos Grupos de Discussão.....	139
2. Análise em si – Períodos da experiência.....	143
2.1 A Passagem	143
2.2 Constituição da AAMJU e Primeira Reforma da Sede	151
2.3 A Construção da Escadaria	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelos de organização espacial de salas de aula escolar.	17
Figura 2 - Mapa do Jardim Universitário, Viamão – RS.....	20
Figura 3 - Capa do Caderno de Vestibular da UFRGS no ano de 2011.....	76
Figura 4 - Registros do Seminário “A periferia e a Universidade”.....	77
Figura 5 - Atividades Comunitárias.....	83
Figura 6 - Oficinas realizadas na Escola Anita Garibaldi.	85
Figura 7 - Atividades da Disciplina Organização e Gestão Territorial.	87
Figura 8 - Mutirões da primeira reforma da sede	89
Figura 9 - Inauguração da sede da AAMJU.	90
Figura 10 - Primeira Reunião na Rua Sete Povos.	93
Figura 11 - Mutirão do dia 27 de Julho.	97
Figura 12 - Oficina de Projetação.....	101
Figura 13 - Apresentação da proposta da escadaria em assembleia.	103
Figura 14 - Mutirões da Construção da Escadaria.....	108
Figura 15 - Transformação do Barranco-do-quebra-pé para a escadaria.	111
Figura 16 - Oficina “Refletindo com o educando sobre/no espaço escolar”.....	117
Figura 17 - Oficinas de Estêncil na sede da AAMJU.....	120
Figura 18 - Oficinas de Cartografia e debate na sede da AAMJU.	123
Figura 19 - Atividade de Muralismos.....	125
Figura 20 - Levantamento Técnico, Oficina de Projetação e Assembleia.....	130
Figura 21 - Imagens do Dia de atividades com os jovens.	132
Figura 22 - Saída de Campo do II GEER.	134
Figura 23 - Participação do Jardim Universitário no NEGA +10.	137

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Dimensões e condições de produção da pergunta de pesquisa na pré-análise	26
Tabela 1 – Dados dos Grupos de Discussão	133
Tabela 2 – Perfil dos Estudantes Entrevistados	134
Tabela 3 – Perfil dos Moradores Adultos Entrevistados	135
Tabela 4 – Perfil dos Militantes do LPJ Entrevistados	135

LISTA DE ABREVIACÕES

- AAMJU – Associação de Amigos e Moradores do Jardim Universitário
- AGB-PA – Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre
- AMARLE – Associação de Moradores e Amigos da Rua Laurindo e Entorno
- ASSUFRGS – Associação dos Servidores da UFRGS e UFCSPA
- EMAV – Escritório Modelo Albano Volkmer
- EVI – Estágio de Vivência Interdisciplinar
- EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação
- FAG – Federação Anarquista Gaúcha
- FENEA – Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
- GEER – Grupo de Estudos Élisée Reclus
- IFCH – Instituto de Filosofia de Ciências Humanas
- JU – Jardim Universitário
- LPJ – Levante Popular da Juventude
- MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
- NEGA – Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente
- PCF – Partido Comunista Francês
- SENEMAU – Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo
- SUINFRA/UFRGS – Superintendência de Infraestrutura da UFRGS
- UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

APRESENTAÇÃO

Um professor de matemática, do qual o autor teve o privilégio de assistir suas classes durante os últimos anos do Ensino Básico, enfatizava a necessidade de averiguação concreta e material de seus cálculos através do contraponto a uma máxima deveras repetida aos seus alunos e alunas: “*o papel aceita tudo*”. Essa premissa marcou muito minha trajetória, posto que a citação, de tantas vezes enunciada, ganhou importância e significado para mim ao tentar compreender operacionalmente “como” as abstrações - não só restritas ao campo da matemática - materializavam-se no mundo concreto. E vice-versa. Assim sendo, ao começar qualquer resolução de dada equação ou até mesmo uma produção textual, com a página ainda em branco, a sentença fatídica soava no meu interior como um alerta para que a representação em iminência, manifesta através da escrita, não fosse algo dissociado do real. Não se tratava de ser o real em si na representação, mas de representá-lo de tal maneira que não houvesse uma distorção a ponto de descaracterizá-lo.

Uma pesquisa, expressa na forma de dissertação, também pode ter como alerta a máxima outrora propagada pelo professor de matemática. O papel e a caneta são instrumentos de poder e estar ciente das potencialidades e obstáculos de representação da realidade é um trunfo para o pesquisador. Assim, este trabalho trata de representar uma experiência de ativismo de bairro na qual se objetiva valorizar aspectos diretamente relacionados à dimensão espacial - esta muitas vezes apagada ou diminuída em trabalhos acadêmicos nas ditas Ciências Sociais. Como brevíssima demonstração, vamos a dois casos que demonstrem a relevância do espaço para nosso cotidiano.

Difícilmente - e isso se trata apenas de uma especulação hipotética não fundamentada em pesquisa empírica - alguém ao chegar a um atendimento psicoterapêutico denunciará como causa de seus problemas psicológicos a sua relação com o espaço. Pode ser que o “meio” seja um dos conceitos citados, mas logo na sequência, possivelmente, serão apontadas as relações sociais do indivíduo como a razão pela qual sua saúde mental pode estar prejudicada. São as relações sociais do indivíduo que conformam o(s) espaço(s) do qual este existe enquanto consciência no mundo. Interessante, uma vez que na consumação de um processo psicológico como o luto, uma das alternativas sugeridas para quem está buscando superar a perda de um ente próximo é justamente a mudança do espaço de convívio (ou de sua organização) que existia entre esses indivíduos. Dependendo do vínculo interpessoal, da

intersubjetividade construída, é possível que a escala de mudança espacial seja distinta. Móveis e objetos são descartados (principalmente retratos) ou ordenados de outras formas em se tratando de um caso em que o luto é de baixa intensidade. Em outras situações, não raras, é necessário que o indivíduo deixe o espaço e busque se estabelecer em um ambiente totalmente novo, muitas vezes, até outra cidade ou país.

Saindo da esfera do indivíduo, adentramos no coletivo. A organização do espaço, sua produção podem influenciar decisivamente nas relações sociais vigentes entre os sujeitos. Como título de exemplificação, colocamos à baila uma reflexão oriunda do professor de Filosofia Ildo Vilarinho Júnior da escola na qual leciona o presente autor. Segundo o educador, os condicionamentos da organização espacial da sala de aula permitem que haja por parte do professor controle em relação aos alunos. Mais uma vez, observamos uma situação hipotética em que um aluno necessite sair da sala de aula, seja pelo motivo x ou y. Dentro dessa situação há duas possibilidades de disposição dos objetos no espaço. Dependente de cada combinação desses objetos e as relações sociais estimuladas pelos sujeitos, o grau de controle pode ser maior ou, caso haja interesse, atenuado. No modelo A: nesta organização espacial a disposição das classes direcionadas para a parede que contém o quadro e a porta faz com que o aluno que deseje ausentar-se na sala precise passar pela frente do professor, garantindo o controle deste sobre aquele (vide Imagem 1 da Figura 1). No modelo B: na mesma sala, contudo com outra organização espacial, desta vez com as classes de frente para o quadro que está na parede perpendicular à parede em que se localiza a porta, o aluno que se retira do recinto não precisa passar pela frente do professor, atenuando um possível constrangimento do controle do docente (vide Imagem 2 da Figura 1). Outras composições da organização espacial poderiam ainda ser formuladas, como a disposição das classes em círculos, contudo acreditamos que o leitor pôde compreender o quanto o espaço e sua organização podem facilitar ou dificultar que relações sociais, como no exemplo do controle escolar na sala de aula manifestem-se através dos sujeitos.

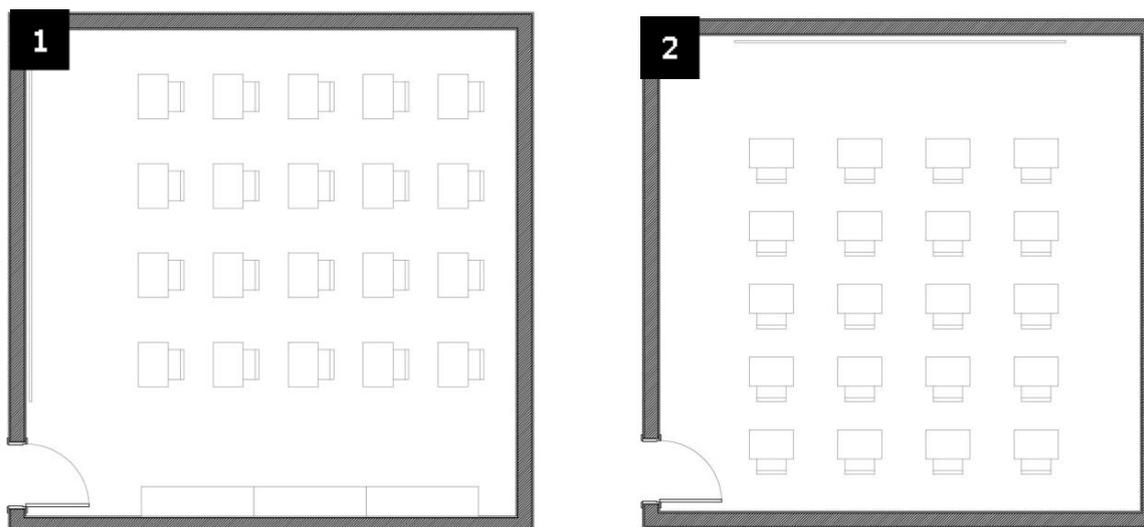


Figura 1 - Modelos de organização espacial de salas de aula escolar.

Imagem 1 – modelo A; **Imagem 2** – modelo B.

Fonte: elaboração de Andressa Lopes Ribeiro.

Após o preâmbulo sobre a importância da dimensão espacial para o condicionamento das relações sociais, anunciamos que esta pesquisa trata-se de uma experiência na qual o autor participou ativamente como sujeito político e epistêmico. Logo, trata-se de dissertar sobre o que se viveu, mas com uma ótica (a busca interpretativa) distinta das intencionalidades que se tinha durante o transcurso da experiência em si. Nesta pesquisa, a íris do autor dá outra coloração à experiência do que ela possuía anteriormente. Nosso ângulo é nutrido por muitos debates que nasceram com a experiência, mas não se resume ou limita a essas. Colocamos em outras questões e reflexões através dos referenciais que nos auxiliaram a compreender o que aconteceu no Jardim Universitário, um bairro limítrofe de Viamão com Porto Alegre, durante os anos de 2012 e 2014. O leitor, por gentileza, sinta-se à vontade para contribuir através de suas críticas.

CAPÍTULO 1

1. Introdução

Se de maneira geral no pós-ditaduras há ondas institucionais na América Latina de governos ora “progressistas” com propostas de distribuição de renda e fortalecimento do Estado, ora de governos de orientação neoliberal que desmontam os serviços públicos em função da livre concorrência do mercado, onde estão sendo armazenados os registros das experiências de reivindicação cotidiana da base da sociedade que se desenvolvem para além dessas marés? Os ativismos de bairro se inserem neste escopo de experiências e nosso objetivo é sistematizar e refletir a respeito de uma experiência que ocorreu num bairro da cidade de Viamão – RS, limítrofe com Porto Alegre – RS, durante os anos de 2012 e 2014.

Temos a compreensão de que ainda se faz necessário investir em reflexões de experiências que desafiavam a divisão social e espacial entre os sujeitos dominantes e dominados – mesmo que tais experiência não logrem romper radicalmente com esta lógica. A importância de nosso estudo está no acúmulo e registro dessas experiências para a sua própria vitalidade das experiências em si, intercâmbio com demais e potencial subsídio para as que virão no horizonte. Na perspectiva da Geografia, há que se colocar em questão a relevância da dimensão espacial como fator indispensável da reflexão sobre tais experiências.

Nossa base teórica parte principalmente da obra de Henri Lefebvre e de seus intérpretes, como o geógrafo Marcelo Lopes de Souza e outros. A sistematização da experiência busca colocar os holofotes na dialética da produção do espaço através do confronto entre as relações sociais e o próprio espaço. O ativismo de bairro, produtor de nova espacialidade no Jardim Universitário através da interação dos sujeitos, mostra-se como uma possibilidade concreta de outra gestão e planejamento de cidade que não esteja inicialmente dependente do Estado ou da iniciativa privada, mas que originariamente nasça da organização política da sociedade civil. Sobre a valorização do espaço e seu inalienável vínculo com as relações sociais, compartilhamos a passagem que segue:

O espaço não somente não é um mero palco para as relações sociais (ativismos sociais, ação coletiva em geral e também o agir individual), pelos condicionamentos que o exerce, como, a rigor, não pode ser considerado como “simplesmente” externo a essas relações. Há um sentido de imanência aí embutido, posto que as relações sociais se fazem não apenas no/sobre o espaço, mas pelo espaço e com referência ao espaço. O condicionamento exercido pela espacialidade, assim, é mais complexo do que se poderia imaginar à primeira vista. Não se trata apenas de uma ideia do tipo “a

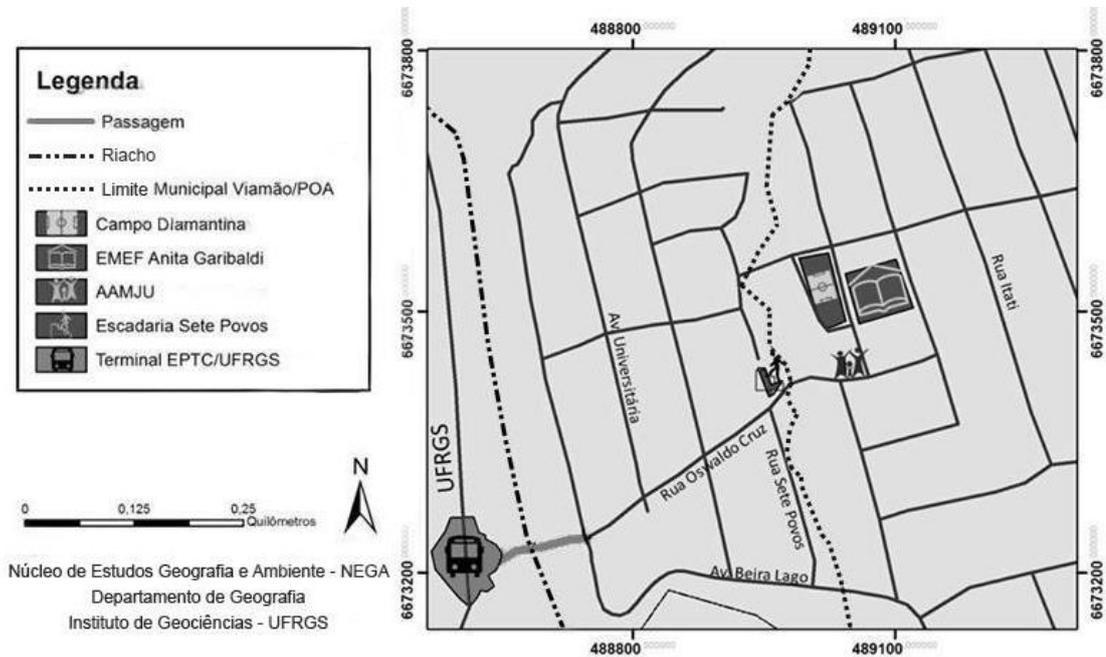
materialidade que aí está, uma vez tendo sido produzida, carrega uma inércia e condiciona as ações posteriores dos indivíduos, restringindo seu leque de opções”. As relações sociais são referenciadas pela materialidade e pelas significações inscritas nessa materialidade e a ela associadas, assim como pelas relações de poder que também têm a materialidade como ponto de referência. Espaço social e relações sociais não são “a mesma coisa”, como os dois lados de uma mesma moeda não são a mesma coisa; contudo, espaço e relações sociais só são plenamente inteligíveis e, principalmente, só se concretizam em meio a uma “integração densa” (para além do truismo de que não há “atores” sem palco, ou seja, não há relações sociais possíveis sem um espaço material). Daí ser um empreendimento vazio de significância pretender mudar as relações sociais sem resignificar/refuncionalizar/reestruturar/controlar o espaço. (SOUZA, 2006, p. 319 [grifo nosso])

A espacialidade da cidade é colocada em projeção através de sujeitos que não necessariamente vivenciam a cidade no seu cotidiano. Seja no espaço central ou na periferia, o profissional imbuído da tecnocracia, esta tida como a superioridade da racionalidade técnica na tomada de decisões, pressupõe com a maior parte da população esteja alienada das transformações sócio-espaciais¹ urbanas. A democracia de verniz participativo, nascida da ótica neoliberal de maior vigilância civil da gestão pública objetivando maior eficiência do Estado, mesmo que com avanços significativos em termos de ganhos reivindicativos que estimulem o aumento da igualdade e justiça social, conforme Souza (2006), ainda precisa ser vista como complemento institucional. A produção do espaço gerada no seio da sociedade civil organizada precisa ser colocada em relevo. É com esta premissa que este trabalho se coloca em curso para apresentar a sistematização de uma experiência de ativismo de bairro.

Como referência para o restante da dissertação, segue um mapa com a localização do Jardim Universitário e as principais atividades desenvolvidas durante o período que será analisado.

¹ Sobre o tempo sócio-espacial: “Ao menos para alguns geógrafos – não há consenso a respeito -, deve ser considerada a possibilidade, por razões teórico-conceituais, de dupla grafia. ‘Socioespacial’, sem hífen, se referiria somente ao espaço social (por exemplo, considerando-o do ângulo do resultado de sua produção em um determinado momento); em contraste, ‘sócio-espacial’ diria respeito às relações sociais e o espaço, simultaneamente (levando em conta a articulação dialética de ambos no contexto da totalidade social, mas preservando a individualidade de cada um)”. (CARLOS, et al., 2011, p.17 [grifo nosso]).

Figura 2 - Mapa do Jardim Universitário, Viamão – RS.



Fonte: elaboração de Isabel Perez e Igor Dalla Vecchia (2015).

Além dessa breve introdução, o capítulo 1, o qual o leitor começa a digerir, está seccionado em mais três partes. Conforme a ordem de apresentação, a próxima tratará das discussões referentes à formação do problema de pesquisa, as condições e dimensões que propiciaram esta dissertação enquanto uma investigação científica; a segunda abrirá o leque das teorias e conceitos utilizados inicialmente com lentes para interpretação da experiência; por última e indispensável será posto no cenário a estratégia e tática metodológica da pesquisa que contarão ainda com breve discussão sobre o papel do pesquisador na sua dupla função enquanto ativista.

2. Problema de Pesquisa

Criar condições para o estabelecimento de um problema de pesquisa é um processo que faz parte tanto do próprio problema como das respostas que a mesma propiciará. Em outras palavras, ter constituído um problema não é um fim que autorize o início do labor de

pesquisa. O florescimento de uma pergunta, ou até mesmo um conflito que não se expresse inicialmente na forma indagada, já veste o(s) sujeito(s) da postura de investigação. A quebra do equilíbrio cognitivo/afetivo/social de explicação da realidade é que altera o ritmo de ser e estar no mundo, movimento no qual produzimos a dúvida. O que buscamos chamar atenção é que a forma como geramos a dúvida faz parte do nosso pesquisar. As condições geradoras do questionamento, na nossa compreensão, são consequências do compromisso epistêmico e posicionamento político de cada pesquisador com seu campo de estudo.

No esforço de balizar o *espírito científico*, Gaston BACHELARD (1996) discute justamente a necessidade de saber formular questões do ponto de vista consciente do fazer científico. Aleatoriedades, por ora, não tem vez. É preciso ser preciso. Autoria tanto individual quanto coletiva da produção de conhecimento requer responsabilidades políticas e epistêmicas e ela começa quando delineamos os aspectos da realidade que buscamos colocar *sub judice*.

O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse *sentido do problema* que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído. (BACHELARD, 1996, p.18 [grifo nosso])

O pesquisador ao manufacturar um problema de pesquisa deve avaliar as condições de exercício de seu pesquisar. Essas podem dizer respeito aos objetivos que se deseja alcançar; as condições de criação e reprodução de uma experiência; a área do conhecimento, métodos, conceitos e teorias com que se dialoga; a subjetividade e sensibilidade marcadas na sua trajetória de vida; o compromisso político com os sujeitos envolvidos direta ou indiretamente; a responsabilidade com a visibilidade dos resultados; o período de tempo para realização da investigação, etc. Neste sentido, cada pesquisa sofre a influência de condicionantes distintos, sendo que estes possuem valores assimétricos dependendo dos interesses que estão em jogo. O nosso dever nesse subcapítulo é demonstrar as dimensões epistêmicas e políticas que interferiram na composição de nossa questão central a partir dos objetivos que buscamos.

As condições que foram consideradas relevantes para estruturação de uma questão resultaram da pré-análise da experiência que a identificou como centrada em transformações sócio-espaciais. O que definimos como pré-análise é efeito de um conjunto de discussões e

reflexões que o autor e os sujeitos envolvidos com a experiência produziram mediados por assembleias, reuniões, conversas informais, leituras de textos teóricos, mutirões e quaisquer outras atividades que permitissem o intercâmbio de argumentos. Para melhor compreensão, organizaremos a exposição das condições a partir das dimensões epistêmica e política, posto que sob a ótica delas é que orientamos nossa atuação na experiência enquanto ativistas. Ambas as dimensões têm suas características próprias, contudo não são excludentes e tão pouco antíteses. Pelo contrário, suas características e condições que descreveremos nos próximos parágrafos interpenetram-se e complementam-se.

A primeira condição que se impõe como constituidora do nosso problema de pesquisa é a dependência e centralidade da categoria/conceito Espaço para o desenvolvimento da experiência. A condição Espacial nos remete diretamente à dimensão epistêmica de nossa pesquisa. Sobre essa é pertinente ressaltar o compromisso com a tradição de pensamento do qual somos tributários. Como colaborador da Geografia enquanto campo de saberes e fazeres, o autor utiliza de suas ferramentas como ponto de partida para compreensão do fenômeno. Contudo, não só de uma fonte bebemos. Há contribuições de outras áreas que são usadas como fertilizantes no solo da Geografia.

A Geografia tem como uma de suas ferramentas indispensáveis a Escala. É possível pesquisar um fenômeno em nossa área de conhecimento abrindo mão deste atributo? Para nós, descartar a Escala e a discussão de sua importância seria empobrecer esta pesquisa. Por mais que muitas vezes não sejam enfatizados, os recortes de análise são inerentes a qualquer trabalho científico. O nosso zelo é mostrar que a Escala, ainda mais num trabalho de Geografia, não é um dado pronto. A Escala é socialmente construída. Discutir e destacá-la enquanto uma constituinte da formulação do problema é tarefa do geógrafo (no Capítulo 2.3 retornaremos a aprofundar este tema).

A concepção de Escala nos exige abri-la conceitualmente e estabelecer relações e combinações entre seus distintos alcances qualitativos e quantitativos como proposto por Souza (2013). Partindo desse pressuposto, temos como atribuição a capacidade analítica de sobrepor escalas para compreender dado fenômeno. Contudo, em função da experiência que temos como alicerce, este trabalho de pesquisa centraliza (sem negligenciar as demais), a escala local. Este posicionamento se deve ao fato de a escala local expressar: “a possibilidade de uma vivência pessoal intensa do espaço, [...], e, adicionalmente, a possibilidade de formação de identidades sócio-espaciais bastante particulares sobre a base dessa vivência”

(SOUZA, 2013, p. 201). Ainda no diálogo com o mesmo autor, a escala local é a que propicia a participação direta dos sujeitos em tomadas de decisões (relação com a dimensão política) devido às interações entre os mesmos serem através da copresença (SOUZA, 2013, p. 202). Portanto, quando estamos formatando nossa indagação de pesquisa, há um limite espacial que serve como referência para que as outras escalas (regional, nacional, global e, etc.) sejam articuladas. Ter um farol como a escala local é tático dentro da pesquisa porque dependendo do ângulo de visada do pesquisador, ou seja, da própria escala que se utiliza, é possível alterações conceituais durante a análise (LACOSTE, 1988, p.77)².

Seguindo na dimensão epistêmica, destacamos a relação dialógica entre os sujeitos que fazem parte da experiência na construção de conhecimento destes. Não se trata de distinguir entre os “tipos” de conhecimento, reforçando a dicotomia entre o saber dos sujeitos acadêmicos e o saber dos sujeitos moradores. A condição trazida à tona como fundamental na estruturação de nossa pesquisa diz respeito à capacidade argumentativa dos sujeitos de buscar superar os impasses e tomar decisões a partir de seus saberes. Isso não isenta que o conflito esteja presente, pelo contrário. As situações de conflito são o motor da confluência de saberes dos sujeitos que, devido a cada contexto, resultam num posicionamento. A existência dessa polifonia é que nos permite montar um questionamento de pesquisa e posteriormente uma metodologia que objetive representá-la.

Por último, ainda dentro do escopo epistêmico, gostaríamos de chamar atenção para a particularidade de que o autor é um dos sujeitos participantes da experiência a qual será analisada, o que nos coloca uma dupla responsabilidade (as atribuições de ativista e pesquisador serão debatidas no subcapítulo 2.4.1). Primeiro, é necessário que neste momento de estruturação da pergunta, e posteriormente na sistematização, produção de dados e análise, haja distanciamento crítico daquilo o qual se fez parte (SOUZA, 2013, p. 222). Em segundo, também é pertinente a compreensão de que não há o recorte de um objeto de investigação nos moldes da ciência moderna. Neste ponto há uma quebra com BACHELARD (1996) e uma aproximação com José Ángel Quintero (2011). Esse autor discute e propõe formas de

² Importante o destaque de que não se trata de supervalorizar a escala local em razão das demais. A escala local é a abrangência majoritária do lócus de ações da experiência e por isso sua centralidade. Buscamos ter lucidez sobre a movimentação de escalas no fenômeno que estudamos de modos a contemplar as considerações de Lacoste (1988, p.77): “certos fenômenos não podem ser apreendidos se não considerarmos extensões grandes, enquanto outros, de natureza bem diversa, só podem ser captados por observações muito precisas sobre superfícies bem reduzidas, resulta daí que a operação intelectual, que é a mudança de escala, transforma, e às vezes de forma radical, a problemática que se pode estabelecer e os raciocínios que se possa formular. A mudança de escala corresponde a uma mudança do nível da conceituação.”

produzir conhecimento com comunidades indígenas de maneira não dissociada da cosmovisão desses grupos. Nossa pesquisa, ainda que não aborde diretamente temas indígenas, não deixa inspirar-se pela proposta desse autor que se apresenta assaz interessante no sentido de combater o olhar ocidental da academia³ e defender a construção de problemas comprometidos com o coletivo do qual se pertence.

[...] para occidente, un problema puede ser planteado como real en tanto construcción teórica-abstracta del *Yo-individual* de un investigador. Así, el conocer deja de ser la necesidad de ejercer una acción colectiva en función de construir o, encontrar soluciones a problemas reales que afectan a toda la comunidad sino que, en su defecto, el conocer es desprendido del colectivo social y es convertido en una muy particular y especializada actividad que, de esta manera, sólo puede ser ejercida por muy contados individuos que de esta forma terminan aislados en una especie de territorio virtual ajeno o distanciado del territorio y la territorialidad de la comunidad social a la que, la mayoría de las veces, éstos mismos sujetos originariamente pertenecen. (QUINTERO, 2011, p. 68)

O pesquisar no qual estamos nos propondo não é consequência de uma interpretação individual materializada num objeto específico que resultará na objetividade de alcance universal codificada numa linguagem acessível apenas para os iniciados. Dentro da dimensão epistêmica, essa pesquisa tem o compromisso de resgatar o percurso e significado dados pelos sujeitos que dela participaram através de transformações sócio-espaciais. Esses sujeitos, moradores, estudantes e militantes que atuaram no ativismo de bairro, a partir de suas demandas e problemas coletivos produziram suas possibilidades de ações. Não estamos pesquisando nos moldes da ciência para posteriormente desenvolver ações e melhorias para um dado grupo social. Ao inverso. Desenvolvemos ações e reflexões coletivas com sujeitos participantes de uma experiência organizativa, e isso nos possibilitou o esforço de sistematizar e refletir teórica e conceitualmente sob as lentes da Geografia. Assim sendo, não há um objeto de pesquisa constituído individual e abstratamente por um sujeito apenas. Há um campo de estudo forjado por práticas e reflexões coletivas do qual o sujeito pesquisador se distancia

³ Não se trata de negar a academia ocidental que, com perdas e ganhos, tem produzido e acumulado o conhecimento (de parte) da humanidade. Trata-se de abrir-se para outras possibilidades de formulação e organização de um trabalho de pesquisa através de autores que bebem em perspectivas de mundo distintas do ocidental moderno, como é o caso de José Ángel Quintero com as cosmovisões indígenas. Sobre isso, não estamos em absoluto pretendendo se apropriar de leituras que são responsáveis pela reprodução material e simbólica de grupos indígenas e das quais estamos tão distantes. Contudo, o mínimo contato com as mesmas, ainda que insuficiente em termos de compreensão do seu significado mais amplo, já nos permite o re-pensar e inspirar nossas formas de atuar no mundo. E para completar ainda sobre o universo ocidental moderno há que se reconhecer dentro dos próprios autores de grandeza intelectual que foram marginalizados e negligenciados, como é, a título de exemplo, Elisée Reclus ou qualquer outro e outra que seja tributário do pensamento libertário.

para analisar. O sociólogo peruano Oscar Jara (2013), apresenta a proposta de *sistematização de experiências* como procedimento metodológico que permite aprofundar a compreensão teórica e analítica de processos de trabalho pelos quais o próprio sujeito pesquisador participou.

A sistematização de experiências é um exercício intencionado que visa penetrar na trama “próxima complexa” da experiência e recriar seus saberes mediante um exercício interpretativo de teorização e de apropriação consciente do vivido. Requer um empenho de “curiosidade epistemológica” e supõe um “rigor metódico” para converter o saber que provém da experiência, por intermédio de sua problematização, e um saber crítico, em um conhecimento mais profundo. Para consegui-lo, devemos gerar um distanciamento da experiência, que permita transcender a pura reação imediata face ao que vivemos, vemos, sentimos e pensamos. Desta forma, “objetivamos” nossa experiência e, ao fazê-lo, vamos encontrando seus vínculos com a suas práticas sociais das quais ela faz parte. A sistematização de experiências permite ligar a reflexão que emerge do que vivemos com outras aproximações teóricas, para poder compreender, indo além da descrição ou imediatismo o que estamos vivendo. (JARA, 2013, p. 75-76)

Ser objetivo não requer a criação de um objeto de investigação que seja alheio ao sujeito pesquisador. É célebre a passagem do geógrafo anarquista Elisée Reclus que no século XIX tentou superar a dicotomia e fragmentação de pensamento da relação entre Sociedade e Natureza: “*o homem é a natureza tornando-se consciente de si mesmo*” (2010). Esta passagem serve para inspirar nossa pesquisa. Ao mesmo tempo em que somos pertencentes à experiência, não somos ela como um todo, somos uma parte que está sistematizando e refletindo através de condições epistêmicas e políticas próprias (objetividade). É a metamorfose do saber que provém da experiência em um conhecimento mais profundo, descrita por Jara (2013). Nas palavras do filósofo autonomista Castoriadis, encontramos a concepção de *lucides relativa* de nossa práxis que vai ao encontro da relação sujeito-experiência no processo de elucidar-se:

Esta lucidez “relativa” corresponde igualmente a um outro aspecto da práxis também essencial; é que seu próprio sujeito é transformado constantemente a partir desta experiência em que está engajado e que ele *faz*, mas que *o faz* também. “Os pedagogos são educados”, “o poema faz seu poeta”. E é óbvio que daí resulta uma modificação contínua, no fundo e na forma, da *relação* entre um sujeito e um objeto os quais nunca podem ser definidos de uma vez por todas. (CASTORIADIS, 1986, p. 96).

Se o sujeito é uno frente à experiência, esta é múltipla de sujeitos. Cada qual está se fazendo e se completando, porque há uma busca de suprir ausências. O que “falta” é justamente aquilo que o faz buscar conclusões, ainda que estas sejam provisórias. Esta ausência propulsora constitui o sujeito e a experiência. Um dos nossos “vazios” é a necessidade de nos debruçarmos sobre uma experiência que carece de uma explicação coerente⁴ dentro da perspectiva científica. Trata-se, ressaltamos, de uma explicação. Tal experiência poderia ter tantas interpretações e análises quanto o número de pesquisadores (acadêmicos ou não) que se detivessem a tentar construir um sentido lógico para a mesma.

Dado o painel da dimensão epistêmica, é momento de apresentar as condições do seu par (o outro lado da mesma moeda), a dimensão política e sua contribuição para nossa pergunta. Um primeiro aspecto para colocarmos à baila é o poder sugestivo que Pensamento e a Práxis Libertários sustentaram. A justificativa é que essa matriz foi rica de saberes ao autor na ebulição de fazeres da experiência e que, justiça seja feita, tem o direito de ser reconhecida com este peso no exercício de sistematização e reflexão da mesma. Expor esta tradição nos remete de bate-pronto a uma tentativa de definição da mesma, tarefa argilosa, da qual Souza (2011, p. 30)⁵ encorajou-se e a delineou como: “crítica radical da heteronomia e rejeição simultânea do capitalismo (e do Estado capitalista) e do ‘socialismo burocrático’ (e das suas premissas políticas filosóficas, embutidas no marxismo típico)

O uso não autoriza o abuso. Partir (ou desejar ser contribuinte) do Pensamento e da Práxis Libertários não significa que estejamos tão somente limitados a este escopo de interpretação e atuação. Isto seria cair na vala do dogmatismo e da cegueira que são solos nada férteis para produção de conhecimento. Quando evidenciamos nossa intimidade com essa tradição, temos como objetivo colocar o leitor a par dos pressupostos que foram combustíveis para o autor⁶ durante o transcurso da experiência. E mais, posicionar-se nas

⁴ Quando nos referimos a expressão “explicação coerente”, em outras palavras, queremos explicitar que nossa pesquisa, enquanto análises e resultados, produza um discurso que faça sentido tanto para o leitor como para aqueles sujeitos que participaram da experiência. É evidente que a construção de sentido de um discurso é refém do tempo histórico e espaço geográfico em que se encontrarem os sujeitos que irão interpretar.

⁵ A definição deste autor, ainda que demasiada ampla e não isenta de controvérsias entre os próprios libertários, é tomada neste trabalho não por mera conveniência, mas sim por sido a sua obra demasiada inspiradora da experiência organizativa, principalmente no que se refere às transformações sócio-espaciais.

⁶ Os atributos do pensamento e práxis libertários foram fonte para o autor, não para todos os demais sujeitos envolvidos com a experiência.

trincheiras é uma tarefa que não necessariamente compromete a objetividade no labor das ciências⁷.

Da dimensão política emerge uma condição que está relacionada com a esfera organizativa constituída no início da experiência. Tal condição, umbilicalmente nutrida pelo Pensamento e a Práxis Libertários, pode-se ser subdivida nesta pesquisa em duas: as características de baixa influência (1ª) institucional e (2ª) burocrática do processo organizativo. Sobre a primeira, podemos definir como vínculo institucional uma dependência funcional por parte do ativismo de órgãos e instrumentos ligados ao Estado. Caso não exista esta relação, se o Estado não aportar condições de manutenção do ativismo, este perde força ou até mesmo se extingue. Não se trata do caso do ativismo de bairro Jardim Universitário que, embora tenha relações com o poder público, principalmente a esfera executiva municipal, sempre protagonizou através da própria sociedade civil organizada por si as iniciativas de mobilizações e ações de transformação sócio-espacial, compreendendo até então a via institucional como complementar ao ativismo.

No que toca a influência burocrática, ela diz respeito ao *modus operandi* em que a racionalização da organização dos sujeitos que estão mais apropriados da cultura política do ativismo. Isso possibilita que determinada parcela dos sujeitos ativistas possam ser alienados de instâncias deliberativas ou do método como as decisões são tomadas. A passagem que segue nos auxilia a compreender as consequências de um processo de burocratização especialmente no caso de uma associação de moradores:

A *burocratização*, entretanto, começa quando uma associação de moradores funciona como uma repartição pública: um *bureau*, gerido voluntariamente e sem remuneração por alguns cidadãos (os líderes comunitários), os quais são amiúde encarados pelos seus concidadãos como “funcionários voluntários da administração

⁷ Como demonstração de nossa intenção dialógica e antidogmática de fazer a interlocução com autores não restritos ao campo libertário, Santos afirma: “Aliás, essa procura de objetividade não exclui a manutenção de uma atitude ideológica, sem a qual as construções dos pesquisadores careceriam de coesão. Assim, nossas hipóteses de trabalho, a exemplo de nossas conclusões, serão de uma maneira ou de outra marcadas pela nossa visão do mundo, quer na sociologia, na demografia, na história ou na geografia, quer na economia. Como, então pretender julgar uma sociedade qualquer sem deixar intervir nossos próprios arquétipos? Em que limite podemos desembaraçar-nos desses critérios, aparentemente tão naturais, que nos acodem quase automaticamente ao espírito? Seria necessário poder separar o homem de ciência do cidadão [...]” (2013, p. 47) Esta passagem encontra denominador comum conosco uma vez que coloca em evidência a relação indissociável dentro das ciências sociais entre a objetividade e a visão de mundo do pesquisador. Contudo, distanciamos-nos fortemente da perspectiva economicista deste texto em que o autor determina a capacidade analítica das demais ciências em função da dimensão econômica, como é possível observar neste trecho: “[...] para a análise do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos preferimos adotar um ponto de vista que confere primazia aos mecanismos econômicos; somente depois é que iremos associar-lhes as formas de abordagem histórica e sociológica.” (2013, p. 49).

pública”, isto é, como representantes do Estado, mais que da própria “comunidade”. (SOUZA, 2000, p. 153)

As características descritas na condição anterior associadas a outras condições, por exemplo, a Escala na dimensão epistêmica permitiram que os sujeitos estabelecessem relações sociais mais diretas entre si. Isso fundamentou, na dimensão política, a condição de horizontalidade na tomada de decisões, principalmente pela adoção do método do consenso. Sobre a definição de horizontalidade de relações de poder, Grandi (2010) embasado em Castoriadis nos apresenta a seguinte definição utilizada em seu trabalho de dissertação:

“[...] Se trata de igualdade política, de igualdade de participação no poder” (CASTORIADIS, 2004:210), o que compreende igualdade no acesso, por exemplo, à capacidade efetiva de julgar e à real disponibilidade de tempo. São esses os traços principais do que se entenderá nesta pesquisa por relações horizontais ou horizontalizadas de poder. (GRANDI, 2010, p. 34 [grifos do autor])

Expressa através do consenso, as relações horizontais de poder não estão ausentes de conflitos e contradições, posto que justamente pelo fato dos sujeitos se encontrarem no mesmo plano de decisões é que ocorrem as colisões de ideias as quais, dependendo do seu vocalizador, possuem maior ou menor aceitação. Souza (2013) alertou para possíveis distorções que o consenso pode suscitar nas relações horizontais, uma vez que “posições discordantes podem ser antes *abafadas* que, realmente, *superadas na base do convencimento*”. (SOUZA, 2013, p. 293-294 [grifo nosso]). Portanto, como pertencente à dimensão política é válido que as relações horizontais de poder não são homogêneas e ausentes de desvios heterônomos, os quais necessitam ser combatidos com vigilância coletiva que objetive aumentar ganhos de autonomia e não estagná-los ou retrocede-los.

Outra importante condição está relacionada ao grupo social com a qual a experiência majoritariamente se vincula através dos sujeitos moradores. O Jardim Universitário trata-se de um bairro popular, onde politicamente o engajamento aconteceu com a base social, parte da sociedade que se encontra mais depende de recursos, serviços públicos, melhorias materiais e imateriais no seu local de moradia. Acompanhamos Milton Santos quando este defende que o geógrafo (principalmente se for originário de um país no qual o modelo capitalista se encontra

mais desenvolvido) precisa ter um compromisso de estudo com os interesses das populações com as quais ele trabalha (SANTOS, 2013, p.67).⁸

A última condição, ainda dentro da dimensão política, trata-se de qualificar o que até então denominado como genericamente de “experiência”. Contudo, não abriremos mão desse termo para o restante do trabalho, apenas o precisaremos com maior nitidez. A experiência refere-se ao todo, que quando seccionado em partes, possibilita que a uma delas seja dado maior destaque analítico. No nosso estudo, o ativismo de bairro é a parte que ganha relevância em relação às demais, posto que as ações e reflexões desenvolvidas são consequências da organização política no bairro Jardim Universitário. A justificativa pode ser brevemente apurada na compreensão dos papéis de cada sujeito que compôs a experiência: militantes do LPJ, os apoiadores acadêmicos e os moradores. Vejamos: na ausência dos últimos, seria possível desenvolver ou dar continuidade a experiência? Embora o surgimento da experiência tenha sido dependente dos militantes (como será exposto no Capítulo 2) a continuidade da mesma tem uma sujeição vital com os moradores. Não se trata de fazer uma análise contra-factualista extensa, mas na suposição de que os apoiadores acadêmicos e/ou os militantes se retirassem da experiência, a mesma enquanto um ativismo seguiria. Já esse cenário do ativismo de bairro não é passível de continuidade caso os moradores resolvessem se ausentar e os outros sujeitos não. Por que isso acontece?

A experiência gira tendo como eixo de rotação o ativismo de bairro (no subcapítulo 1.3 discutiremos mais sobre esse conceito), pois é o próprio bairro o lócus onde afloram e se desenvolvem as relações sociais de caráter organizativo e reivindicatório. A experiência, como descrito anteriormente, não se limita ao ativismo, mas é este que lhe garante desencadear outras ações e reflexões em outros espaços, por exemplo, na universidade. Isso está relacionado diretamente com os sujeitos e a condição Espacial da dimensão epistêmica de cada um. Os moradores são os sujeitos que têm fixidez no bairro condicionada pela moradia. Por sua vez, os militantes e apoiadores acadêmicos frente ao ativismo de bairro não possuem um fator de permanência constante no bairro, o que lhe atribui um caráter de fluidez⁹. E é isto que permite a esses dois sujeitos realizar a transposição de saberes de um espaço para o outro

⁸ Segundo Santos: “Para um geógrafo que trabalha para ou num país desenvolvido, isto é muito importante: um estudo sem interesse para as populações desses países encerra o risco de estragar o prestígio do país de onde o geógrafo é originário (sobretudo se se trata de um país desenvolvido), assim como o da própria Geografia.” (2013, p.67).

⁹ As concepções de Sujeitos fixos e fluidos são livremente inspiradas no pensamento de Milton Santos a respeito de capitais fixos e capitais fluxos.

em função das reivindicações e da organização política que objetivam estabelecer. Por exemplo, um seminário acadêmico ou um encontro de militantes podem ser momentos de relatar, refletir e trocar experiências organizativas. E mais, é possível ainda que os sujeitos que dispõem de fixidez nos espaços de ativismo, como neste caso os moradores, participem desses momentos, o que faz com que ocorra uma inversão: quem passa a ser os fluidos são os moradores e os fixos são os apoiadores acadêmicos. Neste novo cenário, quem serão os sujeitos fixos serão os apoiadores acadêmicos e os militantes, cada um no seu contexto, e os sujeitos fluidos serão os moradores. Trata-se evidentemente de uma perspectiva situacional. Contudo, só é possível este movimento porque há uma base comum de ações e reflexões para o desenvolvimento do ativismo: o bairro.

Como síntese da apresentação das dimensões e suas respectivas condições, elaboramos o quadro que segue:

Quadro 1 – Dimensões e condições de produção da pergunta de pesquisa na pré-análise.

Dimensão Epistêmica	Dimensão Política
Condição Espacial	Pensamento Libertário
Geografia: saberes e fazeres	Baixa influência institucional e burocrática
Escala	Horizontalidade na tomada de decisões
Diálogo de Saberes	Base Social
Sistematização de experiências	Ativismo de bairro

Fonte: elaboração do autor.

Desta forma, a composição da pergunta buscou respeitar o acúmulo epistêmico e político da experiência. Fundamentou-se nos instrumentos analíticos da Geografia que buscam explicar as interações sociais produzidas e produtoras *do* espaço - e não somente *no* espaço. Dentro do nosso contexto de pesquisa (o ativismo produzido e produtor do espaço urbano), intentamos tecer um questionamento no qual se explora a contradição oriunda do planejamento e gestão centralizados do Estado ou da iniciativa privada que pouco ou nada levam em consideração as demandas sociais dos sujeitos que vivenciam dado espaço e tempo. Ao contrário dessa lógica, o ativismo de bairro do Jardim Universitário tem como um de seus princípios a tentativa de transformações sócio-espaciais a partir da ótica de moradores,

militantes e apoiadores acadêmicos que vivenciam, criam vínculos, com seus espaços em um período de tempo. As mudanças nas relações entre estes sujeitos geram alterações do espaço, tanto material como simbólica, e concomitantemente, o “novo” espaço produzido possibilitará outras relações sociais entre sujeitos. Porém, do ponto de vista operacional, é instigante pensar como esse processo acontece, materializa-se, interfere na dinâmica do ativismo, ressignifica interpretações e gera movimento. Com vias de suprir esses anseios e sustentado por todas as preocupações antes descritas, projetou-se a seguinte pergunta de pesquisa: “*Como a produção do espaço é condicionado e condicionante dos sujeitos que o vivenciam?*” Com vagar, precisamos pontuá-la de modo a significar cada parte deste todo.

O termo “*como*” que abre a questão refere-se ao caráter descritivo que se objetiva com a pesquisa. A descrição do processo será um dos procedimentos metodológicos, visto que ela permite uma sistematização do empírico que servirá de suporte para o diálogo com o referencial teórico e os dados produzidos a partir de Grupos de Discussão (análise). Segundo Becker (2007, p. 85) há um preconceito nos trabalhos de investigação científica com as perguntas de pesquisa que começam por “*como?*”, principalmente se comparadas com aquelas que iniciam com o “*por quê?*” A razão disso é que supostamente as primeiras teriam um potencial meramente descrito, enquanto as segundas desencadeariam processos intelectualmente mais profundos de explicação da realidade. A partir de seus exemplos de entrevistas, o autor supracitado demonstra a capacidade que o termo “*como?*” tem de explicitar as sequências de ações de fatos e através deste desencadear permite entender o fenômeno que se estuda. Já o “*por quê?*” era compreendido pelo entrevistado com uma justificativa a ser dada para as suas ações ou de outrem, o que gerava desconfiança e às vezes paralisava a entrevistas (procedimento fundamental por ser produtor de dados primários). Logo, optamos pelo “*como*” de maneira a não bloquear o fluxo descritivo da experiência e a explicação da relação de produção do espaço e sujeitos.¹⁰

A “*produção do espaço*” e “*condicionante e condicionado*” dizem respeito à relação dialética que desde algumas páginas atrás estamos apontando: o espaço é produzido por relações sociais, ou seja, condicionado por elas, e esta produção do novo espaço pode estimular a manutenção das relações sociais que inicialmente o produziram, portanto, a

¹⁰ No sentido metateórico e filosófico, SPOSITO resgata a importância histórica da pergunta “*como?*” para ciência: “*essa pergunta modificou radicalmente o desenvolvimento da ciência a partir do Renascimento. Como não se conseguia responder por que o mundo existia, a inversão da pergunta para ‘como?’ liberou o pensamento para a experimentação e para a interpretação do mundo segundo outros dogmas que não aqueles cristalizados pela religião (com a Reforma, ela própria teve seus dogmas questionados).*” (2004, p.82)

produção é também condicionante. Esse fator condicionante do espaço permite a reprodução, não só enquanto repetição, mas também continuidade das relações sociais. Ao discutir o conceito de espaço abstrato, Lefebvre (2013, p. 110) nos aponta como o espaço é inseparavelmente permeado pela sucessão de relações sociais: “La reproducción de las relaciones sociales de producción en el seno de este espacio no acontece sino por una doble tendencia: disolución de viejas relaciones y generación de otras nuevas.” Por último, sobre os “*sujeitos*” e o “*vivenciam*” trata-se de um recorte dos sujeitos que estão produzindo e sendo produzidos a partir da contínua temporalidade presenciada no espaço, que no caso em estudo tem como característica o necessário vínculo desses sujeitos com o espaço. A passagem que segue expõe através da dimensão do cotidiano o que nós objetivamos apreender com a pergunta de investigação.

O estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da *produção* em sentido amplo: a maneira é *produzida* a existência social dos seres humanos [...]. (LEFEBVRE, 1991, p. 30 [grifo nosso])

O cotidiano está relacionado com o termo “*vivenciam*” e nos referimos mais especificamente ao convívio entre sujeitos moradores, militantes e estudantes através do ativismo de bairro. Não se trata de estudar a vida cotidianamente em outras dimensões e atividades dos sujeitos, o que obviamente nos requereria outras tantas dissertações. O recorte se dá pelas atividades provocadas pelo ativismo de bairro e suas consequências mais diretas em ações e reflexões dos sujeitos.

Como centralidade, a pesquisa objetiva *sistematizar e refletir teórica e conceitualmente o acúmulo de ações e reflexões geradas com os sujeitos envolvidos a partir da experiência de ativismo de bairro no bairro Jardim Universitário, Viamão – RS*. De maneira completar, outros objetivos se apresentam de forma não hierárquica ou sequencial, mas sim permeando a investigação como um todo:

- Compreender a relação e o diálogo estabelecido entre os grupos que compõe o ativismo no processo de produção do espaço;
- Aprofundar especificamente a construção teórica e conceitual do campo da Geografia e a reciprocidade existente com a prática a fim de avançar e ressignificar a sua operacionalização;

- Discutir a experiência como memória de um processo organizativo que pode contribuir para novas ações, seja neste mesmo local ou em outro.

O próximo subcapítulo tratará do referencial teórico e conceitual desta investigação, associado a uma justificativa epistêmica Geográfica. Esses pressupostos balizaram a perspectiva de onde estávamos buscando compreender nosso problema de pesquisa.

3. Referenciais Teóricos e Conceituais

É o potencial de inspiração dos referenciais teórico-conceituais que nos permite explicar e intervir nos fenômenos sócio-espaciais. Compreendemos que as teorias e conceitos são abstrações edificadas a partir de um conjunto empírico, as quais são realizáveis através de generalizações que acabam por recortar e excluir particularidades de cada um dos casos empíricos que as geraram. Neste sentido, um conceito, ou até mesmo uma teoria, não se operacionaliza na sua totalidade quando posta em contato com o empírico, como num estudo de caso, por exemplo. Haverá pontos de contato e zonas de afastamento entre referencial teórico-conceitual e empírico que dependerão da capacidade analítica do pesquisador para identificá-los conforme seu questionamento e objetivo de investigação.¹¹ Por isso, nosso zelo para não reproduzirmos mecanicamente nesse estudo uma “*aplicação de teorias e conceitos*”, visto que estes muitas vezes são confeccionados em espaços geográficos e períodos históricos com contextos sociais distintos da experiência que analisaremos (SANTOS, 2013, p.56).

Partimos então do pressuposto de que há insuficiências operacionais dos conceitos e teorias com o empírico quando encerradas em si, sendo então necessária a articulação entre perspectivas distintas de pensamento de modo a compor um alicerce interpretativo que nos permita avançar na elucidação da experiência. Isso diz respeito tanto a uma busca intradisciplinar, ou seja, dentro da própria Geografia, como extradisciplinar, no diálogo com outras áreas do conhecimento. Ademais, não é pouco importante destacar que tecer essas relações teórico-conceituais requer responsabilidade com a tradição de pensamento de cada autor evitando a conexão simplista de ideias — o tão praticado reducionismo — que quando devidamente contextualizadas podem se mostrar antagônicas. Mesmo assim, buscando cautela

¹¹ SOUZA nos contempla: “A realidade é sempre mais rica que as nossas teorias. Isto não é verdade somente sob o ângulo estritamente factual mas, dentre outras razões, também porque a teoria não deixa de ser um congelamento do real, congelamento que com o tempo passa a atritar com a muito complexa e mutável realidade.” (1988, p. 186).

epistêmica, nossa intenção é de que haja fecundação entre argumentos, conceitos, hipóteses, teorias, aportes filosóficos que influenciaram no desenvolvimento da experiência e até hoje nos inspiram a repensá-la.

Já que voltamos a nos referir a este termo, é melhor definir o que estamos chamando de “inspiração”. Aqui, não a restringimos analogamente à visão biologicista; a inspiração é tida como a capacidade de apoio que os referenciais teórico-conceituais possuem de elucidar as ações e reflexões da experiência (pontos em contato), assim como de criar condições para que o desencadeamento de novas ações e reflexões. Os referenciais são entendidos como motores propulsores. Contudo, é pertinente frisarmos, não há um movimento unilateral, posto que as ações e reflexões da experiência também nos exigem irmos à caça de outras teorias e conceitos ou até mesmo ressignificá-los (devido às zonas de afastamento). Há sempre uma retroalimentação que dá fôlego aos sujeitos na medida em que inspirar não deixa de significar o acúmulo de energias para gerar movimento.

Assim sendo, neste subcapítulo colocamos à baila justamente os referenciais que foram inspirações da experiência para o autor. Esses influenciaram e se contaminaram pelas ideias, debates e saberes dos outros sujeitos durante o transcurso das ações, o que justifica que esses referenciais sejam agora resgatados nessa pesquisa¹². Inicialmente, apresentaremos a base metateórica que nos alimentou, seguida das teorias e conceitos que são suportes para compreensão da experiência através do procedimento descritivo (Capítulo 2). Esses referenciais, posteriormente no momento analítico (Capítulo 3) serão tensionados no embate com dos dados primários produzidos pelos Grupos de Discussão e o procedimento descritivo (no subcapítulo 2.4. detalharemos a metodologia). É nesta parte do texto, caso haja necessidade, que reside a possibilidade de alteração no conteúdo, ou até mesmo na forma, de algum conceito ou teoria. Neste sentido, comungamos com Castoriadis (1975, p. 93) quando designa a teoria como: “a tentativa sempre incerta de realizar o projeto de uma elucidação do mundo”. Embora partamos de uma construção teórica inicial, ela está desde já ancorada no empírico da experiência e no transcorrer deste trabalho poderá se metamorfosear conforme o

¹² As abordagens teóricas e conceituais que inflexionaram no transcurso da experiência foram aportadas pelo autor deste trabalho e dizem respeito a sua compreensão enquanto indivíduo. Embora em discussões entre moradores, estudantes e militantes, ou somente com os dois últimos, houvesse contato e tensão com essas abordagens, elas foram colocadas a partir da leitura e compreensão do autor. Em outras palavras, quando nos referimos que esses referenciais em específico “*influenciaram e se contaminaram*” ações e reflexões, estou colocando sob a minha perspectiva (não necessariamente de um coletivo, grupo ou organização da qual estava fazendo parte). Isso não autoriza negligenciar que os demais sujeitos não tenham se utilizados de outros aportes interpretativos que possam também ter contribuído para a experiência.

objetivo de dar luz ao fenômeno estudado. Reforçando esta posição, expomos uma passagem que nos contempla:

O problema crucial reside, então, na escolha dos pontos de apoio. Encontrados esses pontos de apoio a partir de certos preconceitos ou certas opções, deve o pesquisador ser suficientemente aberto para não tentar adaptar todos os fatos concretos a seu esquema preestabelecido, e suficientemente flexível para reformular sua hipótese, se ela se revelar insuficiente. “se, pois, a teoria é um a priori, por outro lado um dos primeiros princípios da ciência é que os fatos são soberanos. A teoria, em outros termos, não passa de uma hipótese. Quando as observações não coincidem com uma teoria, ou seja, não adquirem um sentido no quadro teórico que precede a pesquisa, torna-se necessário abandonar a teoria para substituí-la por outra que possa ser mais útil”. (SANTOS, 2013, p. 36-37)

Desde já apontamos anticorpos para possíveis críticas de que alguns dos autores, ideias e concepções teóricas e conceituais que aqui nos inspiramos são originários de períodos históricos e espaços geográficos distintos da experiência em que se estuda. Ou mais: que os referenciais são tributários de Estados em que o sistema capitalista se encontra mais desenvolvido, se comparado ao momento de evolução deste sistema no Brasil e no meso-continentesul-americano – o que já caracteriza uma análise comparativa no molde etapista. No fundo, o argumento que pode ser depreendido é de que nós possamos estar balizados por uma postura de colonialismo intelectual. Bom, para desarmar as supostas críticas é preciso ter humildade de assumir que a interlocução de autores estrangeiros pode gerar distorções analíticas, sendo a transposição descontextualizada de referências um grande perigo. Contudo, isso não se passa somente com autores e ideias de outros espaços-tempos, pode acontecer com a instrumentalização de um arcabouço teórico autóctone (basta, à guisa de exemplificação, que a metodologia não seja apropriada para o fenômeno estudado e dissociada do objetivo de investigação). Como forma de alerta a esses riscos, tomamos as seguintes precauções: a primeira já foi apresentada, seria repetitivo retomá-la, e diz respeito ao uso dos referenciais enquanto inspiração; a segunda se baseia em contextualizar os autores, ao menos mais recorrentes, que entrarem no diálogo deste trabalho e a sua produção para garantir que as contribuições dos mesmos não pousem de paraquedas (e se me permite avançar na metáfora, com aterrissagem forçada) na elucidação da experiência; há autores de diferentes tempos e

espaços que estarão dialogando, o que permite uma pluralidade de discurso e perspectivas que ora se complementam, ora se contrapõem. Todas essas medidas, ainda que insuficientes, são tentativas de superar a contradição geográfica existente no imaginário dos centros acadêmicos de que o “Sul” somente produz pesquisas, enquanto o “Norte” gera tanto pesquisas como também teorias e conceitos.

Voltando para si enquanto ciência, algumas perguntas nos inquietam: quais as razões que sustentam ser esta pesquisa forjada no campo de estudo de uma ciência como a Geografia? O que justifica substancialmente (debate já iniciado em alguns apontamentos no subcapítulo anterior) que a experiência seja posta à luz de uma ciência tão controversa e problemática em relação ao seu “objeto” de estudo (se é que o mesmo realmente está consolidado)? A Geografia e os geógrafos, estes professores ou bacharéis, o que teriam para contribuir na elucidação de uma experiência que em si mesma já parece ser muito complexa? Ou vice-versa, teria a experiência, analisada com referências e suportes teórico-conceituais que nutrem a ciência geográfica em diferentes abordagens, possibilidade de elucidar a própria Geografia na sua trajetória enquanto saber? Questões pretensiosas das quais não nos comprometemos em dar conta exaustiva e conclusivamente. Mesmo assim, acreditamos que um diálogo direto com nossa ciência se faz necessário.

Segundo Porto-Gonçalves (2002, p. 228), o primeiro registro da palavra “geógrafo” remonta ao ano de 1537, quando este atuava para o monarca do Estado Absolutista com o objetivo de representar o espaço e determinar os limites territoriais de sua regência. Nossa gênese enquanto um saber-fazer tem uma raiz tão amalgamada com as relações de poder dominantes que influenciará em toda a trajetória epistêmica da Geografia até os dias de hoje, ora por conveniência, ora por contraposição ao *status quo* vigente.

Na sua obra tida como clássica e elucidativa para entendermos a Geografia, o geógrafo e o exercício do poder, Lacoste (1988, P. 31) classifica dois tipos de Geografias: a dos Estados-maiores e a dos professores. Isso porque os problemas políticos são separados da dimensão espacial por aqueles que não estão no poder (IDEM, 1988, p. 50). Tal causa tem gerado retrocessos epistêmicos na Geografia na troca do século XIX-XX, principalmente por ter negligenciado e não valorizado a obra de Vidal de La Blache “*A França do Leste*” e, sobretudo do legado de Elisée Reclus (LACOSTE, 1988, p. 132). A exclusão do político criou um bloqueio epistêmico e perda da razão de ser geógrafo (LACOSTE, 1988, p. 241).

Para compreender o que foi, de fato, a evolução do pensamento geográfico na França desde o início do século XIX, para estar em condições de discernir suas características epistemológicas atuais, a concepção de geograficidade, à qual os geógrafos se referem mais ou menos implicitamente, é preciso atingir o porquê, no quadro de sua corporação, de certos fenômenos serem considerados dignos de interesse, enquanto outros, que se desenrolam da mesma forma no espaço, sobre o terreno e dos quais todo mundo fala, não são considerados dignos de uma análise científica; é, essencialmente, o caso dos fenômenos políticos e militares. (LACOSTE, 1988, p. 114)

Assim sendo, não há justificativa para exclusão dos fenômenos políticos da Geografia (LACOSTE, 1988, p. 133), e nossa responsabilidade enquanto geógrafos, que estamos sistematizando uma experiência, é justamente ressaltar sua dimensão política. Além do mais, nossa inserção de atuação aconteceu no período da graduação acadêmica, o que potencializa nossa responsabilidade, posto que LACOSTE criticava o discurso dos geógrafos universitários está amputado de prática (1988, p. 151). Assim, no campo epistêmico, nosso trabalho tem justificativa por colocar em debate uma experiência de corte evidentemente político a partir de conceitos e referenciais interpretativos que são da Geografia.

Os referenciais teórico e conceituais que utilizamos foram escolhidos em função de terem influenciado diretamente o autor durante o transcurso da experiência. As meta-teorias que foram decisivas para desenvolver propostas e ações principalmente a partir do autor e dos demais sujeitos acadêmicos. Na sequência apresentaremos as meta-teorias: Projeto de Autonomia de Castoriadis e Produção do Espaço de Lefebvre. Embora partirmos dessas inspirações, isso não significa que toda a interpretação da experiência foi “coberta” por essas teorias, tão pouco foi na mesma intensidade. Ora alguns aportes são mobilizados, ora outros.

3.1 Projeto de Autonomia

Entender o pensamento de um filósofo Cornelius Castoriadis — e os demais que abordaremos na sequência — não é tarefa trivial e isenta de percalços (nos dois significados que essa palavra possa ter). Alguns autores, como Fernando César Teixeira FRANÇA (1996), Rogério de Andrade Córdova (2004), Pablo Ortellado (2003), Tatiana Macedo Soares Rotolo (2011), Evandson Paiva Ferreira (2012) de corte nacional e inclusive na seara da Geografia, entre eles Marcelo Lopes de Souza (1988, 2006) e Matheus Grandi (2010), já se arrojavam pelas labirínticas - para usar uma de suas metáforas¹³ - ideias do não só filósofo, mas também

¹³ Interessante explicar a alegoria do “Labirinto” posto que esta evidencia, tanto o resgate do pensamento grego clássico por parte de Castoriadis principalmente de Aristóteles como também um embate direto com a figura da

economista e psicanalista greco-francês. Nosso exercício nesta dissertação não reivindica o estudo exaustivo da obra castoriana, algo que nos exigiria muito mais dedicação e tempo para realizar. Trata-se de uma aproximação com algumas de suas proposições e a relação destas com as composições desenvolvidas por autores que se empenharam em evoluir seu pensamento em outras dimensões, como a espacial, ou até mesmo autores que não entram em contato diretamente com textos de Castoriadis, contudo nutrem ideias que julgamos ser afins.¹⁴

Nascido em março de 1922, a biografia política e intelectual de Castoriadis remonta ao período em que, na juventude, este militou em grupos trotskistas na Grécia, onde foi morar desde os primeiros anos de vida (GRANDI, 2010, p. 24). Em 1945, transfere-se para França e segue se dedicando ao trotskismo ao entrar para o Partido Comunista Internacionalista (PCI), até o rompimento com essa vertente política três anos mais tarde. Funda, então, na companhia de Claude Lefort o grupo *Socialismo ou Barbárie* e uma revista de mesmo nome em 1949. No primeiro número do periódico, são apresentadas as causas de desligamento com o PCI e as ideias oriundas de Trotsky: estagnação teórica em relação ao pensamento revolucionário; ausência de ideologia autônoma desta organização enquanto força política; não concordância com o modelo burocratizado dos sindicatos trotskistas; a incapacidade de superar concepções stalinistas; falta de crítica sobre a situação política da União Soviética, tida por membros do PCI como um avanço em relação ao sistema capitalista (FERREIRA, 2012, p. 14).

A compreensão destes embates durante a trajetória intelectual e política do autor são importantes porque a composição do que mais tarde será seu projeto filosófico está fundada na concepção de Autonomia. Criticar o regime político da URSS não se tratava de apenas de antagonismo teórico, mas sim o despertar filosófico de outra proposição.

caverna criada por Platão. Tantas vezes citada por seus intérpretes, como epígrafe de abertura da tese de FERREIRA (2012) ou de forma indireta no capítulo “Considerações Finais” de CORDOVA (2004, p. 127), por exemplo, a passagem que segue foi retirada do prefácio do primeiro livro da coleção “Encruzilhas do Labirinto” e serve de elucidação do uso da metáfora inspirada no monumento arquitetônico de Dédalo: “Pensar não é sair da caverna nem substituir a incerteza das sombras pelos contornos nítidos das próprias coisas, a claridade vacilante de uma chama pela luz do verdadeiro sol. É entrar no Labirinto, mais exatamente fazer ser e aparecer um Labirinto ao passo que se poderia ter ficado “estendido entre as flores, voltado para o céu”. É perder-se em galerias que só existem porque as cavamos incansavelmente, girar no fundo de um beco cujo acesso se fechou atrás de nossos passos — até que essa rotação, inexplicavelmente, abra, na parede, fendas por onde se pode passar.” (Castoriadis, 1987, p.10)

¹⁴ Este princípio com o qual nos relacionamos com a obra de Castoriadis é plausível de ser transposto para qualquer outro autor desta seção, posto que priorizamos uma leitura aberta e dialógica dos seus pensamentos, não o fechamento deles em si. Se optássemos por tentar esgotar de forma compilatória suas meta-teorias, acreditamos que iríamos à contramão do que tais pensadores propunham.

Embora estivesse de acordo com Trotsky sobre os novos modos de exploração, discordou da ideia trotskista de que a produção na Rússia era socialista, e apenas sua repartição não o era, o que levava os trotskistas a imaginarem que a nacionalização dos meios de produção, a planificação e o monopólio do comércio exterior facultariam um caráter socialista à produção. Ao recusar essa explicação, Castoriadis mostrava que entre a produção e a distribuição há uma burocracia que domina o processo e que a propriedade estatal mascara as reais relações de produção, controladas e exploradas pela nova classe exploradora. Semelhante crítica à divisão da sociedade entre dirigentes e executores tornar-se-á mais lúcida e exigente, explicitando-se e afirmando-se na ideia de que não basta a supressão da propriedade privada — sem abolir, na produção e na vida social, a distinção entre os que dirigem e os que apenas executam — e na discussão da autogestão, inspirada nos Comitês de fábrica, na Rússia, em 1917, nos Conselhos de empresa, na Alemanha, em 1919, e nos Conselhos operários, na Hungria, em 1956. Desde o início, pois, a questão da autonomia atravessa e é constitutiva da reflexão de Castoriadis [...]. (FERREIRA, 2012, p.15)

Como apresentado por Rotolo (2011, p. 18), Castoriadis nutriu-se de diálogo com autores que se debruçaram sobre a organização política dos conselhos operários. Rosa Luxemburgo e Karl Korsh são dois destes expoentes, sendo a revolucionária polonesa a que mais influência exerceu. Luxemburgo, embora não liberta do fetiche do economicismo da tradição marxista (principalmente presente no chamado Marx da maturidade), e Castoriadis projetavam: “nos conselhos operários uma saída democrática e popular para o socialismo, na ação criativa das massas em inventar novas formas revolucionárias, novos horizontes e uma nova organização.” (ROTOLO 2011, p. 19). Já no *front* com a dimensão burocrática, Castoriadis realizava interlocução com Max Weber, autor pouco conhecido entre os marxistas da época. Como proposição não apenas a burocratização, mas também a racionalização da sociedade moderna, o filósofo propunha a superação entre o trabalho intelectual e o manual.

Em 1958, por divergências com Castoriadis sobre o método de organização dos trabalhadores, Lefort retira-se do grupo Socialismo ou Barbárie¹⁵. Logo após a saída de seu companheiro, Castoriadis não rompe ainda com marxismo, o qual segue sendo seu subsídio para interpretar a URSS, denominada de “*capitalismo burocrático*”. Contudo, mais tarde, diante das constatações de que a teoria marxista gerou tanto revoluções quanto avanços na exploração da classe trabalhadora (como no caso da URSS); o fato de o marxismo ter se constituído numa ideologia, no próprio sentido atribuído por Marx, dogma dos Estados “socialistas” e doutrina de grupos políticos que se proliferaram de forma degenerada a partir do que Castoriadis chamou de “marxismo oficial”; a defesa por parte dos teóricos de

¹⁵ Sobre as divergências entre Castoriadis e Lefort, ver FERREIRA (2011, p.15-19) e SOUZA (2006, p. 82-84).

influência marxista que pregavam a manutenção da “ortodoxia” através da execução do método desta tradição de pensamento, negligenciando a relação entre conteúdo e o próprio método; assim, Castoriadis obrigou-se a revisar profundamente o edifício teórico do filósofo alemão com quem até então tinha mantido o principal canal de interlocução para compor seu novo sistema de pensamento¹⁶ (GRANDI, 2010, p. 24 -25).

Uma segunda divisão dentro Socialismo ou Barbárie acontece em 1963, quando ao contrário de outros membros do grupo, Castoriadis decide romper definitivamente com o marxismo (FERREIRA, 2006, p. 19). O marco deste momento é a publicação do texto “*Marxismo e teoria revolucionária*” publicado em cinco partes na revista do grupo entre 1964 e 1965. É neste trabalho em que está contida a célebre sentença “chegamos ao ponto em que era preciso escolher entre permanecer marxistas e permanecer revolucionários [...]” (CASTORIADIS, 1986, p. 25). O trabalho intitulado “*O imaginário social e a instituição*” é agregado a este primeiro texto na publicação da obra “*A Instituição Imaginária da Sociedade*” em 1975.

Na polarização da Guerra Fria, Castoriadis identificou em ambos os blocos em disputa pela “ordem” mundial o preceito da democracia liberal como modelo a ser universalizado no Ocidente. Isto radicalizou a burocratização do capitalismo - inclusive na URSS - e destacou o que será tido por Castoriadis como a contradição central a ser superada: a divisão social assimétrica entre dirigentes e dirigidos (FERREIRA, 2006, p. 176-177).

Numa jogada de escala, os temas macroeconômicos são deslocados para o microeconômico e o que começa a ser desvelado são as relações presentes no local de trabalho (GRANDI, 2010, p. 26). Os problemas concretos da produção ou são repassados para a direção deliberar uma solução, alienando ainda mais o trabalhador sobre o que está sendo produzido, ou se assume as responsabilidades de tais a partir da auto-organização dos sujeitos diretamente envolvidos no processo produtivo, no caso, os próprios trabalhadores (CASTORIADIS, 1986, p. 25). Contudo, atentar-se somente para esfera da produção não é suficiente, posto que a burocratização é um fenômeno social, e assim sendo, Castoriadis postula que a possibilidade de autogerir-se necessita transbordar para todas as dimensões que compõem a instituição da sociedade (GRANDI, 2010, p. 26).

¹⁶ Nos diferentes textos consultados, não resta dúvida de que Castoriadis tinha grande admiração intelectual pela obra de Marx, mesmo após se desligar desta tradição de pensamento. De nossa parte, no que toca ao exercício desta dissertação, comungamos do posicionamento presente em Grandi (2010, p. 24, nota de rodapé 17), no qual este autor defende ser insuficiente e pretensioso colocar em xeque o monumento intelectual de Marx a partir de uma pesquisa que não tem esse objetivo.

Na crise e na contestação das formas de vida social pelos homens contemporâneos, existem fatos muito significativos – a deterioração de autoridade, o gradual esgotamento das motivações econômicas, a atenuação da influência do imaginário instituído, a não aceitação das regras simplesmente herdadas ou recebidas -, que só podemos organizar em torno de um ou outro desses dois significados centrais: ou de um tipo de decomposição progressiva do conteúdo da vida histórica, da gradual emergência de uma sociedade que seria, ao extremo, exterioridade dos homens uns em relação aos outros, e de cada um em relação a si mesmo, deserto superpovoado, multidão solitária, não mais o mesmo pesadelo com ar condicionado, mas a anestesia generalizada; ou então, valendo-nos, sobretudo, do que aparece no *trabalho* dos homens como tendência para a cooperação, a autogestão coletiva das atividades e a responsabilidade, interpretamos o conjunto desses fenômenos como o aparecimento na sociedade da *possibilidade* e da *procura* da autonomia. (CASTORIADIS, 1986, p. 120 [grifo nosso])

Para Rotolo, o sentido da autonomia a partir deste momento na obra castoriadiana é central posto que ela será, enquanto manifestação do modo de contestação da vida social, o manancial de ligações entre a psique humana¹⁷ e a orientação política dos sujeitos em direção a uma sociedade instituinte (2011, p. 21-22). O esforço filosófico de Castoriadis, logo então, propagara-se no âmbito do intitulado *projeto de autonomia*, também denominado *projeto revolucionário*, e que permitiu, ainda que ele parecesse muito avesso às rotulações e à categorização de autor autonomista.

Esta composição meta-teórica é tida como elemento da práxis e/ou qualquer atividade, diretamente relacionada com o real e a intenção de transformá-lo (CASTORIADIS, 1986, p. 97). Os três pontos fundamentais do projeto de autonomia são a análise da teoria da história como criação; a valorização do imaginário como produtor da realidade; o desenvolvimento de uma teoria do sujeito capaz de agir reflexivamente e de, através disso, rumar à autonomia (ROTOLO, 2011, p. 22). Com estes pilares, Castoriadis coloca em evidência o fato de que a revolução não é determinista e prescritiva, trata-se de um *projeto*, não de um teorema. Segundo Souza (2006), o *projeto de autonomia* deve ser compreendido como *um horizonte político-filosófico*.

O sentido de autonomia é resgatado da tradição grega por Castoriadis e remete a sua etimologia. Portanto: “autonomia refere-se à junção dos termos *autos* (‘o próprio’, seja o indivíduo ou a coletividade) e *nomos* (as leis, normas, valores, regras e convenções que regem uma coletividade). Diz respeito, portanto, à capacidade de dar-se suas próprias leis” (GRANDI, 2010, p. 28). Para Castoriadis, a autonomia não pode estar alienada da práxis, a

¹⁷ Explicar que não se trata de entrar na dimensão da psique humana e a abordagem da psicanálise em Castoriadis, assim como a nota de rodapé do GRANDI, p. 23.

qual é compreendida como um: “fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia” (1986, p. 94). Assim, a constituição de um regimento autêntico por parte de um grupo ou indivíduo carece do fazer com que este próprio grupo ou indivíduo se objetive ser autônomo. É pertinente frisar, as leis que serão possivelmente instituídas não dizem somente ao estabelecimento de liberdades, mas também as suas restrições (CASTORIADIS, 2006 p. 197).

Antagônico à autonomia, a heteronomia diz respeito à imposição ou determinação já instituída por via externa de normas e condutas externas a um grupo social e/ou indivíduos. Suas manifestações, como apresentado por Grandi (2010, p. 28), podem ser extra-sociais através de mandamentos e/ou leis compendiadas como “divinas” e/ou “naturais”; ou podem ser intra-sociais, quando um grupo se impõe perante o todo o restante da sociedade; ou inter-sociais, quando a heteronomia emana de uma parte da sociedade, um grupo ou segmento social, e se dirige para outra parcela da população específica.

Do conceito de heteronomia e suas variantes é possível extrair a ideia de anti-heteronomia. Esta trata da oposição e resistência das práticas impositivas e opressoras provenientes de um grupo sobre outro, contudo, não necessariamente, é passível de geração de autonomia em sentido pleno. Pode ser que um grupo apenas logre frear a heteronomia através de táticas anti-heterônomas (impeça seja obrigatório dada legislação da qual são contrário), isso não lhe garante avançar na construção de autonomia individual e coletiva (suas vontades e desejos enquanto normas não se concretizam).

A concepção de autonomia pode ainda ser desmembrada em outras instâncias. Destacamos as autonomias individual e coletiva (ou social) e as autonomias no plano interno e no plano externo. Sobre o primeiro par, a individual remete capacidade do próprio indivíduo de gerar a suas decisões e condutas de particulares, enquanto a coletiva está relacionada com questões de âmbito inter-subjetivo entre mulheres e homens na construção de instituições certificadoras de acesso igualitário a decisões de interesse coletivo (SOUZA, 2013, p. 256). Existe uma interdependência de relações entre as autonomias individual e coletiva, sendo que a construção de uma sociedade autônoma é impossível sem que haja sujeitos que não sejam autônomos, assim como não é factível com sua proposição que haja alguns sujeitos plenamente autônomos numa sociedade que não se encontre autônoma.

Souza (2006, 2013), avançando na concepção de autonomia castoriadiana, ao projetá-la para um grupo social, cria os conceitos de autonomia no plano interno, que diz respeito às condições do próprio grupo de estimular individual e coletivamente que os sujeitos criem suas normas e condutas e de autonomia no plano externo, referente à “*possibilidade de autopreservação política e cultural, sem intervenção*” de um grupo social em relação a outro. Da mesma forma que a individual e a coletiva, as autonomias do plano interno e externo são interdependentes, podendo a ausência de uma comprometer a existência da outra.

Outro desdobramento conceitual interessante e também arquitetado por Souza é a ideia de ganhos de autonomia. Frente a uma sociedade consolidada na heteronomia, é possível que ações e reflexões dos sujeitos e grupos sociais produzam enfraquecimento do *status quo* vigente, mesmo que em escala geográfica e temporal restrita, e permita que o desenvolvimento da autonomia como um ensaio. Processual, os ganhos de autonomia podem ser entendidos como momentos de maturação para efetivação das próprias normas e decisões originárias de um dado grupo social. A citação que segue nos auxilia a compreender os ganhos de autonomia com um instrumento conceitual de julgamento para experiências organizativas:

A autonomia, entendida muito simplificada como uma democracia autêntica e radical, é, ao mesmo tempo, um *princípio ético-político* e um *critério de julgamento*, e é essa segunda característica que lhe confere um sentido operacional: os *ganhos efetivos de autonomia* são um critério que pode ser empregado no exame da utilidade social de situações e processos concretos [...] (SOUZA, 2013, p. 269)

Importante salientar que os ganhos de autonomia não possuem segurança de manutenção e sua instabilidade depende do contexto político no qual estão sendo produzidos. Um ganho pode ser derrubado e ressurgir mais adiante, não há garantias. O importante é apostar na criatividade dos sujeitos. A criação é uma das chaves do projeto de autonomia e é proveniente das lutas dos sujeitos: ações de avanços e retrocesso que geram respostas em outros níveis que não os anteriores ao da ação inicial (CASTORIADIS, 1986, p.100).

A superação da heteronomia é um processo longo, penoso, aberto à contingências e multifacetado; ganhos de autonomia aqui podem ser neutralizados com retrocessos heterônomos acolá... [...] “projeto de autonomia”, em cujo âmbito se reconhece que

a história é, como sempre, um *processo aberto às contingências e radicalmente criativo*. (SOUZA, 2013, p. 272-273 [grifo nosso]).

3.2 Produção do Espaço

*¡Cambiar la vida! ¡Cambiar la sociedad!
Nada significan estos anhelos sin la producción de un espacio apropiado.*
(LEFEBVRE, 2013, p. 117)

Assim como o autor anterior, Henri Lefebvre tem uma obra que não se consome com pouco fôlego. Nascido em 1901, na França, Lefebvre atravessou o século XX, despedindo-se do mundo logo após completar 90 anos. Isso permitiu ao filósofo francês testemunhar as duas grandes guerras, a revolução bolchevista, ascensão do fascismo, as tensões e conflitos da Guerra Fria em maio de 1968 e outros os eventos históricos que marcaram o século passado. Do mesmo modo que Castoriadis e Freire, Lefebvre não se restringiu a ser um intelectual passível de enquadramento dentro de uma só especialidade. Explorou as áreas da Matemática, Linguística, História e Sociologia, além da Filosofia (SOTO, 2013, p. 23).

Logo no começo da carreira, nos 1920, na companhia de Norbert Guterman, Georges Politzer e Georges Friedmann, criam a revista *Philosophies*, na qual se dedicam a estudar, entre outros autores e temas, Hegel. Por desdobramentos da obra hegeliana, Lefebvre chega em Marx, o que lhe impele, logo em seguida, a engajar-se no Partido Comunista Francês (PCF) (SOTO, 2013, p. 24). Lefebvre milita durante 30 anos no partido até precisamente o ano de 1958, quando é, juntamente com Edgar Morin e outros companheiros, expulso. O mote do desligamento foram as críticas ao dogmatismo da agremiação política e a conformação da mesma com o stalinismo – é neste período em que os crimes do dirigente mor da URSS começam a ser denunciados (SOTO, p. 2013, p. 25).

Na primeira metade da década de 1960 aproxima-se da Internacional Situacionista (IS) através de seus alunos na Universidade de Estrasburgo, além de manter uma relação amistosa e intelectualmente intensa com Guy Debord e Raoul Vaneigem (LOREA, 2013, p. 11). Alguns trabalhos da IS são resultados dessa parceria, embora não seja muito duradoura. Por divergências, Debord e Lefebvre se afastam e deixam de atuar juntos (LOREA, 2013, p. 11).

Próximo dos 65 anos de idade, Lefebvre entra na Universidade de Nanterre, onde, segundo Deulceux e Hess (2009) APUD Soto (2013, p. 25), exerce significativa influência sobre os estudantes. Sua entrada tardia na academia se deve ao fato de Lefebvre ser um

intelectual marginalizado em função do acúmulo de inimigos políticos ao criticar o dogmatismo dentro do PCF (SOTO, 2013, p. 25). No interior da universidade, mesmo com ideias originais, a reputação de comunista foi um entrave para sua aceitação e mais um fator segregacionista. Logo após a expulsão do partido, em 1958, Lefebvre publicou a autobiografia “*La somme et le rest*” na qual fez uma avaliação da trajetória enquanto filósofo e membro do PCF.

Distante da ortodoxia, Lefebvre foi um intelectual que teve o marxismo oriundo do próprio Marx, e não das derivações realizadas por outros intérpretes, o ponto de partida para a composição do seu pensamento. Assim, o marxismo não foi postulado como um sistema fechado em si mesmo, mas sim como um motor propulsor para elaboração de novas teorias e conceitos (LOREA, 2013, p. 11). Segundo Deulceux e Hess, (2009) APUD Soto, ao debruçar-se sobre as obras de Marx e Engels, o filósofo francês encontrou a crítica radical ao Estado. Esta tese, que para Lefebvre está no centro o pensamento marxista, será negligenciada e deformada pelos seguidores intelectuais do autor alemão (2013, p. 23-24)¹⁸.

Sua relação íntima com o marxismo fez com que fosse o primeiro a traduzir, na França, textos de Marx, Engels, Nietzsche e Lênin, assim como os de Hegel. Além disso, publicou “*Le marxisme*” que vendeu mais de 300 mil cópias, foi traduzido em vários idiomas e serviu como porta de entrada no marxismo para muitas gerações (SOTO, 2013, p. 25). É importante salientar que Lefebvre resgata, principalmente, em Marx a compreensão de que o capitalismo não somente reproduz, mas também cria novas relações sociais. Há criação, não somente repetição. A (re)produção das relações sociais acontecem nas mais distintas atividades, como a vida cotidiana, nos momentos de fazer, na moradia, no usufruto do espaço e, etc. (SOTO, 2013, p. 27).

A concepção de produção para Lefebvre não é só entendida no sentido econômico, mas também no sentido da filosofia inteira. A reprodução física e social do modo de vida correspondem à linguagem da vida real (GODOY, 2008, p. 126). Assim, a produção do espaço está inseparável da categoria de Trabalho em Marx, a qual é interpretada pelo autor francês no seu sentido mais amplo, como gênese cultural do Homem. Isso auxilia a entender as relações de produção não apenas de produtos, mas também de obras. A citação que segue elucidada a relação da categoria Trabalho através da ótica lefebvriana:

¹⁸ Sobre a análise do Estado, Lefebvre dedicou-se arduamente e publicou, entre 1976 e 1978, quatro volumes da obra intitulada “*De l’Etat*” (LOREA, 2013, p. 12).

O Trabalho enquanto categoria de análise não se reduz a exploração apenas da natureza objetiva das condições materiais e imateriais da produção em geral, mas a compreensão do que está além da exteriorização da ideologia e da objetivação das formas concretas, o que conduz à compreensão da própria gênese cultural do Homem. O homem histórico, neste caso, resulta do seu próprio trabalho. (GODOY, 2008, p. 126)

Assim sendo, o trabalho enquanto gênese cultural permite que a produção seja lida através do sentido restrito e o mais amplo. O primeiro refere-se aos produtos e são consequências da reprodução, repetição da produção, enquanto o segundo possibilita uma produção particular e original, dando origem às obras. Esta diferenciação é fundamental para o desenvolvimento das concepções do autor a respeito do Espaço e as Relações Sociais. Em “*La production de l’espace*” (1974) Lefebvre se dedica a combater a simplificação e reducionismo da noção de Espaço através de uma construção denominada de “*teoria unitária*”. Nela, o autor, entre outras questões, critica fortemente o papel epistêmico de arquitetos e urbanistas no modelo capitalista pela reprodução do espaço urbano, produzindo uma cidade como produtos e não obras. A tecnocracia que rege a conduta profissional desses não lhes autoriza que outras dimensões sejam postas em relevância no momento de decidir o planejamento e gestão da vida urbana. Assim, o espaço urbano é um produto de relações de produção da sociedade capitalista que privilegiam o sentido restrito, a repetição, e não o sentido amplo, a criação de particularidades.

Antes de seguirmos avançando pela abordagem lefebvriana, uma pausa para um diálogo necessário com Milton Santos. Este, que também foi interlocutor do autor francês, atenta-se para a relação entre a noção de espaço e o método. O espaço, enquanto conceito ou até mesmo categoria, está amparado empiricamente na realidade? Tem fundamentações concretas que garantam a coerência da sua abstração?

Estará a posição entre diferentes noções de espaço (que ainda aparece na literatura especializada) fundamentada na realidade? Será que ela atende às necessidades do método, ou não passa de uma opinião alçada ao nível de método? É assim que se chega a uma multiplicidade de definições referentes ao espaço, em função da óptica de cada disciplina? (SANTOS, 2013, p. 69)

Souza (2013, p. 228) também fez um alerta para a necessidade de superar os enfoques tão somente abstratos e parciais de espaço - e até mesmo da espacialidade. Retornando a Lefebvre, este alimenta que o espaço carece urgentemente de um código (parte da teoria unitária), para que os sujeitos possam colocar em exercício práticas que objetivem romper com a fragmentação na qual o espaço está sendo tratado, justamente pelo fato de que cada sujeito o lê com determinada linguagem.

O espaço é compreendido por Lefebvre como social posto que é socialmente produzido, apropriado e transformado, conforme Souza (2013, p. 22). A produção social do espaço acontece através das relações sociais, que estão presas por um lado as relações de propriedade e, por outro, as forças produtivas. Assim sendo, este espaço social é ao mesmo tempo um produto que se consome pelo uso, mas também um meio de produção. Não há como separar a produção do espaço social das técnicas e o conhecimento (forças produtivas), nem da divisão social do trabalho, que o modela, nem das condições naturais, nem do Estado e das superestruturas da sociedade (LEFEBVRE, 2013, p. 97).

Retornando ao tema da produção e do trabalho, o espaço social começa a ser interpretado em duas esferas: como produto do trabalho, sua dimensão material; e como práxis dos sujeitos históricos e as probabilidades de superar suas contradições.

O espaço social como condição de reprodução do trabalho adquire dois sentidos: ora como produto do trabalho, e neste caso representa uma dimensão material que expressa a racionalidade do capital; ora como condição e resultado da práxis do sujeito histórico que alude à possibilidade de superação das contradições geradas no seio do processo de produção de mercadorias, ou seja, a condição imaterial que sustenta-se enquanto mediação. (GODOY, 2008, p. 130)

Assim, como práxis, a produção do espaço pode suscitar um projeto político de outra produção do espaço (política do espaço), que não se trate do modo capitalista. Para tal tarefa, é necessário atentar-se para outras dimensões que não somente, e muito menos exclusiva, a econômica: "una transformación revolucionaria se verifica por su capacidad creativa, generadora de efectos en la vida cotidiana, en el lenguaje y en el espacio, aunque su impacto no tenga por qué suceder necesariamente al mismo ritmo y con similar intensidad" (LEFEBVRE, 2013, p. 105). Dentro de uma proposta socialista que não altera a produção espacial de sua sociedade, surge o questionamento: "Y sin embargo, si no hay invención

arquitectónica y creación de um espacio específico, ¿puede hablarse em rigor de un socialismo?” (LEFEBVRE, 2013, p. 105).

Outro projeto político de produção do espaço não significa a demolição do espaço social existente para reconstruí-lo com os mesmo meio de produção existente. Trata-se de considerar o novo através de relações sociais antes não vigentes para que o espaço se produza socialmente de outra forma. Para que isso se operacionalize é indispensável decifrar a prática espacial. Esta é uma ação da prática social que possui evidentemente a espacialidade como um dos fatores centrais da própria ação.

Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a “lugaridade” [...]) é um componente nítido e destacado da *forma de organização*, do *meio de expressão* e/ou dos *objetivos a serem alcançados*. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma *ação* (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de *relações sociais*. (SOUZA, 2013, p. 241 [grifo nosso]).

Anteriormente, Lefebvre já havia apontando que:

La práctica espacial de una sociedad secreta su espacio; lo postula y lo supone en una interacción dialéctica; lo produce lenta y serenamente dominándolo y apropiándose de él. Desde el punto de vista analítico, la práctica espacial de una sociedad se descubre al decifrar su espacio. (LEFEBVRE, 2013, p. 97 [grifo nosso])

Das passagens supracitadas dos autores, é possível inferir que a prática espacial é passível de ser desvelada através da análise do espaço de dada sociedade. Contudo, a questão que é levantada é: como podemos operacionalmente analisar o espaço? A resposta está na busca de compreender sua produção na interação dialética de relações sociais e o próprio espaço. As práticas espaciais, como aponta Souza (2013, p. 238), são a ponte conceitual entre espaço e relações sociais. Neste sentido, seria plausível apontar que todas as práticas humanas são espaciais e por isso, para compreensão do espaço, são indispensáveis de análise?

Novamente Souza (2013, p. 246) nos auxilia com uma distinção importante a respeito das práticas sociais e das espaciais. Em se tratando das primeiras, nem todas possuem como protagonismo, embora não esteja ausente, o espaço social. Já outras, e estas sim postulamos como práticas espaciais, são dotadas de maior densidade no que se refere à dimensão espacial.

Tal densidade pode estar vinculada ao pertencimento e identidade de um grupo social com o seu espaço e/ou a reivindicações políticas pelo uso para determinado fim através da organização espacial existente, seja moradia, alimentação, atividade cultural, etc. As práticas espaciais podem ser as mais variadas e dependendo do período histórico e do avanço do desenvolvimento da técnica, suas manifestações acontecem em ritmos conforme a sociedade processualmente produz seu espaço. O uso político das práticas espaciais também possuem cargas de intencionalidade que podem, ora promover a heteronomia, principalmente vinculada aos projetos de Estados, ora provocar ganhos de autonomia, seja com avanços institucionais, seja com pleitos provocados pela própria sociedade civil organizada por si.

No esforço de compor um quadro de práticas espaciais de característica insurgente, Souza (2013) nos apresenta alguns tipos, dos quais dois colocamos em destaque: 1) Refuncionalização/Reestruturação do espaço material que trata da adequação do substrato material do espaço conforme relações sociais vinculadas à emancipação social. Essas relações sociais são oriundas de necessidades não existentes antes na produção daquele espaço. Quando as alterações são mínimas em razão de novas funções a serem exercidas, estamos diante de uma refuncionalização. A reestruturação, por sua vez, refere-se a modificações de maior calado na estrutura física; 2) Ressignificação de lugares – prática espacial que objetiva colocar outra roupagem simbólica ao espaço social, permitindo que sua representação esteja coerentemente relacionada com o sentido emancipatório que as novas relações sociais estão produzindo (2013, p. 251-254).

Lefebvre (2013) ainda coloca à mesa um aspecto importante sobre a prática espacial e está diretamente relacionada com seu método dialético. Existe uma dependência do conceito em relação ao seu conteúdo enquanto experiência vivida. Tanto a prática social como a espacial são tributárias do que se vive empiricamente e não vice-versa.

Como toda práctica social, la práctica espacial es vivida antes que conceptualizada; pero la primacia especulativa de lo concebido sobre lo vivido hace desaparecer, con la vida, la misma práctica, y eso hace poca justicia al “inconsciente” de la experiencia vivida *per se*. (LEFEBVRE, 2013, p. 93-94)

Este é um ponto-chave para justificar o uso de referenciais lefebvrianos para interpretar a experiência do Jardim Universitário, uma vez que nosso caminho percorreu inicialmente um acúmulo empírico que, paulatinamente, começou a ser abstraído, e encontrar

conceitos em autores que auxiliavam não somente a compreensão das ações realizadas, ou em curso, mas também na projeção das que poderiam ser lançadas no horizonte. As práticas espaciais vividas e posteriormente conceitualizadas formaram o combustível organizativo da experiência do Jardim Universitário e, por isso, a razão de colocarmos em destaque nesta dissertação.

Em dada altura, no capítulo em que discute as ideias de continuidade e descontinuidade, Lefebvre em “*O direito à Cidade*”, releva sua preocupação com abusivas reduções, simplificações e negligências realizadas por sociólogos e historiadores ao se debruçar na interpretação do espaço urbano. A criação, a obra social, não é posta em plano, uma vez que são as generalizações que reinam. Assim sendo, particularidades da vida cotidiana de sujeitos que se apropriam e produzem o espaço através de suas próprias relações é que precisam ser analisadas para que se renove o pensamento sobre o espaço urbano (IDEM, 2001, p. 58).

É sobre a particularidade de se fazer as práticas espaciais que esta pesquisa se dedica, na medida em que nosso campo é uma experiência específica de ativismo de bairro promovida por sujeitos que pensaram outras produções do espaço que não as vigentes até então para aquela escala.

As práticas espaciais emancipatórias (ou, permitindo uma articulação conceitual com Castoriadis, por que não intitulá-las de instituintes?) podem ter como força motriz utopias. Contudo, não se tratam de quaisquer utopias e, nesse sentido, há um avanço significativo em Lefebvre para a criação conceitual do que o filósofo francês define como “utopias experimentais”. Souza relê o conceito como “não fantasias irrealizáveis, mas sim como metas testáveis e aprimoráveis por meio da práxis” (2013, p. 300). Já o próprio Lefebvre:

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa. (LEFEBVRE. 2001, p. 110)

Utopias Experimentais nos parece um conceito interessante por carregar internamente, como posto por Souza (2013), a necessidade de práxis. Em alguma medida, a proposta de

inédito-viável de Freire (1987, p. 94) se aproxima das utopias experimentais, pois ambos estão relacionados com a projeção de expectativas que se tornam concretas no momento em que os sujeitos se colocam no movimento da prática. A prática associada à intenção emancipatória de transformação do real enuncia a práxis. Segundo Souza (2013, p. 300), as práxis de corte emancipatório são ações dotadas de um sentido crítico em relação ao *status quo* social heterônomo em graus variados.

Práxis epistêmica e politicamente não é um conceito barato e livre dissenso. Neste trabalho, mantemos o diálogo direto com um de nossos principais autores, segundo o qual: “Conceitos e teorias, no começo de sua elaboração, só podem avançar com a realidade urbana em formação, com a práxis (prática social) da sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2001, p. 106). Abstração por abstração, teoria com teoria sem realização concreta não se sustentam enquanto explicação da realidade. E mais, as relações sociais não podem ser criadas a partir de profissionais sem que estes estejam conectados à dinâmica concreta da vida social.

Nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o economista, nem o filósofo ou o político podem tirar do nada, por decreto, novas formas e relações. Se é necessário ser exato, o arquiteto, não mais do que o sociólogo, não tem os poderes de um taumaturgo. Nem um, nem outro cria as relações sociais. Em certas condições favoráveis, auxiliam certas tendências a se formular (a tomar forma). Apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes. Ou não os possui. As pessoas acima relacionadas, tomadas separadamente ou em equipe, podem limpar o caminho; também podem propor, tentar, preparar formas. E também (e sobretudo) podem inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos, ajudar o parto do possível através de uma maiêutica nutrida de ciência. (LEFEBVRE. 2001, p. 109)

Como forma de tentativa de entrada na vida social da cidade, o autor francês é crítico às propostas ditas de *participação* dos sujeitos. Condicionado pela categoria de classe social, Lefebvre ainda tributa aos trabalhadores a exclusiva responsabilidade de promover o processo revolucionário. E tal necessitaria efetivamente de uma participação real dos trabalhadores na gestão da cidade, a qual o próprio autor como auto-gestão. Longe dela, a crítica ao que se posta como participação só serviria para acumular resignação por parte dos sujeitos.

Outro tema obsedante: a *participação* (ligada a integração). Mas não se trata de uma simples obsessão. Na prática, a ideologia da participação permite obter pelo menor preço a aquiescência das pessoas interessadas e que estão em questão. Após um simulacro mais ou menos desenvolvido de informação e que atividade social, elas voltam para a sua passiva tranquilidade, para o seu retiro. É evidente que a

participação real e ativa já tem um nome. Chama-se *autogestão*. O que levanta outros problemas. (LEFEBVRE. 2001, p. 104 [grifo do autor])

Outra interessante composição conceitual de Lefebvre, também presente em “*O direito à Cidade*”, refere-se ao que o autor define como a ordem próxima e a ordem distante. Enquanto a primeira trata do micro e das relações diretas entre os indivíduos em grupos e dos grupos entre si, relativamente organizados e estruturados, a segunda é do macro e regida pelas maiores instituições da sociedade, como Estado, Igreja, Mercado, através de códigos formalizados, por uma cultura e por um conjunto de significantes. Estas estão em mediação e produzem a cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

Expostas as principais ideias dos dois autores, Castoriadis e Lefebvre, respectivamente, através de suas propostas de Projeto de Autonomia e Produção do Espaço, deter-nos-emos mais precisamente a alguns conceitos que serão chaves para interpretação da experiência do Jardim Universitário.

3.3 Referencial conceitual

Nesta seção, apresentamos a especificidade de alguns conceitos utilizados para interpretação da experiência. Tais conceitos são apresentados de maneira destacada, embora pudessem estar presentes no referencial teórico anteriormente apresentado, posto que desarticulado das teorias estes têm maior facilidade de acesso e composição com outros autores que estão tratando de unidades conceituais similares. Assim como postulado por Grandi (2010, p. 64), a presente dissertação utiliza como estratégia a composição em separado de um referencial conceitual, além do referencial teórico. Sem promessa de aprofundamento, mas com objetivo de operacionalizá-los, serão postos à baila os conceitos de Sujeito; Movimento; Organização Social; Movimento Social; Ativismo; Grupo de Apoio; Grupo de Apoio Acadêmico e Ativismo de Bairro.

O conceito de Sujeito é amplamente utilizado por diversas áreas de conhecimento, cada qual conforme sua episteme e campo de estudo. Embora Castoriadis no Projeto de Autonomia e Lefebvre sobre a Produção do Espaço se utilizem da concepção de Sujeito, a base neste trabalho está fundamentada em Educação Popular de Paulo Freire. Segundo este autor “Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.” (FREIRE, 1971, p. 27). Assim sendo, os

sujeitos do nosso trabalho são interpretados, inicialmente, como Sujeitos porque são aqueles que estão desenvolvendo o ato de conhecer a si, os outros e o mundo.

Nossos sujeitos, tipificados, tratam-se do morador, do jovem, do estudante e do militante. São estes que estão conhecendo uma nova produção de espaço e de relações sociais não antes instituídas. Suas condições enquanto de interação em si e com o mundo não dizem respeito somente ao recorte econômico, ou de gênero, ou etário, ou qualquer outra que possa subordinar os demais. O Sujeito converge todos e dependendo do contexto em que se analisa o mesmo, diferentes condições podem ser evocadas e sobrepostas para explicar seu comportamento. É de Bookchin que encontramos a inspiração para pensar no Sujeito como a convergência de condições sociais e não reducionistas.

Pode-se jogar com palavras como município, comunidade, assembleia e democracia direta, negligenciando diferenças de classe, étnicas e de sexo, que fizeram de termos como *povo* abstrações insignificantes. [...] Reduzir esta conflitualidade a meros interesses econômicos é tão incorreto como ignorar diferenças de classe e falar de fraternidade, liberdade e igualdade como se estas fossem meras expressões retóricas, esquecendo a sua dimensão populista e utópica. (BOOKCHIN, 1999, p. 19-20 [grifo nosso])

Desta forma, a opção conceitual por Sujeito nos permite que, em dados contextos, as relações sociais produtoras do espaço sejam explícitas a partir da condição etária, enquanto que, em outras situações, pode ser que seja de maior evidência a condição de gênero ou de classe. Ou até mesmo que ambas as condições sejam mobilizadas, dependendo das evidências que se possui, embora cada uma com intensidade distinta da outra. O Sujeito, dentro da interpretação, é tanto possível de enquadramentos nas condições sociais (classe, etnia, gênero, etc.), como de rompimento com estas, dependendo do seu conhecer-se com os outros.

Avançamos conceitualmente com a leitura freiriana através da Educação Popular que em muito inspirou nossa prática durante a experiência. A busca de problematizar o mundo e as relações sociais entre os sujeitos nos fez com que cada situação enfrentada no Jardim Universitário pudesse ser encarada como ganho de consciência sobre o que se estava fazendo em prol do ativismo de bairro. Conforme as palavras do próprio autor:

Estamos convencidos de que, qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo

e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão. (FREIRE, 1971, p. 33)

A partir dessa compreensão, os sujeitos estudantes expunham dentro de espaços acadêmicos de atuação na universidade de que a experiência, através da relação de trocas durante o exercício da prática e seus questionamentos, estava produzindo conhecimento científico com os sujeitos moradores e militantes. Indispensável sempre foi, não isento de conflitos, a discussão entre os sujeitos para que as situações-limites pudessem ser superadas. No seu trabalho com a extensão rural, Paulo Freire destaca “Daí que o diálogo problematizador, entre as várias razões que o fazem indispensável, tenha esta mais: a de diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção pelos camponeses em torno do significado” (FREIRE, 1971, p. 68). O compartilhamento do significado a partir acúmulo de debates pode ser compreendido como a produção de conhecimento.

O que defendemos é precisamente isto: se o conhecimento científico e a elaboração de um pensamento rigoroso não podem prescindir da sua matriz problematizadora, a apreensão deste conhecimento científico e do rigor deste pensamento filosófico não pode prescindir igualmente da problematização que deve ser feita em torno do próprio saber que o educando deve incorporar. (FREIRE, 1971, p. 54)

Este conhecimento oriundo, não de uma reflexão filosófica conformadora (FREIRE, 1971, p. 27), de frases vazias e sem sentido para os interlocutores, mas através da ação e reflexão interconectadas pela comunicação dos sujeitos. Aflora, neste momento, o conceito de dialogicidade, entendido por um de suas intérpretes como:

[...] a necessidade de resgatar a dimensão dialógica da aprendizagem, inerente à natureza humana, de compreender num processo coletivo de ação-reflexão, os condicionantes, a alienação, a determinação de classe; a problematização da própria vida; um processo dialógico dá sentido aos conteúdos socialmente elaborados, faz emergir novos modos de pensar e agir numa contínua *conscientização*. (ALBUQUERQUE, 2001, p. 135 [grifo nosso])

Então, ser dialógico e o próprio diálogo em si são os conteúdos da forma da existência humana, segundo FREIRE (1971, p. 68). Os sujeitos, em comunicação, se educam dialogicamente sem imposição de um saber sobre o outro, ou ao menos, sem a intencionalidade inicial de um saber sobre os demais (originário de outras matrizes de pensar). Diálogo é uma relação coerentemente de comunicação entre duas lógicas distintas de sujeitos que sabem pouco para quererem saber mais.

Os sujeitos que colocam a sociedade em movimento podem estar engajados em organizações, movimentos e ativismo sociais. Precisar, ou ao menos buscar uma melhor qualificação desses termos, é uma de nossas tarefas. O estágio mais embrionário e o conceito mais amplo dos três, embora nossa perspectiva não seja “etapista” e/ou evolucionista, refere-se ao ativismo social, ação coletiva desenvolvida por um conjunto de sujeitos que objetivam a manutenção ou ampliação de direitos. O ativismo abarca um leque variado de ações, desde os de caráter apenas reivindicatório, intitulados de paroquiais, até aqueles de poder mais profundo de questionamento de estruturas sociais (SOUZA e RODRIGUES, 2004, p. 83).

Por sua vez, os movimentos sociais não deixam de ser ativismos, mas com outra postura política. Ainda que ambos protagonizem lutas “por direitos, estabelecem laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural” (SOUZA e RODRIGUES, 2004, p. 81), o nível organizativo é de maior qualificação, sua escala de atuação é maior e suas causas e pautas envolvem continuidade ininterrupta de ações e temporalidade lenta para que sejam alcançadas. Conforme os autores recém supracitados, em comparação, um movimento social:

[...] um tipo especial de ativismo. Tenham surgido da evolução de um ativismo mais modesto e reivindicatório ou não, o fato é que eles representam um grau razoavelmente elevado (ou até bastante elevado) de organização e de contestação da ordem social vigente (capitalismo, racismo ou qualquer forma de opressão). Estão voltados para transformações mais ou menos profundas da sociedade, têm o horizonte de luta ampliado, ou seja, não fazem reivindicações puramente pontuais; pelo contrário, atuam em diversos níveis (e não apenas localmente), com preocupações de alcance maior como o aumento de justiça social, o combate à desigualdade social, as críticas à segregação residencial e a luta o racismo, entre outras. (SOUZA e RODRIGUES, 2004, p. 84)

Endossando o refinamento sobre movimento social, Andreelino Campos complementa o núcleo do conceito apontando que os sujeitos da ação são os que constituem os movimentos sociais, “projetando-se no cenário para que possam disputar projetos” (CAMPOS, 2014, p. 52) Ou seja, outra característica marcante é a presença pela disputa, o que determina a exclusão e não copresença de projetos de sociedade. Um projeto de sociedade feminista, por

exemplo, protagonizado por movimentos de mulheres, não prevê a convivência com um projeto de sociedade que seja antagônico com o instituído projeto machista.

Por fim, fechando o conceito de movimento social, a contribuição do sociólogo Marcelo Silva nos alerta para o caráter universal, dentro de seus limites territoriais de reivindicação, que as causas e propostas pleiteadas pelos sujeitos devem ter na esfera pública. Há uma evidente tentativa de quebra com a ideia de privilégios no âmbito de atuação dos movimentos sociais. Não se trata de garantir apenas o particular, mas para que os demais também possam, direta ou indiretamente, usufruir de determinado direito conquistado, o qual transitará a partir de então no universo instituído.

Por outro lado, é exatamente através da luta contra os limites do instituído e pela institucionalização de novas relações, que as mudanças buscadas pelos movimentos sociais ganham uma dimensão pública, universalista, que vai além de uma mera demanda ou proposta de um grupo de interesse localizado. (SILVA, 2002, p. 29)

Postos à mesa os conceitos de ativismo e movimento social, podemos nos dedicar ao de organização social. Para compreender seu uso nesta dissertação, utilizamos novamente as palavras de Marcelo Lopes de Souza nas quais o autor não só defini a organização social no seu caráter enquanto entidade coletiva, unidade agregadora de sujeitos conforme uma cultura própria de gestão, mas também a relação com o conceito de movimento social.

Um movimento social é um processo de “movimentação” de uma parte da sociedade, a qual, insatisfeita com a sua posição e/ou com aquilo que identifica como os rumos e as tendências da sociedade em questão, resiste e se revolta, dando origem as contestações e insurgências as mais diversificadas, indo das mais cotidianas, táticas e informais às mais programáticas, institucionalizadas e planejadas. Uma organização, de sua parte, equivale, no sentido de uma entidade institucional, a um grupo de indivíduos que, com base em regras livremente acertadas (autogestão) ou impostas de cima para baixo (estrutura piramidal), interagem visando atingir de determinados objetivos. Assim como dificilmente há movimentos sociais sem organizações, também é muito difícil dar exemplos de movimentos sociais importantes abrigando ou gravitando em torno de uma única organização. Tomar uma organização pelo próprio movimento é tomar a parte pelo todo. (SOUZA, 2015, p. 28 – nota de rodapé).

Os movimentos, organizações e ativismo social são apoiados por grupos de sujeitos geralmente ligados ao meio acadêmico ou profissional que visam cooperar com as demandas latentes. São os chamados grupos de apoio. Essa definição é chave para entender a atuação

dos sujeitos militantes e estudantes, posto que todos estavam engajados em algum coletivo diretamente relacionado com a experiência no Jardim Universitário. Os sujeitos pertenciam a AGB-PA, NEGA, EMAV ou ao LPJ. Esses por si só, ou seja, individualmente já poderiam ser enquadrados como grupos de apoio (o LPJ também pode ser conceitualmente delimitado com organização social)¹⁹, contudo, durante um período de intensa atividade e vínculo orgânico no transcurso da experiência, todos chegaram a compor de maneira geral um grupo de apoio. O geógrafo Marcelo Lopes de Souza, mais uma vez, auxilia-nos na elucidação sobre esse conceito:

Em sentido forte, o “apoio” é constituído pelo que já foi denominado “grupo de apoio” ou, como prefiro, “*grupo de apoio cotidiano*”. O referencial espaço-temporal tem, aqui, uma função definidora: o grupo de apoio cotidiano, mesmo tendo uma formação universitária e dispondo de conhecimentos variados, de tipo científico e acadêmico-erudito (jurídico, arquitetônico, geográfico, pedagógico, historiográfico, etc.), que podem ser muito úteis para incrementar a força e a eficácia do movimento social, não se faz presente somente por conta desse acervo de conhecimentos, e nem mesmo em primeiro lugar por causa disso. O grupo de apoio participa, em geral intensamente, de inúmeras atividades que fazem parte do cotidiano dos sujeitos e espaços do movimento: da organização de festas a mutirões de limpeza e melhoramentos, da resistência contra despejos à divulgação de eventos. Alguns dos integrantes do grupo de apoio cotidiano tornam-se e podem ser considerados, inclusive, por isso, *protagonistas*, mesmo sem pertencer à mesma base social dos protagonistas originários. Eles passam, nessa condição, em vez de apenas colaborar com os ativistas de um movimento, a ser, eles próprios, ativistas. (SOUZA, 2015, p. 30-31 [grifo nosso])

Com maior nitidez, dentro do escopo conceitual de grupo de apoio, é possível que os grupos ligados à atuação política, tendo como base sua episteme, como o AGB-PA, NEGA, EMAV, sejam adjetivados como grupos de apoio Acadêmicos. Mesmo não estando diretamente ligada à universidade como estão o NEGA e o EMAV, a AGB-PA não deixa de ser uma entidade que representa a Academia da Geografia. Novamente Marcelo Lopes de Souza joga luz sobre o conceito, destacando a variação de participação conforme a posição do

¹⁹ Sobre o duplo enquadramento conceitual do LPJ, compartilhamos a justificativa sobre a dificuldade de correspondência empírica ao tratarmos desses conceitos. “Distinguir entre ‘meros’ ativismo e verdadeiros movimentos sociais é mais fácil de fazer conceitualmente que na prática. Empiricamente, isso às vezes é bem difícil, porque os ativismo são práticas sociais bastante mutáveis e complexas. [...] Não é simples estabelecer fronteiras. Por essa e por outras razões é que, na prática, a distinção entre “meros” ativismos e movimentos sociais é uma operação que, muitas vezes, é muito menos trivial ou fácil do que se poderia imaginar” (SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.). O mesmo grau de dificuldade entre ativismo e movimento social pode estar presente na delimitação entre organização social e grupo de apoio. Como dito anteriormente no início do parágrafo, em geral, as organizações e/ou movimentos são atendidas por grupos de apoio e não vice-versa. Assim sendo, embora tenha todos quesitos para postular enquanto movimento social, na experiência do Jardim Universitário o LPJ majoritariamente atuou como um grupo de apoio.

sujeito dentro da academia. Além disso, ressalta o compromisso político que estes sujeitos objetivam ao se engajarem com determinadas causas.

Entre os integrantes do apoio acadêmico, destacam-se, numericamente (de longe!), os jovens estudantes universitários de graduação, com tendência a um afinamento à medida que se passa destes para os estudantes de pós-graduação, e destes para os professores/pesquisadores. Oriundos, em um país como o Brasil, majoritariamente da “classe média”, um número significativo de jovens estudantes anseia por “fazer algo prático” visando a contribuir para diminuir a injustiça social. Por isso, sentem-se atraídos por movimentos sociais emancipatórios, como o dos sem-teto, o dos sem-terra e outros – bastando, para isso, que se construam circunstâncias favoráveis (como a existência, ao seu alcance, de organizações de movimentos, e a inserção em redes de solidariedade já existentes que facilitem e viabilizem o recrutamento de apoiadores). (SOUZA, 2015, p.32-33 [grifo nosso])

Se por parte dos sujeitos estudantes e militantes se destaca o conceito de Grupo de Apoio e o de organização social, pelos sujeitos moradores, jovens e adultos ganha força o de ativismo de bairro. É a partir dessa instância que os moradores se organizam enquanto sujeitos reivindicativos de suas demandas coletivas e que sustenta a relação com o Grupo de Apoio. Para entrarmos nesse conceito, antes discutimos e apresentamos a compreensão de bairro. Num artigo de resgate epistêmico sobre esse conceito, Halley nos apresenta a razão popular do termo.

Seguindo na mesma direção, acrescenta Soares (1958, p. 47/48), que “a noção de bairro é uma noção de origem popular”, sendo, portanto “muita mais geográfica, mais rica e mais concreta. Ela se baseia num sentimento coletivo dos habitantes, que têm a consciência de morarem em tal ou qual bairro”. Essa noção defendida por ambos os autores, baseia-se na concepção da geografia francesa da época, que entendia o bairro como “uma categoria espacial de difícil definição. [...] Visto como uma individualidade determinada muito pelo ‘sentimento coletivo’ dos moradores de que pela ação do Estado” (Sorre APUD Martin, 1984, p. 53). (HALLEY, 2014, p. 581 [grifo nosso])

A concepção de bairro é emblemática para se pensar a respeito de ativismo, isto porque, em geral, os recortes espaciais das administrações municipais são realizados em escalas muito grandes geograficamente para criar empatia pelos “espaços vividos” SERPA APUD HALLEY (2014). A partir dessa concepção, optamos nesta pesquisa por determinar o Jardim Universitário como um bairro subsidiado pelo argumento de que este é um espaço de identificação por parte dos moradores que participaram da experiência. Mesmo administrativamente fazendo parte do bairro Santa Isabel dentro do âmbito institucional, a

escolha de conceituá-lo como bairro vem ao encontro da proposta de SERPA e abre a possibilidade para que seja redimensionada a escala, aproximando-a do vivido por um conjunto de sujeitos que partilham de causas e mobilizações comuns.

Numa crítica aos que pouco valor deram ao bairro, enquanto espaço organizativo e de potencial reivindicatório, Souza (1988) postula na sua dissertação de mestrado, realizada no final da década de 1980, que se de um lado as abordagens da sociologia culturalistas negligenciaram as contradições existentes no bairro, os autores de corte marxista em geral omitiram o bairro do conflito²⁰. A máxima ficou marcada como “do bairro sem conflitos ao conflito sem bairro” (1988, p. 51). Se pelo viés estatal é difícil que haja identificação espacial de todos os sujeitos que estão circunscritos no chamado bairro legal, como apontou SERPA, por outro lado, a análise da acadêmica pouco coloca em evidência o bairro como lócus de suas contradições particulares que necessitam ser superadas.

No mesmo trabalho supracitado, Souza (1988) desenvolve a concepção de ativismo de bairro, inspirada a partir do pensamento autonomista, no qual o autor justamente injeta a dimensão política no conceito de bairro a partir do ativismo nele desenvolvido. Como geógrafo, a dimensão espacial ganha relevância na medida em que o ativismo de bairro tem como mote de reivindicação as próprias condições espaciais. Não se trata apenas de usar o espaço como mero receptáculo de ações ou como um fator de divisão territorial de uma dada organização social. Trata-se, na verdade, de conceber que o espaço ao modificar-se no processo de reivindicação, seja material ou imaterial, há transformações também nos sujeitos e suas relações. Conceitualmente, entende-se:

O ativismo de bairro é aquele que emerge tendo por base social os moradores de um bairro, isto é, não uma classe ou grupo de pessoas que se vincule, enquanto ativistas, apenas indiretamente ao espaço político, mas uma população que se define em princípio por sua relação com o Espaço: enquanto morador, moradora de um bairro (ou fração de), o seu bairro, pelo qual deve zelar, do qual deve cuidar. O Espaço é, assim, não um referencial meramente organizacional ou secundário, como as células territoriais de um partido político, mas um referencial catalítico primordial, simbólica, política e afetivamente. (SOUZA, 1988, p. 115)

²⁰ Segundo Souza, os marxista-leninistas tradicionalmente encaram o ativismo de bairro como mero reformismo social, distantes dos horizontes revolucionários do socialismo (2000, p. 161). Em outra passagem da mesma obra, o autor discute questões importantes relativas aos militantes ditos de “esquerda” e a sua relação com o ativismo de bairro, sendo que estes possuem maior tendência a atuar nos chamados bairros comuns do que nos bairro de periferia e de favelas (2000, p. 161).

O mesmo autor ainda diferencia o que pode ser compreendido como movimento de bairro, o qual encontra correspondência com o conceito de movimento social anteriormente discutido, e o de ativismo de bairro, este ainda preso às questões mais locais, sem aprofundamento crítico de questões estruturais. Nesse sentido, todo movimento de bairro é um ativismo de bairro, mas nem todo ativismo acumula as características que lhe permitem o enquadramento enquanto movimento de bairro. A experiência do Jardim Universitário, protagonizada por moradores, estudantes e militantes conceitualmente se ancora como ativismo de bairro e as razões para tal se justificam pelo fato de não ter conseguido desenvolver, embora não tenha faltado empenho por parte dos sujeitos, um horizonte maior de mobilização sócio-espacial e a crítica radical da sociedade. De qualquer forma, isso não isenta que a experiência não tenha acúmulo significativo de ganhos de autonomia, significados e interiorizados pelos sujeitos e que podem, senão agora, mais tarde, inspirar e contribuir para processos instituintes mais amplos.

Retornando à dimensão espacial no ativismo de bairro, destacamos as passagens que seguem a respeito de como a mobilização reivindicatória no espaço de moradia é condicionada pelas próprias condições de como este espaço encontra-se produzido e como poderá ser reproduzido ou produzir novas possibilidades através das ações dos sujeitos engajados politicamente. As causas do desencadeamento ou manutenção são as mais diversas: serviços públicos de qualidade, melhoras de infra-estrutura, presença de atividades culturais, estímulo à economia local, etc. Todas passam e se transformam espacialmente e de maneira mais direta, ao alcance do braço, por ser uma escala imediata aos sujeitos devido à sua condição de moradia neste espaço, o bairro.

No caso do ativismo de bairro, o Espaço não é simplesmente um referencial indireto ou secundário para as lutas, pouco indo além da condição de suporte material. Ele é um referencial direto e decisivo, pois: define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes; catalisa e referencia simbólica e politicamente o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana. Essas características do ativismo de bairro de riquezas de vínculo com o Espaço, essa sua grande dimensão “telúrica”, é plena de consequências [...]. (SOUZA, 1988, p. 42)

Ainda sobre o contexto bairro, para o autor:

O bairro é, para o ativismo de bairro, não somente um *palco sociopolítico* (o *campo*, segundo a terminologia de Carlos Nelson Ferreira dos SANTOS [1981a], mas também um *fator de aglutinação*. Isso determina uma dinâmica cujos traços característicos são, aparentemente, semelhantes em distintas sociedades: em primeiro lugar, o ativismo de bairro emerge como uma luta por uma qualidade de vida melhor no bairro sobre a base de aspectos culturais (“bairrofilia”: apego ao bairro, identificação de um indivíduo com o bairro onde ele mora [SOUZA, 1988; 1989]) e político-culturais (“politofobia” – [...]) Em segundo lugar, uma característica frequente é a sua reduzida capacidade de articular os problemas do bairro com questões relativas a escalas mais abrangentes (sobretudo nas escalas nacional e internacional), bem como com dificuldades no âmbito da esfera da produção. (SOUZA, 2000, p. 159)

A dificuldade de articular-se com outros ativismos e movimentos, por exemplo o sindicalismo, faz com que o ativismo de bairro tenha entraves para que suas causas cheguem em instâncias supralocais em que o poder de decisão institucional ou de mobilização são mais efetivos (SOUZA, 2000, p. 162-163). Superar o localismo é uma difícil tarefa para o ativismo de bairro que, simultaneamente no enfrentamento desses desafios, pode-se começar a articular e trocar experiências com outras organizações sociais e potencialmente tornar-se um movimento.

4. O caminhar do pesquisador e do ativista com a pesquisa

A maneira de caminhar pode dizer a respeito de onde estamos indo. Nesta seção, apresentaremos as concepções, métodos, orientações e procedimentos metodológicos que nos orientaram na composição de uma resposta para o problema de pesquisa que elaboramos. Acreditamos que seja importante, ainda que sempre haja zonas cinzentas, que o pesquisador evidencie ao máximo seus procedimentos de investigação, de modo que o leitor possa se apropriar da trajetória que propiciou resultar em determinadas conclusões (GOLDENBERG, 2011, p. 49). Isso nos parece uma preocupação científica relevante porque permite ao interlocutor que acompanhe e questione não somente os resultados em si, mas também a maneira como estes foram sendo construídos processualmente.

Ancorados no pressuposto descrito, expomos conforme a seguinte ordem neste subcapítulo: a concepção de pesquisador na interface com o papel de ativista que permeou a atuação do autor no desenvolvimento da experiência que será analisada; a metodologia de sistematização de experiências; e os procedimentos metodológicos são elucidados com o objetivo demonstrar cada momento do processo investigativo.

4.1 As atribuições do pesquisador e do ativista

Pode ser que seja entendido com suspeita um trabalho de investigação no qual o pesquisador é um dos sujeitos de seu próprio campo de estudo. E tal desconfiança é agravada caso trate-se de um ativismo, movimento social ou qualquer experiência de tom contestatório (nas suas mais variadas formas e intensidades), posto que o princípio de objetividade científica do pesquisador pode estar ameaçado pelos valores que orientam o trabalho político do mesmo enquanto ativista. Então, nos marcos da honestidade intelectual, como atuar na dupla face enquanto pesquisador e ativista comprometido com uma dada experiência organizativa? Esta, com certeza, é uma questão estruturante de nosso trabalho e que requer cautela política e epistêmica.

Um primeiro passo diante da esfinge é traçamos os contornos de atuação entre o ativista e o pesquisador. Como posto por Souza²¹, o que move um militante são suas *certezas* que balizam e sustentam o projeto político do qual faz parte. Já um cientista, seja social ou de outra área (se é que alguma ciência deixa de ser social), é orientado por suas *dúvidas* que são o manancial criativo que lhe permitem ir à busca de respostas sobre os fenômenos os quais se debruça a analisar. Claro que há pontos em comum e interpenetrações dentro dessas características de atuação recém citadas, uma vez que doses de incertezas para o ativista são saudáveis para evitar cegueiras e dogmatismos, assim como um grau de confiança para o pesquisador é necessário para que os resultados de seu trabalho sejam validados pela comunidade científica. Contudo, na perspectiva dessa investigação, o que diferenciamos entre esses dois personagens são os seus papéis éticos.

Enquanto militante, no caso de um engajamento junto a uma organização específica, o pesquisador ou intelectual tem de acatar as decisões da maioria, desde que tenham sido tomadas de forma democrática, e se ele, como todos os demais, participou do

²¹ **Os geógrafos e os movimentos sociais: como cooperar? Dez teses para debate.** Disponível em: <<http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/geografosmovimentossociais-1.pdf> s/l. s/d.> Acesso em junho de 2017.

estabelecimento das regras e concordou com elas. Contudo, na qualidade de pesquisador, em seu trabalho, ele não deve se furtar a expor aquilo que considera equívocos e fraquezas. No entanto, ao eventualmente fazê-lo, ele deverá, seguramente, tomar todo o cuidado para não oferecer, inadvertidamente, munição aos inimigos da causa que ele mesmo defende (se fosse para assim agir, o mais decente seria, então, abandonar a organização e declarar a sua ruptura com ela ou mesmo com o movimento). (SOUZA²²)

A participação do autor manifestou-se tanto na condição de ativista, como na de pesquisador²³, ambas no transcorrer da própria experiência. Sobre a primeira condição, podemos sinalizar que o compromisso inicialmente foi balizado pelo vínculo de militância no LPJ e a necessidade de devolver as linhas políticas de atuação da organização social. Isso acontece durante o primeiro ano e meio de atuação, na medida em que após esse período o autor retira-se da organização. Posterior a isso é mantido o vínculo de ativista através de outra organização política da qual o autor faz parte, a AGB-PA. Em ambas as organizações, a condição de ativista foi conduzida dentro do seu caráter ético como um trabalho de constituição de relações sociais de reivindicação e solidariedade entre os sujeitos que partilham do convívio de moradia de um mesmo espaço, o bairro. Assim, nossas ações de apoio enquanto ativistas relacionavam-se à organização de momentos deliberativos (assembleias e reuniões); participação em atividades culturais, como festas, chás e almoços; criação e fomento de meios de comunicação direta, como o jornal e as redes sociais e, etc. Já na atribuição de pesquisador, o labor era outro. As ações *stricto sensu* diziam respeito aos trabalhos desenvolvidos pela disciplina de Organização e Gestão Territorial do curso de Geografia; escrita de artigos acadêmicos; os projetos de extensão universitária; a participação em eventos acadêmicos e assim por diante até chegarmos à produção desta dissertação. Enquanto pesquisador, o caráter ético está fundamentado no interesse de entender como e por que aconteciam, ou deixavam de acontecer, as relações sociais de reivindicação e solidariedade entre os sujeitos que partilham do convívio de moradia em um mesmo espaço. Isso se canalizava a partir do vínculo institucional com o NEGA/UFRGS enquanto um espaço de referência acadêmica na produção de conhecimento. A AGB-PA também tinha esse caráter, contudo a identidade de pesquisador frente à experiência do ativismo era mais consolidada nas ações via NEGA/UFRGS.

²² Vide nota anterior (21).

²³ “Pesquisador” pode ser compreendido aqui no sentido mais amplo, enquanto um profissional de dada área da ciência. Não restringimos seu significado apenas ao fazer pesquisa.

A diferenciação entre pesquisador e ativista na realidade concreta não raras vezes é de difícil elucidação. A sobreposição dos papéis deve sempre ser encarada com cautela e uma das possíveis saídas é tentar deixar evidente para os sujeitos presentes qual roupagem se está vestindo em dada ocasião. Uma audiência pública é um exemplo emblemático por diversas razões: embora inicialmente o propósito seja participar do evento enquanto um ativista (seja da AAMJU ou de outra organização como LPJ ou AGB-PA), para reivindicar determinada demanda, não deixa de ser um momento em que estão presentes elementos para compreender a produção do espaço (lentes teóricas) através dos interesses em disputa no planejamento e gestão da cidade. Buscar discernir o epistêmico e o político nos personagens de pesquisador e ativista, respectivamente, é tarefa que exige sensibilidade do sujeito para não enfiar os pés pelas mãos e confundir seus papéis éticos. Como ponto de articulação desta dupla face de atuação, nunca é exagero uma boa dosagem de autocrítica.

Ainda medindo perdas e ganhos, o papel de ativista tem a vantagem de permitir que o autor esteja minimamente apropriado da historicidade da experiência (ainda que pelo seu olhar) quando inicia uma pesquisa. Isso lhe possibilita abrir mão do chamado “campo exploratório” e, ainda mais, partir de uma base de percepções e questionamentos já instaurados os quais podem ser aprofundados durante a pesquisa. Porém, há riscos. Enviesar a investigação conforme o condicionamento pelo olhar viciado é um deles. Como antídoto, a necessidade de uma construção metodológica que contorne esse possível obstáculo. Procedimentos de investigação que objetivem vocalizar a percepção dos demais sujeitos que participaram da experiência é um exemplo da tentativa de dar polifonia a pesquisa e garantir uma diversidade de interpretações que não esteja passando diretamente pelo crivo do pesquisador e ativista.

O que estamos tentando chamar atenção diz respeito à relação dialética entre as atribuições de pesquisador e ativista que estão compondo as práticas e reflexão do autor. Excetuando as atividades e contextos em que estão evidentemente delimitados cada um dos papéis de atuação na cena, em geral, os demais momentos proporcionam uma fusão na qual o sujeito é entendido como pertencente a dois códigos sociais, fato esse que o faz ser incluído num terceiro. Como inspiração para tentar abrir terreno nesta transversalidade de papéis, apoiamo-nos na abordagem da autora Silvia Riveira Cusicanqui (2014), que trabalha a concepção do “*ch'ixi*” oriunda da cosmovisão Aymara²⁴. Trata-se de um aforismo que visa

²⁴ A nota de rodapé 3 também pode ser utilizada para entender a concepção do “*ch'ixi*” neste trabalho.

explicar algo que é e não é ao mesmo tempo dependendo da distância com a qual interpretamos. Quando visto com profundidade (próximo) é possível notar que se trata de duas coisas separadas; quando analisado pela superfície (distante), parece ser uma unidade, uma terceira formação numa visada de meio caminho, diferente das duas anteriores, mas que na verdade trata-se da sobreposição destas.

La palabra ch'ixi tiene diversas connotaciones: es un color producto de la yuxtaposición, en pequeños puntos o machas, de dos colores opuestos o contrastados: el blanco y el negro, el rojo y el verde, etc. Es ese gris jaspeado resultante de la mezcla imperceptible del blanco y el negro, que se confunden para la percepción sin nunca mezclarse del todo. La noción ch'ixi, como muchas otras (allqa, ayni) obedece a la idea aymara de algo que es y no es a la vez, es decir, a la lógica del tercero incluso. (RIVERA CUSICANQUI, 2014, p. 75)

Esta percepção sobre como somos interpretados é inerentemente vinculada ao(s) Outro(s) sujeitos com que nos relacionamos. Ser compreendido como pesquisador ou como ativista é muitas vezes algo mais imposto do que propriamente autodeclarado.

Por último, reforçamos um recorte já apresentado anteriormente na introdução. Embora seja uma investigação que esteja partindo da experiência, isso não significa que a contribuição intelectual dessa dissertação possa influenciar diretamente o ativismo hoje em dia. Trata-se de uma produção que pode criar outras ações e reflexões em outros espaços (ao até mesmo no próprio ativismo, mas não obrigatoriamente). Outro ponto de diferenciação importante é de que a produção de conhecimento acumulada durante a experiência em si, não necessariamente se reflete nesta dissertação, uma vez que as lentes (teorias e conceitos) usadas neste trabalho se referem na sua totalidade ao conhecimento acumulado pelos sujeitos que participaram da experiência.

4.2 Metodologia

A metodologia da pesquisa objetiva respeitar uma tensão dialética, própria da pergunta em questão, e que se reflete na conduta dos procedimentos de produção de dados da experiência. É importante ressaltar que existe uma centralidade na experiência desenvolvida no Jardim Universitário durante os anos de 2012 e 2013. A propriedade conceitual do que estamos buscando metodologicamente recortar como experiência encontra inspiração na

investigação do sociólogo Marcelo Silva, que partir da abordagem de Thompson (1981, 1984, 1987, 1993), os apresenta:

Enquanto representação, ela é caracterizada pela presença de uma mediação simbólica, que seleciona e confere sentidos diferenciados ao conjunto dos fatos e processos vividos ao longo dessa trajetória. Além disso, a experiência é enriquecida por vivências, histórias, discursos e acontecimentos de outras pessoas, coletividades e instituições com as quais o ator estabelece relações. (SILVA, 2002, p. 23)

O desenho metodológico intenta compor técnicas que permitam uma pluralidade de versões a respeito da *mediação simbólica*. Experiência assim como a própria consolidação do que se viveu, como um conjunto articulado de ações nos quais possuem discursos, narrativas que dão significado por parte de qualquer um dos sujeitos que a presenciou. Adrelino Campos, geógrafo, por sua vez, dá luz à dimensão da experiência através da sua espacialização local e a temporalidade exclusiva da cotidianidade, sucessão de eventos.

As pessoas unidas (ou não) desenvolvem intensamente as suas ações no lugar, utilizando mais os fluxos horizontais que os verticais, as relações temporais são assentadas de forma estrutural na sucessão dos eventos, criando mais experiência com a cotidianidade do que com a simultaneidade dos eventos. O homem lento de Santos (2007 [1996] ou homem simples de Martins (2007), apesar de poder usar toda tecnologia disponível, tem como lógica viver o *dia-a-dia*, privilegiando a ação no lugar ao território. Portanto, o movimento da vida terá como princípio a assunção de posições societárias que conduzam às coisas pequenas, projetos com alcances limitados, os eventos terão as dimensões locais são os que mais afetam a sua existência. (CAMPOS, 2014, p. 59-60 [grifo nosso])

No trabalho desenvolvido no Jardim Universitário, ocorreram distintos momentos que mobilizavam os sujeitos em função de uma causa específica. Esses momentos e seus marcos foram a base para que fosse realizada uma periodização do intervalo temporal já recortado da experiência. A periodização serviu como auxílio para adentramos num dos principais procedimentos metodológicos desta pesquisa e que se refere a proposta desenvolvida pelo sociólogo Oscar Jara intitulada: *sistematização de experiências*. De matriz freiriana, essa proposta objetiva centraliza-se no registro reflexivo a respeito de uma dada trajetória coletiva.

Fazendo esses exercícios de análise e relacionando as descobertas que fazemos com os momentos significativos e as etapas, estaremos “deixando a experiência falar” e ela mesma estará nos provocando perguntas para aprofundamento, que visam a compreender o porquê do ocorrido durante a evolução do processo. Assim, ao estabelecer relações e descobrir nós problemáticos e transversais, será possível fazer diferentes sínteses, inter-relacionando os diferentes fatores de significação e conseguindo reconhecer, na complexidade dos fenômenos, as influências, condicionamentos e determinações dos diferentes fatores sobre o conjunto da experiência. (JARA, 2013, p. 209)

A sistematização de experiências não deixa de ser a construção de um discurso a respeito de outros discursos ancorados em ações e reflexões de base empírica, ou seja, a experiência a qual dado grupo compartilhou. Assim sendo, há o compromisso político de que a sistematização e seus resultados sejam socializados com todos os sujeitos envolvidos. Se não for possível durante o próprio processo de sistematização, que seja ao seu final. O compartilhamento do resultado da sistematização possibilitará uma avaliação coletiva do que se passou e talvez propicie o despertar de novas ações.

Quando falamos na produção do conhecimento transformador, não estamos falando de um conhecimento enunciado por um “discurso” transformador. Falamos do processo realizado por sujeitos sociais com capacidade de construir conhecimento críticos, vinculado aos dilemas de uma prática social e os saberes que ela produz e que, portanto desenvolvem – como um componente da própria prática – a capacidade de impulsionar e pensar em ações transformadoras. Isso pode ser feito mediante esforços especificamente investigativos, avaliativos ou de sistematização de experiências, na medida em que estas iniciativas se vinculem aos processos e desafios da prática social. (JARA, 2013, p. 158)

Na organização metodológica, esta pesquisa está fundamentada em três grandes campos: o referencial teórico-conceitual; a descrição sobre a experiência; as entrevistas dos Grupos de Discussão. A sistematização da experiência é composta por esses três campos em interação, posto que o referencial teórico-conceitual aportará as lentes com que leremos a experiência, a descrição subsidiará empiricamente enquanto os Grupos de Discussão permitirão que os discursos dos demais sujeitos que participaram da experiência exponham suas perspectivas. Os três campos se encontram no Capítulo 3 referente à análise. Na sequência do trabalho, apresentamos os procedimentos metodológicos.

4.3 Procedimentos metodológicos

As técnicas de metodologia, ou procedimentos metodológicos, referem-se aos distintos recursos e momentos empregados durante a pesquisa com o objetivo de satisfatoriamente responder a pergunta que coloca em movimento nossa interpretação sobre realidade. Antes de apresentarmos cada um dos procedimentos, colocamos em xeque um obstáculo epistemológico de transposição e diálogo ente os referenciais teórico-conceituais e os procedimentos, posto que em inúmeros casos as composições metateóricas, teóricas e conceituais de alguns autores não são exploradas metodologicamente de forma coerente com estas abordagens. Isso faz que ocorra uma quebra epistêmica e que o pesquisador, na falta de opções, tenha que recorrer ao uso de procedimentos metodológicos que não foram criados para as abordagens as quais utiliza o pesquisador.

Essa inquietação metodológica é algo que Godoy (2008, p. 131) nos apresenta: “Como se dá a tradução metodológica realizada pela Geografia sobre o pensamento de Lefebvre acerca do conceito de espaço social? Esta é uma preocupação que deve perseguir qualquer esforço teórico de análise do espaço sob o pressuposto de sua produção.” E, no mesmo texto, este autor critica o descolamento da abordagem dielétrica, ou até mesmo trielétrica, proposta por Lefebvre e a sua ausência de preocupação de operacionalizar metodologicamente sua composição teórica, denunciando certo desapego ao positivismo. Segundo Godoy (2008, p. 131), o autor francês possui “os equívocos do passado positivista marcado pelo “contrabando” de conceitos e categorias sem qualquer preocupação metodológica e epistemológica”.

Não orbitamos toda sua metodologia e por consequência os procedimentos metodológicos em torno de apenas um conceito, como o de espaço social. Compomos uma metodologia que intenta-se responder a pergunta de pesquisa, na qual a abordagem lefebvrina está presente. Nesse sentido, nossos procedimentos metodológicos se resumem a cinco técnicas que objetivaram não só responder a pergunta, mas a cumprir diferentes funções dentro da pesquisa, seja na incorporação de conceitos e ideias, seja na produção de dados, primários ou secundários.

O primeiro procedimento trata-se de uma pré-análise da experiência, suas reflexões e ações até então empreendidas, e que deram suporte para compor a pergunta de pesquisa. O segundo refere-se à revisão bibliográfica, momento que permeou praticamente toda a investigação e que possibilitou a aproximação teórica e conceitual com os autores com quais

possuímos maior afinidade epistêmica, assim como também nos permitiu a produção de dados secundários referentes aos temas que foram expostos nesta dissertação.

O terceiro procedimento metodológico refere-se à descrição da experiência, a qual se concentra no Capítulo 2. Esta, respeita a ordem cronológica dos acontecimentos em relação aos principais eventos de mobilização e participação dos sujeitos no transcurso da experiência. Contudo, a cronologia não necessariamente se estabelece de maneira linear, sendo que em alguns trechos da descrição, a narrativa avança e posteriormente retrocede temporalmente. Esta preferência inicial pela dimensão temporal para descrever uma experiência numa pesquisa de corte espacial acontece a partir da influência de Milton Santos, conforme a passagem citado por Godoy (2008, p. 130): “a Geografia se ocupa da análise do espaço transformado pelo movimento histórico em diferentes escalas através das noções de totalidade e de tempo (SANTOS, 1980, p. 207)”.

Desta forma, recortou-se os dois primeiros anos do ativismo e colocou-se em evidência na descrição (1) o problema do fechamento da passagem entre o bairro e o Jardim Universitário; (2) os mutirões da primeira reforma da sede; (3) a construção da escadaria da Rua Sete Povos; (4) o projeto de extensão com os jovens. Destas seções, as três primeiras foram escolhidas para compor a análise juntamente com os discursos dos sujeitos que participaram dessas atividades. A quarta não foi retomada na análise com o pressuposto de já ter sido objeto de análise em outros trabalhos acadêmicos.

Tal divisão encontrou correspondência na passagem de Godoy (2008, p.130), em que o autor defende que o tempo não tem natureza absoluta, mas sim aponta movimentos concretos e que se operam em períodos com critérios de referência empírica, como no nosso estudo, os momentos em que ocorreram as mobilizações dos sujeitos em função de um objetivo comum. Por exemplo, a construção da escadaria (marco empírico), que tem como referência a mobilização gerada em função desta obra, aconteceu temporalmente entre de agosto de 2013 até dezembro do mesmo ano.

A descrição, procedimento muito utilizado na Geografia, não se trata de uma produção de dados que não esteja intrinsicamente contaminada com nossa interpretação. O zelo é pelo grau de contágio que a interpretação de um pesquisador pode tingir uma dada experiência. Nesse sentido, colocamos em diálogo dois autores, novamente o geógrafo Milton Santos e o sociólogo Howard Becker, em que discutem a relação entre a descrição e a interpretação.

Até que ponto a nossa descrição de um fenômeno deixe de ser uma interpretação para tornar-se uma reprodução fotográfica? Reconhecer esse problema não corresponde de todo à confissão de uma fraude. Vemos a realidade através da óptica de nossa ideologia, de nossa metodologia, de nossa visão global do mundo. Por isso, a mesma realidade pode prestar-se a diferentes interpretações. (SANTOS, 2013, p. 9)

Para Howard Becker:

A proporção adequada entre a descrição e interpretação é um problema real que cada um que descreve o mundo social tem de resolver ou enfrentar. [...] Que não seja possível suprimir inteiramente a necessidade da seleção, e o ponto de vista que ela implica, significa que não haja graus de interpretação, que algumas descrições não possam ser menos interpretativas [talvez devamos dizer, menos convencionalmente interpretativas] que outras. (2011, p. 110)

As táticas adotadas durante a descrição para que o impacto da interpretação fosse amenizado dizem respeito à busca de objetividade, de correspondência em registros empíricos, detalhamento de alguns fatos com o objetivo de aumentar a intensidade de verossimilhança e o uso de imagens que comprovassem o descrito. Além disso, no Capítulo 3 da dissertação, momento da análise, a descrição será confrontada com o discurso dos sujeitos que participaram da experiência e poderá, se necessário, ser reavaliada e algum ponto interpretativo da descrição posto em questionamento pelo leitor.

O quarto procedimento metodológico trata-se dos Grupos de Discussão, o qual foi escolhido em função da possibilidade de gerar a confluência de ideias e argumentos entre os sujeitos que participaram da experiência. Este procedimento é próximo tecnicamente de uma Entrevista Semi-Estruturada Aberta, contudo o roteiro é projetado para um conjunto de pessoas e não para somente uma. Além disso, objetiva-se compreender como os sujeitos em diálogo vão compondo suas percepções coletivas sobre a experiência a partir de consensos e dissensos. Essa técnica de produção de dados primários justifica-se porque a discussão coletiva, horizontal e que busca o consenso é umas das características organizativas do ativismo e das organizações que participam do mesmo. Assim sendo, esse procedimento deu continuidade à cultura política de tomada de decisões que os sujeitos já estão habituados.

Operacionalmente, os Grupos de Discussão foram realizados com cada um dos perfis de sujeitos: moradores adultos, moradores jovens, estudantes e militantes. Isso se justifica

pelas características de cada grupo serem distintas e que estas pudessem ser melhor exploradas a partir de um grupo relativamente homogêneo, por isso a necessidade de os Grupos de Discussão serem compostos somente por um perfil de sujeito. A estrutura do roteiro continha uma pergunta geradora da discussão para cada momento periodizado da experiência. Assim, sendo, por exemplo, a primeira reforma da sede tinha uma pergunta disparadora do debate e a partir das respostas dadas pelos sujeitos, novos questionamentos iam sendo postos até que acontecesse o esgotamento do tema.

Por último, o quinto procedimento refere-se à análise, qual se dará, como já citado anteriormente, no Capítulo 3. Voltando ao sociólogo Oscar Jara, novamente uma inspiração para condução do processo analítico que tem como objetivo abstrair o empírico, tanto da descrição como dos dados primários produzidos pelos Grupos de Discussão.

Trata-se agora de ir mais fundo, às raízes do que foi escrito, reunido, reconstruído, organizado e classificado. Trata-se de realizar um processo rigoroso de abstração que nos possibilita descobrir a razão de ser, o sentido do que ocorreu na *trajetória* da experiência. Por isso, a “pergunta chave” desta etapa é: por que ocorreu o que ocorreu? (e não aconteceram outras coisas). (JARA, 2013, p. 208 [grifo nosso])

A pergunta-chave lançada por Jara nos auxilia a pensar como o espaço foi produzido de tal modo, a partir das relações sociais dos sujeitos que nele interviram e proporcionaram um novo espaço não antes existente, tanto simbólico como materialmente. Portanto, a análise será um momento de criar tensão entre a teoria e os dados produzidos na busca de explicação para o problema de pesquisa, assim como identificar limitações e tentar propor avanços para compreensão do fenômeno o qual se analisa. Neste sentido, aproximamo-nos da técnica de análise de conteúdo que visa “constituir-se em um modo criativo e ao mesmo tempo rigoroso de leitura sistemática de primeiro plano do material empírico, visando atingir uma interpretação que ultrapassa os significados manifestos” (CORTES, 1998, p. 30). Dentro da análise de conteúdo, optamos mais especificamente com análise temática por entender que ela possibilita organizar os campos através dos temas, ou como chamamos mais especificamente neste trabalho de recorte espaço-temporais, referentes aos momentos da experiência. Sobre a compreensão da análise temática:

A noção de tema está ligada a mensagem que se referem a determinado assunto. O tema é a unidade de significação que se depreende de um texto analisado de acordo com critérios relativos à teoria que serve de guia de leitura (Minayo, 1994, p. 208). Ou seja, a partir da teoria e de um conhecimento prévio exploratório do material a ser analisado elabora-se um sistema de categorias temáticas, através do qual se classifica de forma exaustiva o material analisado. (CORTES, 1998, p. 33)

Com as respostas organizadas em recortes espaço-temporais a análise se estruturará buscando confrontar os três campos nos quais a metodologia desta pesquisa se baseia: o referencial teórico-conceitual; a descrição sobre a experiência; as entrevistas dos Grupos de Discussão. Objetivamos a construção de compreensões satisfatórias para o problema de pesquisa e que seja coerente com os três campos compostos pela metodologia.

No capítulo subsequente, será apresentada a descrição que serve como uma das bases empíricas da pesquisa.

CAPÍTULO 2

1. Introdução

Delimitar o começo ou/e o fim de uma experiência, com vistas de sistematização e reflexão a respeito da mesma, não é uma tarefa trivial. Cada sujeito pode condicionar a leitura dos acontecidos a partir do momento em que o seu vínculo comece ou deixe de ter significado com a experiência. Num trabalho científico, é necessário precisar a realidade com graus de objetividade. Embora as compreensões presentes nesta dissertação passem, de forma ontologicamente inevitável, pela subjetividade do autor, é preciso outras referências que não somente os cadernos de campo, anotações, bibliografias, registros fotográficos e, etc. para elaboração de uma coerente descrição da realidade. Além de munir-se de outras fontes, a descrição enquanto procedimento metodológico requer cuidados e alertas para evitar, desde agora, interpretações de cunho analítico²⁵. A análise tem seu momento neste trabalho e depende, além da própria descrição, da produção de dados dos grupos de debate e sua relação com as abordagens teórico-conceituais. Analisar uma experiência baseada somente na descrição é semear em solo pouco fértil, uma vez que as reflexões serão possivelmente limitadas por não possuir correspondência com conceitos e teorias. Da mesma forma, o inverso é diretamente proporcional. Analisar sem descrever uma experiência propicia condições para que as reflexões desencontrem relações com a realidade, abstraindo-se tão somente através de generalizações.

2. A Passagem

Retomando sobre o corte inicial do processo descritivo, este está temporalmente definido no começo do ano de 2012. Após participar do Estágio de Vivência Interdisciplinar (EIV)²⁶ no verão daquele ano, junto a famílias do campo ligadas às organizações sociais da

²⁵ Não se está negando que a descrição possui uma carga de interferência interpretativa de quem a faça. O que está sendo posto em questão é a intensidade, o grau interpretativo que pode ou não ser amenizado, nunca extinto, dentro do ato de descrever. Esta maior ou menor inflexão é de difícil mensuração, mas pode ganhar ares de confiabilidade na medida em que outras fontes subsidiam a descrição.

²⁶ Do sítio eletrônico do EIV do Rio Grande do Sul encontra-se esta definição: “é uma construção do Movimento Estudantil em parceria com Movimentos Sociais do campo. O principal objetivo do EIV é o estudo da realidade sob uma perspectiva de questionamento e crítica, com o intuito de estimular os estudantes a organizarem-se pela

Via Campesina²⁷ e desconfortável com ambiente acadêmico, por não conseguir projetar ações de comprometimento social efetivo, o autor começou a atuar numa organização social voltada para o público de juventude urbana. Também articulada com a Via Campesina, a organização Levante Popular da Juventude (LPJ)²⁸ é composta por jovens tanto do campo como da cidade, sendo os pertencentes ao meio urbano jovens trabalhadores, estudantes acadêmicos, secundaristas e/ou jovens da periferia. Neste período, com o objetivo de visibilizar-se enquanto organização política em um de seus espaços de atuação, a UFRGS, o LPJ taticamente exploraram uma problemática que estava em evidência num dos campi da universidade.

A relação entre o Campus do Vale da UFRGS, situado no bairro Agronomia em Porto Alegre - RS, e o seu entorno é motivo de preocupação entre a administração da universidade e moradores que vivem nas áreas contíguas. Isso porque parte do limite do campus também limita a cidade de Porto Alegre com a cidade de Viamão - RS. Nesta sobreposição de limites, existe uma passagem peatonal usada tanto por moradores de Viamão como por estudantes e funcionários da universidade. Os moradores adentram ao espaço do Campus do Vale para usarem o terminal de ônibus, visto que o transporte público de Porto Alegre é mais barato, de melhor qualidade e com mais horários disponíveis se comparados com o transporte público intermunicipal. A população viamonense tem característica de migração pendular, posto que

busca da transformação dessa realidade.” Disponível em: <https://eivrs.wordpress.com/sobreoeiv/>. Acesso em janeiro de 2016.

²⁷ No sítio eletrônico da Via Campesina extrai-se: “La Vía Campesina es el movimiento internacional que agrupa a millones de campesinos y campesinas, pequeños y medianos productores, pueblos sin tierra, indígenas, migrantes y trabajadores agrícolas de todo el mundo. Defiende la agricultura sostenible a pequeña escala como un modo de promover la justicia social y la dignidad. Se opone firmemente a los agronegocios y las multinacionales que están destruyendo los pueblos y la naturaleza.” Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/iquisomos-mainmenu-45>. Acesso em janeiro de 2016.

²⁸ Sobre o Levante Popular da Juventude, foi dada por um militante que atua no Jardim Universitário para fins de elaboração de um trabalho acadêmico a seguinte definição: “é um movimento social de âmbito nacional formado por jovens do campo e da cidade que objetiva fortalecer e desenvolver o Projeto Popular para o Brasil a partir da organização em diferentes bases sociais de grupos de vivência de jovens, denominadas Células de Base.” (VECCHIA, RIBEIRO, BERNY, 2014, p. 441). Já o trabalho dos pesquisadores Silvio Benevites e Sóstenes da Luz complementa a definição dada pelo militante, caracterizando o LPJ como: “[...] um movimento juvenil que busca mobilizar as juventudes em torno dos desafios que lhes são postos pelo mundo contemporâneo, a saber, o desemprego, o acesso a moradia, a dificuldade de permanência no ensino público, entre outros. Oriundo do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, o LPJ começou a ser construído a partir de 2005 por jovens ligados a diferentes movimentos sociais, a exemplo da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como resultado dos vários debates travados por eles sobre a situação da juventude brasileira na região sul do país. De acordo com Silva e Ruskowski (2009), o LPJ originou-se de uma provocação da Consulta Popular, organização de viés político-ideológico, constituída em 1997, na qual se articulam vários movimentos sociais, principalmente os do campo, que percebeu a necessidade de unificar as bandeiras de lutas das juventudes rurais e urbanas, sobretudo as juventudes das periferias das grandes cidades, em torno de bandeiras comuns.” (2013, p. 3).

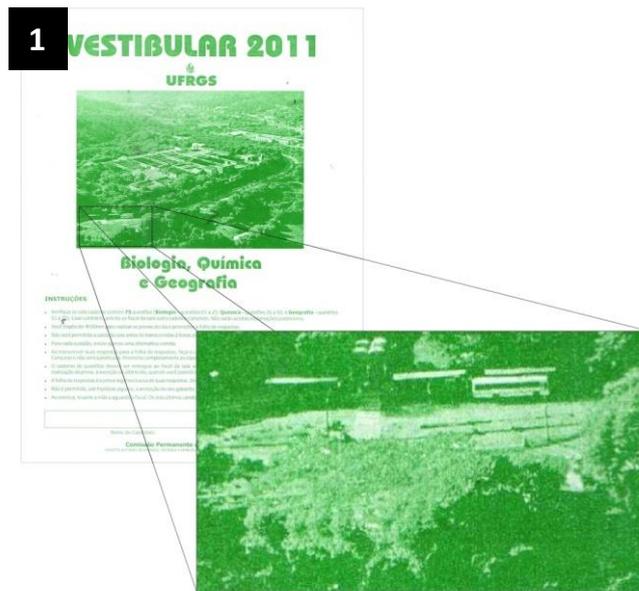
na capital gaúcha é onde se concentram o maior número de empregos dentro da região metropolitana. Outros serviços como correios, agências bancárias e até mesmo um cursinho pré-vestibular popular são de usos frequentes dos moradores de Viamão no Campus do Vale. No outro sentido do fluxo, muitos estudantes e funcionários da UFRGS moram em Viamão, mais especificamente no bairro Santa Isabel. Alguns estudantes, principalmente intercambistas, moram em Viamão devido à facilidade de alugar imóveis de maneira informal, diretamente com proprietários, sem ter que passar pela burocracia das imobiliárias. Além disso, o bairro conta com serviços de comércio, como bares e mercados, que são utilizados não somente pelos estudantes que moram em Viamão, mas também por parte do público que frequenta o Campus do Vale de maneira geral.

Em meio a este cenário, no início de 2012, havia no campus rumores de que a reitoria tinha o interesse de fechar a passagem, restringindo o acesso dos moradores de Viamão ao terminal de ônibus e somente permitir o fluxo de estudantes e funcionários da universidade.²⁹ É importante destacar que não havia um discurso oficial, somente boatos que veiculavam pelo campus. Esses boatos ganharam força subsidiados pelo cercamento do Campus do Vale iniciado há alguns anos pela Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA). Sem um posicionamento oficial, a reitoria neste momento não veio a público para desmentir as especulações e tão pouco consultar os moradores a respeito do que os mesmos pensavam sobre.

Em 2011, como evidência dos conflitos entre o Campus do Vale e seu entorno, a capa do concurso de vestibular daquele ano possuía uma imagem aérea do campus, na qual a passagem encontrava-se nitidamente hachurada. (vide Figura 3).

²⁹ Ainda que não tenhamos comprovação empírica suficiente, cabem aqui os registros de interpretações que chegaram informalmente ao autor. Segundo alguns sujeitos ligados ao quadro de funcionários da UFRGS, o clima de instabilidade a respeito do fechamento ou não da passagem teria sido implantado taticamente por setores de oposição à da reitoria como forma de desestabilizar a gestão justamente no ano de eleição para o cargo máximo da universidade. Contudo, algum tempo mais tarde, em contato com colegas do curso de Arquitetura e Urbanismo da própria UFRGS, uma estudante que realizou estágio na SUINFRA durante o período de mobilização dessa causa relatou que internamente os técnicos da universidade demonstravam abertamente interesse em restringir o acesso da população de Viamão ao Campus do Vale. Mesmo sendo interpretações e relatos de difícil averiguação, parece-nos importante a menção às mesmas em detrimento de representarem o dissenso em torno do fechamento da passagem.

Figura 3 - Capa do Caderno de Vestibular da UFRGS no ano de 2011.



Legenda - Fotografia aérea do Campus do Vale na qual a passagem com o J.U. está hachurada.

Fonte: Comissão Permanente de Seleção – UFRGS, Vestibular 2011, adaptado pelo autor.

Com vistas, como dito anteriormente, de expor politicamente a organização social dentro da universidade a partir da problemática envolvendo o cercamento do campus, a organização LPJ propôs a realização de um seminário intitulado “*A Periferia e a Universidade*” que ocorreu em Maio de 2012 (vide Figura 4 - Imagem 1). É neste momento que as relações entre os sujeitos moradores e estudantes começam a se estreitar. Isso porque um dos objetivos do seminário era justamente promover a participação dos sujeitos os quais não estavam tendo o direito de se posicionarem dentro do espaço da universidade sobre um tema que os interfere diretamente. Naquela oportunidade, contatou-se uma liderança do bairro Santa Isabel para fazer uma exposição e divulgou-se a realização do seminário na Santa Isabel para que os demais moradores também participassem e se apropriassem dos debates. Metodologicamente, a atividade dividiu-se em dois momentos. No primeiro, houve um bloco de exposições de dois militantes de organizações sociais, sendo um do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e outra do próprio LPJ, seguidos da fala de uma professora do Departamento de Geografia da UFRGS (vide Figura 4 - Imagem 2). Já no momento seguinte, aconteceu a exposição da liderança comunitária, que iniciou dentro do mini auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e foi sucedida por uma

caminhada³⁰ até o local da passagem entre o Campus do Vale e Viamão onde Seu Newton finalizou o discurso (vide Figura 4 - Imagem 3). O seminário terminou com a grafiteagem do muro da passagem, realizada pelo grafiteiro Lance³¹ e os demais participantes que pintaram “*Levante e Lute*”.

Figura 4 - Registros do Seminário “A periferia e a Universidade”.



Imagem 1 - cartaz de divulgação do Seminário; **Imagem 1** - exposição dos palestrantes do seminário no auditório do Pantheon do IFCH; **Imagem 3** - exposição da liderança comunitária próximo à passagem. Fonte: arquivo pessoal do autor.

Durante a mesma semana em que ocorreu o seminário “*A periferia e a Universidade*”, realizado numa terça-feira à noite, dia 28, a SUINFRA colocou no local da passagem um pilar

³⁰ Segundo o site do próprio projeto e APUD Lorenzon (2013, p. 10): “Tubos de PVC, pedaços de madeira, chaves velhas, garrafas pet e troncos de árvores. Todo esse material é música para os integrantes do Tambor Falante, um grupo de percussão formado por estudantes de Viamão que criam instrumentos a partir do lixo. O trabalho é fruto das oficinas ministradas gratuitamente por Cândido de Castro, instrumentista autodidata, que iniciou suas pesquisas com reaproveitamento de sucata em 2004. Atualmente, as oficinas chegam a ter 30 alunos, com idades entre 8 (oito) e 15 (quinze) anos. As aulas acontecem periodicamente aos sábados pela manhã em sua casa no Bairro Aparecida, na Cidade de Viamão e são abertas a todos os interessados. Cândido, que também atua no mercado de seguros, conta que os encontros são divididos em duas partes, uma para pesquisa e montagem dos instrumentos, e outra para os ensaios do grupo. As aulas iniciam com um estudo sobre a origem de cada peça e os materiais que podem ser utilizados, prosseguindo com a confecção dos instrumentos.” (Disponível em: <<http://www.tamborfalante.com/sobre-projeto.html>>. Acesso em janeiro de 2016).

³¹ Da mesma forma que o Tambor Falante e a exposição da liderança comunitária, a participação do grafiteiro Lance tinha como objetivo construir legitimidade a partir dos sujeitos que vivem no bairro Santa Isabel. O contato com Lance aconteceu através de sucessivas idas dos militantes do LPJ à praça da Santa Isabel onde, principalmente à noite, há presença de jovens.

de concreto. Esse fato, logo após uma atividade que debateu a relação do Campus do Vale com o seu entorno, ensejou a mobilização dos moradores. Os mesmos entraram em contato com militantes do LPJ que tinham conhecido durante a realização do seminário e marcaram uma atividade no espaço do bairro no final de semana subsequente ao seminário. Este é o primeiro contato mais efetivo entre os sujeitos moradores e estudantes e serviu, principalmente, para organizar uma próxima reunião.

Ocorrida uma semana após a realização do seminário, essa reunião aconteceu no Clube de Futebol Diamantina, sede da agremiação desportiva do bairro e próxima ao campo de futebol e a pracinha (vide Figura 2), que são os espaços públicos. Compareceu um número significativo de moradores, próximos a 70, alguns acadêmicos organizados em coletivos, assessores de vereadores, além dos militantes do LPJ. Em geral, nesta oportunidade, debateram-se os meios de pressionar a reitoria da UFRGS sobre sua possível intenção de fechamento ou não da passagem. Assim, deliberou-se buscar contatar administrativamente a universidade para saber suas intenções com a passagem, visto que o fechamento da mesma colocava em risco o emprego de muitos moradores de Viamão que dependem do transporte público de Porto Alegre acessado dentro do Campus do Vale.

Inaugura-se nesse período uma intensa mobilização entre moradores e estudantes. Aconteciam reuniões periódicas no Clube Diamantina, em média duas vezes por semana, para debater sobre a problemática que se passava. Metodologicamente, essas reuniões abriam com falas dos presentes sobre suas percepções dos impactos que a impossibilidade de acessar o terminal de ônibus acarretaria para suas vidas, principalmente no tocante ao emprego. Logo em seguida, havia o levantamento de propostas de ações concretas e, após escolhidas quais eram mais viáveis e consistentes, elegiam-se comissões para realização de tais encaminhamentos. Desta forma, as comissões realizaram reuniões com a Prefeitura do Campus do Vale, com a Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre (EPTC), participaram de um debate entre chapas da eleição reitoria, além de outras atividades. Entre os órgãos públicos e entidades consultados, ninguém apresentou significativo desfecho para a problemática, a qual continuava em aberto, gerando nitidamente angústia entre os moradores. Na efervescência de uma pauta extremamente latente, que mobiliza individualmente os sujeitos pertencentes a um bairro, este foi um período de muitas tensões e conflitos. Podemos destacar algumas que tiveram maior relevância. Em primeiro lugar, havia um clima de aproveitamento da pauta para projeção eleitoral gerado principalmente pela

presença de assessores e cabos eleitorais de alguns políticos, visto que estávamos a alguns meses das eleições municipais, para os cargos de vereador e prefeito. Com pouca ou nenhuma eficiência de intervenção nos encaminhamentos, com o discurso de buscar a solução a partir da influência dos seus políticos, e já tachados pela descrença na política institucional (politofobia), por parte dos demais moradores, os assessores e cabos eleitores pouco contribuíram para resolução do problema. Os moradores, diretamente atingidos, nitidamente mostravam apreço por serem os próprios sujeitos que estavam buscando soluções através da composição das comissões para desenvolver ações.

Outro motor de tensionamento foi a participação de acadêmicos organizados em alguns coletivos. Num primeiro golpe de vista, os estudantes mostraram-se com um grupo relativamente homogêneo, porém as discussões e conflitos que se estabeleceram com os moradores trataram de delinear diferenças. Isso porque quando se iniciou o debate do seminário “*A Periferia e a Universidade*” o que estava posto como centralidade, na ótica de quem está da universidade para dentro (sujeito acadêmico), era o cercamento do Campus do Vale. Os estudantes tinham inicialmente como pauta prioritária frear o cercamento e por consequência evitar o fechamento da passagem de pedestres. Já os moradores partilhavam de outro posicionamento a respeito do cercamento. Para estes, o muro que foi construído pela SUINFRA ao redor do campus lhes trouxe mais segurança, pois evita que alguém que deseje cometer algum possível delito fuja para as áreas com vegetação densa, próximas à passagem, e que com o cercamento tornaram-se inacessíveis. Neste momento, há um ponto de diferenciação entre os coletivos políticos de estudantes e que condicionou a ruptura de alguns desses com os moradores. Alguns coletivos não aceitaram o posicionamento dos moradores favoráveis ao muro e optaram por se retirar da mobilização. A organização social LPJ compreendeu a diferença de discursos e se reposicionou, acolhendo a versão dos moradores por avaliar serem esses os sujeitos legítimos para julgar os impactos do cercamento, uma vez que os mesmos transitam diariamente pela passagem e sentem epidermicamente a falta de segurança no local.

A Associação de Servidores da UFRGS (ASSUFRGS) foi outro grupo que teve significativa contribuição neste período. Essa entidade não apresentou atritos no processo de mobilização, pelo contrário. Desde o início, colocou-se à disposição de contribuir com a pauta em questão e concretamente colaborou participando de reuniões e com a impressão de materiais que divulgavam a causa, como panfletos, por exemplo.

Assim, ao largo de aproximadamente dois meses, junho e julho de 2012, despertou-se o processo de mobilização entre moradores e estudantes. Nesse período, quando a causa já mostrava alguns sinais de desgaste, aconteceu o posicionamento público do reitor da UFRGS numa rádio, após o resultado do pleito eleitoral, anunciando que não havia o interesse de fechamento da passagem. Como síntese reivindicatória, os moradores organizaram um documento que coloca, nestas palavras, quatro demandas frente à universidade:

- I – O livre acesso, por qualquer cidadão, ao transporte público oferecido no terminal do Campus do Vale;
- II – Que o terminal de ônibus do Campus do Vale, que atualmente serve de fim de linha para as linhas T8, T10, D43, 343, 3751, 286 permaneça no exato local onde se encontra atualmente;
- III – Que toda e qualquer obra de infraestrutura que afete de alguma maneira os bairros Jardim Universitário e Santa Isabel, antes de sua efetivação, seja debatida democraticamente com os moradores dos bairros citados para que seja decidido conjuntamente as melhores alternativas a serem consideradas na modificação do Espaço Público;
- IV – Que os serviços de interesse público na universidade sejam disponibilizados a todo cidadão interessado. (Documento produzido pela comissão de moradores, 2012)

Neste período pós a conquista da manutenção da passagem, o processo de mobilização começou a arrefecer. O número de moradores participantes nas reuniões diminuiu substancialmente e a periodicidade de uma reunião para outra começou a ficar esparsa. Notavelmente em descenso, a mobilização ganhou neste momento um elemento novo. Alguns moradores e moradoras que tinham se destacado nas ações em busca do não fechamento da passagem continuavam ativos e com desejo de continuar. Esses moradores e moradoras, preocupados que a reitoria pudesse no futuro retomar seu interesse de fechamento da passagem e projetando pleitear melhorias para o bairro, deliberam pela criação de uma associação de moradores. Essa associação é constituída junto com os sujeitos militantes do LPJ³² e justamente para contemplar esses últimos é posto no nome o termo “amigos”, formando dessa maneira a Associação de Amigos e Moradores do Jardim Universitário (AAMJU), fundada no dia 2 de Agosto de 2012.

³² Efetivamente, neste começo de trabalho, embora tenham orbitado um que outro a mais no apoio a algumas atividades, são três os militantes do LPJ que se engajam no ativismo de bairro que floresce no Jardim Universitário. Um deles, como já mencionado, trata-se do autor. Outro, naquele período, era estudante de Ciência Sociais, membro do LPJ, há aproximadamente um ano, e que tinha realizado o EIV durante o verão de 2011. A outra militante é pedagoga, e também havia participado do EIV, porém na terceira turma junto com o autor no verão de 2012, e assim como eu, estava iniciando o processo de engajamento junto à uma organização social. Estes militantes participaram do procedimento metodológico do grupo de discussão.

3. Constituição da AAMJU e a Primeira Reforma da Sede

Consolida-se, a partir deste momento, o ativismo de bairro no Jardim Universitário. Fruto da mobilização inicial, algumas moradoras que antigamente participavam do Clube de Mães, desativado há quatro anos no bairro, também fazem parte desde grupo que dará origem a AAMJU. Elas, ao perceberem o novo momento que está surgindo, resolvem disponibilizar a sede do antigo Clube de Mães para as atividades da nova entidade. Aparece no cenário a Associação de Entidades que Trabalham com o Menor em Viamão (AETMV)³³, entidade que apoiava o Clube de Mães e que é a responsável pelo espaço da sede. A AETMV irá colaborar no sentido de orientar os primeiros passos a serem dados pela AAMJU em termos de sua organização formal.

Localizada na Rua Osvaldo Cruz, número 318, esta sede não fica próxima ao Clube Diamantina onde antes aconteciam as reuniões de mobilização sobre o fechamento ou não da passagem com a UFRGS. Há um afastamento da área próxima ao campo de futebol e a pracinha, espaço públicos e de significativa circulação de pessoas no Jardim Universitário. A sede do antigo Clube de Mães conta com a presença de um zelador, seu José Airton, conhecido como seu Cacique, que foi posto a morar na sede com objetivo de evitar invasões. Com a doação, uma das condições é de que o zelador continue morando na sede.

A estrutura da nova sede servirá de mote para outro processo de mobilização. Visivelmente duas paredes na sede da associação estavam comprometidas do ponto de vista técnico, uma vez que as mesmas se encontravam inclinadas em direção ao terreno vizinho. Além das paredes, o telhado também se mostrava comprometido devido ao grande número de goteiras e a rede elétrica estava em situação precária. Com o objetivo de deixar a sede em condições mínimas de uso para as assembleias, reuniões e outras atividades coletivas, o grupo de moradores e militantes do LPJ começou a canalizar suas energias para a refuncionalização/reestruturação do espaço (prática espacial). Essa demanda será a responsável pelo ritmo de trabalho da AAMJU no período que inicia em agosto de 2012 e termina em no começo de Junho de 2013. Para o cumprimento dessa demanda são realizadas rifas, formalmente chamadas de “ação entre amigos”, para arrecadação de fundos. Como uma

³³ Historicamente, a AETMV é uma entidade que reúne e articula o Clube de Mães na cidade de Viamão, auxiliando na organização e manutenção dos mesmos.

entidade que está iniciando sua trajetória, a AAMJU partia de um caixa zerado e teve que buscar no autofinanciamento a forma de desenvolver suas primeiras ações.

Consequência do acúmulo gerado durante a mobilização do não fechamento da passagem com o Campus do Vale, neste momento a relação entre militantes e moradores começa a consolidar algumas práticas organizativas. Não isento de tensões e conflitos entre os sujeitos envolvidos, as tomadas de decisões são constituídas através do consenso e da busca de horizontalidade. A intenção é de que todas e todos participem das discussões e que possam, de alguma forma, assumir responsabilidades com as ações que necessitam ser desenvolvidas. É a partir dessas circunstâncias de relação entre moradores e estudantes e militantes do LPJ, que se estabelecem trocas e fundamentos, bases de sustentação, da cultura política da AAMJU. Além da forma de tomada de decisões, é nesse período que se institui o discurso da necessidade de participação dos demais moradores do Jardim Universitário, não somente para fortalecer a representatividade da AAMJU enquanto maior número de associados, como também com o objetivo de propiciar que mais argumentos e ideias sejam postas em debate. O apartidarismo também é uma característica que aflora sustentado, entre outras razões, pelo argumento de que no imaginário social, os políticos de organizações de partidos não possuem credibilidade e que, caso houvesse interferência partidária na AAMJU, isso poderia comprometer a busca por ampliação da participação dos moradores.

Juntamente com a busca de arrecadação de fundos para reformar a sede da associação, são desenvolvidas outras atividades em paralelo e que não necessitam da geração de recursos financeiros. Essas atividades são comemorativas, como festa junina, dia das crianças, brechós organizados pelas moradoras, apresentações teatrais, pinturas coletivas de muros e, etc. (vide Figura 5). Algumas delas já existem no Jardim Universitário, organizados por algumas lideranças e nas quais os moradores ligados à AAMJU se agregaram, como a festa do dia das crianças, por exemplo. A AAMJU, neste início, tem como um de seus fundamentos de atuação na orientação da AETMV, a qual defende que a associação somente vai lograr adesão e ampliar a participação dos demais moradores na medida em que começar a realizar atividades que visem retorno para o bairro. Além disso, essas atividades atingem um público muito importante para o LPJ, os jovens. Desenvolver ações com os jovens é marcar a presença da organização no bairro e preparar terreno num horizonte de atuação do LPJ com esse público.

Figura 5 - Atividades Comunitárias.





Imagem 1 - pintura de faixa realizada no campinho sobre a formação da AAMJU, julho de 2012; **Imagem 2** - apoio na organização da festa junina próxima ao campinho; **Imagem 3** - pintura do muro atrás da escola Anita com as crianças do bairro; **Imagem 4** - festa do dia das crianças no campinho, 14.10.12; **Imagem 5** - faixa produzida pelos militantes do LPJ, em especial, para a festa do dia das crianças, 14.10.12; **Imagem 6** - teatro de fantoches em comemoração ao natal, 23.12.12; **Imagem 7** - primeira faixa da AAMJU pintada por estudantes e moradores.

Fonte: Acervo da AAMJU, Disponível em:

<https://web.facebook.com/groups/212973305499178/photos/?filter=albums>. Acesso em janeiro de 2016.

Com a intenção de entrar em contato com o público o qual sua organização visa atingir, o jovem do espaço urbano, os estudantes e militantes do LPJ, além dessas atividades de abrangência comunitária, começaram a realizar oficinas e atividades na Escola Municipal de Ensino Fundamental Anita Garibaldi, que se localiza próxima à sede da AAMJU, e na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Walter Jobim, que se encontra mais afastada do Jardim Universitário, porém ainda dentro do bairro Santa Isabel. Essas atividades tinham como objetivo, inicialmente, debater politicamente o papel do estudante da educação básica no espaço escolar e realizar reflexões e ações a partir de propostas dos próprios jovens. Tentou-se contemplar as duas escolas, contudo, devido à falta de disponibilidade dos militantes, optou-se por concentrar as ações na Escola Anita Municipal Garibaldi. Desta forma, com os oitavos e nonos anos da escola, durante o segundo semestre de 2012, foram feitos debates, muralismos e oficinas de estêncil no espaço da escola (vide Figura 6). Essas atividades foram suspensas próximo ao fim do ano devido à insatisfação da diretora com a conduta dos militantes do LPJ frente aos estudantes. Isso porque, devido à ausência de

disponibilidade de sala de aula, as oficinas aconteciam no pátio da escola e o barulho dos alunos, segundo a diretora, atrapalha o restante das aulas. Além disso, questionamentos sobre normas da escola foram dialogados com os estudantes, assim como outras formas de uso do espaço escolar, fato que, na compreensão da direção, soou como não agradável.

Figura 6 - Oficinas realizadas na Escola Anita Garibaldi.



Imagem 1 - oficina sobre o papel do educando na escola, 30.10.12; **Imagem 2** - oficina de estêncil com os 8º anos da Escola Anita, 30.10.12; **Imagem 3** - muralismo realizado com os 9º anos da Escola Anita; **Imagem 4** - muralismo feito com os 9º anos da Escola Anita.

Fonte: acervo do autor.

É também no segundo semestre de 2012 que a relação do Jardim Universitário com a universidade ganha outras possibilidades. A partir da articulação do autor com a professora Cláudia Pires, que tinha participado do seminário “*A Periferia e a Universidade*”, e os moradores ligados à AAMJU é estabelecido um vínculo de trabalho através da disciplina de

“*Organização e Gestão Territorial*” do curso de bacharelado em Geografia³⁴ da UFRGS. Ao iniciar o trabalho no bairro com a criação de uma associação, os moradores tinham como demanda conhecer mais informações sobre seu próprio espaço. Desta forma, os acadêmicos do curso de Geografia que participaram da disciplina naquele semestre produziram dados que pudessem dar suporte para os moradores nas próximas ações que desejassem planejar. Para esse fim, os acadêmicos trabalharam a partir do Censo de 2010 do IBGE com as variáveis relativas à população especializadas por setores censitários. Também foram produzidos mapas de uso e ocupação do solo, mapas hipsométricos e levantadas questões relacionadas à legislação municipal, como o Plano Diretor de Viamão de 2006 (Lei municipal 3.530). Na perspectiva metodológica, foram realizados trabalhos de campo pelo Jardim Universitário entre estudantes e moradores, e estes participavam de algumas aulas para debater em conjunto as informações a serem pesquisadas (vide Figura 7 – Imagens 1, 2 e 3).

No trabalho com a disciplina “*Organização e Gestão Territorial*” é percebido que não existe, por parte do poder público, uma delimitação formal do Jardim Universitário, sendo esse parte do bairro Santa Isabel. Assim sendo, é estabelecida a partir dos moradores ligados à AAMJU uma noção do que seria o Jardim Universitário que, embora não seja formal, é compreendido como um bairro. Os materiais e resultados produzidos pelos acadêmicos foram apresentados para todos os participantes da associação na assembleia ordinária, no dia 28 de março de 2013, quando estava se iniciando o semestre do ano letivo seguinte. Nesta oportunidade foi produzida uma imagem aérea do Jardim Universitário que serviu de base para a realização de uma oficina na qual se apresentaram os dados gerados na pesquisa e localizaram-se alguns problemas de infraestrutura pública no bairro (vide Figura 7 – Imagens 4 e 5). Entre os problemas identificados, destaca-se a situação dos alagamentos em algumas ruas e a situação da Rua Sete Povos. Nessa via, em determinado trecho, não é possível a passagem de veículos devido a irregularidades do terreno, somente sendo possível percorrê-la a pé e com dificuldades devido à inclinação do terreno e ao esgoto escoando em superfície (a

³⁴ A disciplina “*Organização e Gestão Territorial*” situa-se no oitavo semestre da grade curricular do curso de bacharelado em Geografia da UFRGS. Desde o primeiro semestre de 2011 quando começou a ser ministrada pela professora Cláudia Pires, a disciplina tem assumido a proposta de a cada semestre trabalhar, em geral com metodologias participativas, com demandas, situações-problemas, de determinados grupos sociais. O objetivo é a partir dos instrumentos analíticos da Geografia ter avanços no sentido de superar os conflitos que atinjam o dado grupo. Significativamente, esta forma de trabalho na disciplina “*Organização e Gestão Territorial*” no início sofreu influência do Coletivo de Apoio a Reforma Urbana (CARU) vinculado à Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre (AGB-PA) e que desenvolveu trabalhos, num primeiro momento, com a Antiga Vila Choclatão em Porto Alegre e, posteriormente, com comunidade Quilombolas Urbanas, também na capital gaúcha.

céu aberto). Os moradores popularmente denominaram para esse trecho da Rua Sete Povos a toponímia de “Barranco-do-quebra-pé”, posto que muitos já caíram e se molestaram, principalmente durante as chuvas, em que a drenagem do local se torna mais deficitária do que nos restante dos dias.

Figura 7 - Atividades da Disciplina Organização e Gestão Territorial.



Imagem 1 - aula com a participação dos moradores 1º.11.12; **Imagem 2** - campo no JU com moradores e estudantes 1º.11.12; **Imagem 3** - discussão ao fim do campo na sede da AAMJU 1º.11.12; **Imagem 4** - oficina com o mapa na assembleia de 28.03.13; **Imagem 5** - oficina com o mapa na assembleia de 28.03.13.

Fonte: acervo do autor.

Frente aos problemas de infraestrutura pública, a AAMJU começa a encaminhar para o poder público municipal a solicitação de melhorias no espaço do bairro. Aliado a isso também começa a investir em meios de comunicação próprios como redes sociais através do Facebook, em que publicará fotos de suas atividades, e criará um jornal comunitário. Nesses meios são informadas as principais atividades da AAMJU que, além do já descrito, basicamente dizem respeito à reforma da estrutura da sede. Essa reforma é realizada a partir de mutirões que acontecem aos finais de semanas e financiados com o recurso, em grande medida, oriundo de “ações entre amigos” (rifas) e algumas doações. Participam dos mutirões da reforma da sede, em geral, homens na construção, enquanto as mulheres ficam responsáveis pela elaboração dos almoços e cafés. Os militantes do LPJ também participam dos mutirões. Em geral, os moradores são voluntários nos mutirões, porém, devido à necessidade de alguns trabalhos específicos como a troca de telhado, por exemplo, são contratados moradores do Jardim Universitário que trabalham na construção civil. Neste período, desde a fundação da entidade até o começo de Junho de 2013, as ações da associação ficam restritas ao espaço interno. Isso porque é acordado em assembleia que os moradores só conseguirão avançar em outras intervenções no espaço do bairro na medida em que tenham a sede em condições mínimas de receber assembleias e outras atividades que deem retorno para os demais moradores do bairro (vide Figura 8).

Figura 8 - Mutirões da primeira reforma da sede



Imagem 1 - cartaz do mutirão no dia 10.11.12 (sábado); **Imagem 2** - mutirão no dia 10.11.12 (sábado) e também se estendeu para o domingo; **Imagem 3** - participantes do mutirão no dia 15.11.12; **Imagem 4** - mutirão da troca do telhado no dia 14.04.13; **Imagem 5** - mutirão de pintura das paredes e das cadeiras que estão sendo lixadas, 25.05.13.

Fonte: Acervo da AAMJU, Disponível em:

<https://web.facebook.com/groups/212973305499178/photos/?filter=albums>. Acesso em janeiro de 2016.

Durante a primeira reforma, é contatado um grupo de estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS que fazem parte do Escritório Modelo Albano Volkmer (EMAV)³⁵. Este, inicialmente, foi buscado pelos moradores com o objetivo de cooperar com a

³⁵Segundo a definição do próprio grupo: “O EMVA se configura como um Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), ou seja, uma entidade de gestão estudantil que visa promover a extensão universitária direcionando suas ações a comunidades organizadas e sem acesso ao trabalho do arquiteto e urbanista. Através

primeira reforma da associação, porém, devido a outros compromissos do grupo acadêmico e a urgência de finalizar a obra, os estudantes, nesse primeiro momento, realizaram um movimento de aproximação da AAMJU. Participam de assembleias desde o final de 2012 e de alguns mutirões no início de 2013, quando já estavam de fato decididos a trabalhar no Jardim Universitário com outras demandas do bairro, uma vez que a primeira reforma da sede se encontrava em estágio avançado.

Assim sendo, no dia 2 de Junho de 2013 foi inaugurada a sede da associação de moradores durante um chá de comemoração do Dias das Mães. Para ocasião, foi elaborado um mural de fotos que, de alguma forma, continha os registros de quase todas as atividades desenvolvidas pela AAMJU até o presente momento e era uma maneira de homenagear e valorizar os moradores, estudantes e militantes do LPJ, membros do EMAN e todo e qualquer sujeito que tenha cooperado para as ações da associação de moradores (vide Figura 9).

Figura 9 - Inauguração da sede da AAMJU.



Imagem 1 - festa de inauguração da sede da AAMJU após a sua primeira reforma, 02.06.13; **imagem 2** - painel com as fotos das principais atividades da AAMJU realizadas até então, 02.06.13.

Fonte: Acervo da AAMJU, Disponível em: <https://web.facebook.com/media/set/?set=oa.332449453551562&type=1>. Acesso em janeiro de 2016.

4. A Construção da Escadaria

Após a finalização da primeira reforma da sede, a demanda por mobilizar os demais moradores do Jardim Universitário tornou-se prioridade da AAMJU. As condições de infraestrutura da sede permitiam a realização de assembleias e outras atividades que

de uma metodologia de projeto participativo de construção coletiva, o escritório visa transformar o espaço físico e a autoestima das comunidades com as quais trabalha, envolvendo-se em projetos de benefício comunitário.” (VECCHIA, RIBEIRO, BERNY, 2014, p. 441)

objetivavam aumentar a representatividade da entidade no bairro. Durante o período da primeira reforma, que ocorreu aproximadamente desde a fundação da AAMJU até a inauguração da sede, foram tentadas táticas de mobilização que não obtiveram o resultado esperado frente ao esforço depreendido. Trataram-se de convites corpo a corpo feitos por moradores e militantes do LPJ de casa em casa nas ruas próximas à associação. Como abordagem, apresentava-se como ocorreu a fundação da associação, explicavam-se seus princípios de organização (melhorias do bairro, busca por participação dos moradores, apartidarismo, horizontalidade e, etc.), era entregue uma edição do primeiro boletim informativo da AAMJU e se convidava os moradores para comparecer na próxima assembleia. Mesmo com a passagem nas casas durante o período da noite, quando a maioria dos moradores já tinha regressado da sua jornada de trabalho; mesmo com aceitação e demonstração de interesse; mesmo com o convite feito próximo à data da próxima assembleia;³⁶ o quórum de moradores convidados que compareciam na assembleia seguinte ou era muito baixo, ou nulo.

Diante do problema de mobilização da base social do seu ativismo, moradores, estudantes do EMVA e militantes do LPJ se colocaram a refletir sobre esta questão. Como síntese de debates e trocas de reflexões, concluiu-se que o movimento realizado até então chamava o morador para vir até o espaço da associação, a sede, onde se dava a assembleia. E se houvesse uma inversão: a associação fosse até o espaço do morador, a sua rua, para debater e deliberar os assuntos e temas relativos à melhoria do bairro? Nascia a tática que ficou conhecida como “reuniões por rua”³⁷. Ela consistia não somente na ida dos ativistas da AAMJU até a rua para o contato mais direto com os moradores, mas também na intenção de que, ao realizar este deslocamento inicial, num segundo momento, esses moradores se sentissem motivados a participar das assembleias na sede. Cautelosamente arquitetada, a

³⁶ As assembleias ordinárias da AAMJU desde sua fundação ocorrem na última quinta-feira de cada mês à noite. Os ativistas deliberaram esse dia da semana em função dos mutirões e demais atividades da entidade que, em geral, ocorrerem durante os finais de semana. Além desse fator, outros também foram ao longo da trajetória da AAMJU definitivos para manutenção e fixidez do “dia da assembleia”, como a busca por criar a rotina de participação e a possibilidade de que no fim do mês os moradores assalariados estejam com maior capacidade econômica de contribuir para arrecadação de fundos à associação.

³⁷ A tática de reuniões por rua nasceu como proposta da AAMJU nos debates e trocas de ideias nas assembleias a partir da demanda de mobilizar os demais moradores do bairro. Contudo, ela sofreu uma influência importante a partir do contato do autor com a Associação de Moradores e Amigos da Rua Laurindo e Entorno (AMARLE) de Porto Alegre. Essa entidade tinha como ação promover rodas de conversas aos sábados em espaços públicos como praças, por exemplo. A proposta intitulada “Chimarrando com a AMARLE” era de corte mais informal do que os espaços de assembleia e tinha como objetivo se aproximar dos demais moradores que ainda não estavam cientes do trabalho dessa associação. Como incentivo, a entidade pedia aos moradores que levassem bomba, água quente e cuia, já que a erva mate era por conta da própria AMARLE.

tática de reuniões por rua, antes mesmo de entrar na fase de execução, passou por reuniões de planejamento. E é nesse contexto que os estudantes do EMAV vão se inserir efetivamente no trabalho junto a AAMJU.

Estamos em meados de julho de 2013, mais precisamente dia 15, quando acontece uma reunião para decidir como e onde será a primeira reunião por rua. Uma das preocupações era de fomentar um diálogo com os moradores de forma organizada a fim de conseguir gerar encaminhamentos concretos, como possíveis mutirões de pequeno porte para melhoria local (pintura dos postes de luz, cortar a grama das calçadas, arrumar algum buraco da rua e, etc.). Como se tratava da primeira experiência foi acatada a sugestão dada por duas moradoras, de começar pela Rua Sete Povos, onde as mesmas moram, devido ao fato de conhecerem seus vizinhos e garantirem a presença desses na atividade. Assim sendo, acordou-se que a Rua Sete Povos seria a experiência piloto e que o seu desenvolver poderia balizar as ações nas demais ruas. Ainda, como síntese dos debates e encaminhamentos neste dia, o autor tem no seu caderno de campo anotado as preocupações dos ativistas da AAMJU em não gerar falsas expectativas nos moradores da rua; a busca em não promover uma fragmentação da rua, uma vez que a reunião aconteceria em somente um segmento da mesma; a necessidade de panfletos divulgando a atividade para serem distribuídos dias antes; e o zelo pelo espaço do outro por parte dos moradores ligados à associação, mais especificamente de uma moradora, que em suas palavras disse: “temos que ter cuidado, saber chegar com calma e respeito, para não ‘invadir’ o espaço que não é nosso.” Assim, deliberou-se então a primeira reunião de rua que ocorreu no dia 20 de julho, um sábado, às nove horas e trinta minutos.

Na data marcada, então, a reunião começou com uma apresentação geral³⁸ dos moradores. Antes que todos se apresentassem, os moradores da rua Sete Povos já expunham os problemas da rua e o que acreditavam que deveria ser feito para resolvê-los. Havia nitidamente certa ansiedade no ar (vide Figura 10 – Imagem 1). Com algum custo, após concluída a apresentação, foram descritos alguns problemas de infraestrutura como a drenagem deficitária; os resíduos sólidos pelo chão; o esgoto escoando em superfície, que além de prejudicar a drenagem da rua, atraía ratos; e o fato de parte da rua encontra-se em

³⁸ Como traço marcante da associação, as reuniões e assembleias sempre começavam com a apresentação geral de todos os presentes, visto que quase sempre havia pessoas que estavam chegando à AAMJU pela primeira vez. Essa prática é consequência direta da preocupação de um militante do LPJ que, ao se referir à importância da apresentação, dizia: “é necessário que no início de uma atividade coletiva as pessoas tenham a oportunidade de dizerem elas mesmas quem são e porque estão ali”.

“área verde”³⁹, o que necessitaria um processo de regularização fundiária, se possível. Além das apresentadas nas linhas anteriores, outra questão, já citada neste trabalho, foi muito debatida nesta reunião. Tratava-se do Barranco-do-quebra-pé (identificado na assembleia de março daquele ano a qual contou com a participação dos alunos da disciplina “Organização e Gestão Territorial”), alvo de significativa preocupação por parte dos moradores que há mais de trinta anos, segundo os seus relatos, buscam frente à prefeitura melhorar as condições de passagem por aquele local (vide Figura 10 - Imagens 2, 3 e 4). A partir dessas demandas, encaminhou-se a participação dos moradores na próxima assembleia da AAMJU realizada na quinta-feira seguinte. Como indicativo, também se deliberou que no próximo sábado seria possível a realização de um mutirão de rua para trabalhos de pequenos porte, como já se havia proposto na reunião de planejamento.

Figura 10 - Primeira Reunião na Rua Sete Povos.



³⁹ Segundo definição no portal do Ministério do Meio Ambiente, “as áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificadas.” (Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes>. Acesso em janeiro de 2016). As “áreas verdes” citadas pelos moradores da e na Rua Sete Povos estão dentro das áreas de preservação permanente (APP) referente a um corpo hídrico que passa pelo bairro.

Imagem 1 - momento de Apresentação e Discussões sobre os problemas de infraestrutura da rua; **Imagem 2** - moradores mostrando problemas no trecho do Barranco-do-quebra-pé; **Imagem 3** - trecho do Barranco-quebra-pé (visto pela Rua Osvaldo Cruz); **Imagem 4** - barranco-quebra-pé visto de mais próximo, evidenciando o acúmulo de resíduos sólidos e vegetação.

Fonte: Acervo da AAMJU. Disponível em:

<https://web.facebook.com/media/set/?set=oa.351960211600486&type=1>>. Acesso em janeiro de 2016.

A assembleia ordinária do mês de julho contou com uma avaliação da festa de São João realizada na sede da associação. Além disso, a própria sede também recebeu atenções no sentido de continuar fazendo melhorias estruturais, das quais a troca do telhado tornou-se prioridade⁴⁰. Contudo, o que realmente ganhou a centralidade dos debates acabou sendo a Rua Sete Povos, a reunião acontecida no último sábado e seus desdobramentos. Acaloradamente, discutiu-se sobre como conduzir os passos a serem dados no próximo sábado, em que ocorreria o mutirão nessa rua. A AAMJU entrou em contato com a prefeitura de Viamão em vistas de averiguar o que poderia ser disponibilizado de recursos materiais com o mutirão e como resposta recebeu a possibilidade do serviço de uma máquina retroescavadeira para ajudar na “limpeza” do barranco. Neste sentido, e o volume do debate aumentou exatamente neste ponto, discutiu-se sobre o posicionamento das ações da AAMJU na Rua Sete Povos frente à prefeitura, uma vez que havia a preocupação do poder executivo municipal apropriar-se da iniciativa. Como encaminhamento decidiu-se buscar desenvolver ações que demonstrassem o caráter autônomo de atuação da AAMJU em relação à prefeitura e que esta última deveria continuar sendo pressionada em função das demandas do bairro. Como retorno da primeira reunião por rua, alguns moradores e moradoras que não tinham participado de atividades da AAMJU se fizeram presentes, evidenciando que mesmo numa mostra inicial, o objetivo da tática estava sendo concretizado.

Sábado, dia 27 de Julho de 2013, primeiro mutirão na Rua Sete Povos. Logo cedo da manhã já estava na esquina das ruas Osvaldo Cruz com Sete Povos a máquina retroescavadeira disponibilizada pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos da prefeitura de Viamão. O poder público executivo municipal emprestou a máquina juntamente com um operador e simplesmente deixou a cargo dos moradores decidirem o que deveria ser feito. Não havia nenhum funcionário para ofertar algum apoio técnico, apesar de estarem presentes alguns assessores (cargos de confiança) do prefeito. Antes dos estudantes chegarem ao

⁴⁰ Anedoticamente, os moradores relataram que em dias de precipitação intensa, seu Cacique, o zelador que mora na associação, tinha que usar capa de chuva no interior da edificação para não se molhar, devido a grande quantidade de gotearas no telhado.

mutirão, os moradores decidiram pela abertura do barranco e assim fez o operar da retroescavadeira (vide Figura 11 – Imagem 1). Também foi retirada a cobertura vegetal, deixando o terreno vulnerável a pequenas movimentações de massa, principalmente na lateral do barranco, que tinha um corte angular acentuado (vide Figura 11 – Imagem 4). Em seguida, foram abertas as valetas que serviriam futuramente para colocação dos canos de esgotos sanitário e pluvial (sistema unitário),⁴¹ dado que um dos problemas da rua referia-se a drenagem deficitária e ao esgoto que escoava em superfície. Um caminhão também foi disponibilizado para remoção dos resíduos, como galhos de árvores, basicamente.

Em dado momento do mutirão, aconteceu uma disputa aberta a respeito da retirada ou não de uma raiz que se encontrava na lateral do barranco que tinha um ângulo de inclinação acentuado. Um morador, que somente tinha participado da última assembleia da AAMJU, argumentava a necessidade de retirada da raiz, posto que se a mesma continuasse no seu lugar estaria obstruindo a abertura das valetas para colocação futura dos canos. Caso a raiz permanecesse, segundo este morador, teria que ser feito um desvio que obrigaria a abertura de valetas até o meio da rua Osvaldo Cruz, no cruzamento com a Sete Povos para construção de uma caixa de passagem, deixando o tráfego interrompido até o próximo mutirão em que se colocaria a tubulação do esgoto. Já os estudantes, entre eles o autor, mas principalmente os membros do EMANV contra-argumentavam que a retirada da raiz poderia deixar o barranco ainda mais vulnerável a um deslizamento de solo. Estava-se diante de um verdadeiro impasse entre os posicionamentos do morador e dos estudantes. Contudo, os demais sujeitos presentes, entre os quais militantes do LPJ e um mestre de obras, morador de uma casa próxima, não estavam participando do debate. As discussões se davam tão somente na relação direta entre o tal morador e os estudantes. Frente ao esgotamento do confronto e fiel à cultura política da associação, os estudantes resolveram convocar todos os que ali se encontravam. Basicamente abriu-se uma roda, expôs-se o ponto de divergência e em seguida apresentaram-se as defesas de retirada e de permanência da raiz. Nesse momento, gerou-se uma discussão mais ampla, a

⁴¹ Ao participar das audiências públicas realizadas em 2014 em Viamão, sobre os Planos Municipais de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos foi informado pela empresa que prestava consultoria de que a maior parte da rede de saneamento da cidade é no molde sistema unitário. Sobre esse sistema e o sistema separador: “Em áreas urbanas, a solução coletiva mais indicada para a coleta dos esgotos pode ter as seguintes variantes: 1. Sistema unitário ou combinado: os esgotos sanitários e as águas de chuva são conduzidos ao seu destino final, dentro da mesma canalização. 2. Sistema separador os esgotos sanitários e as águas de chuva são conduzidos ao seu destino final, em canalizações separadas.” Disponível em: <http://www.sanesul.ms.gov.br/conteudos.aspx?id=8>. Acesso em janeiro de 2016.

qual possibilitou que o mestre de obras,⁴² que até então não havia se colocado, apresentasse uma solução comum para ambos os lados. A sua proposta consistia na manutenção da raiz e que antes de chegar nela, fosse construída uma caixa de passagem⁴³ para diminuir a velocidade do escoamento e evitar que necessitasse comprometer o fluxo de veículos com a abertura de valetas no cruzamento das ruas.

Assim como os mutirões da primeira reforma da sede, este primeiro de rua também apresentou uma divisão de trabalho. Os moradores, os estudantes do grupo de apoio e militantes do LPJ, participavam diretamente com o trabalho direcionado para a obra em si (carregavam galhos caídos, abriam as valetas, etc.). Já as moradoras atuavam tanto na elaboração do almoço coletivo, cafés e lanches como também se dedicavam aos afazeres do canteiro de obra, caracterizando o exercício de dupla função (vide Figura 11 – Imagem 2). Algumas moradoras da Rua Sete Povos que estavam entrando em contato pela primeira vez com o trabalho da AAMJU chegaram, por iniciativa própria, a passar de casa em casa solicitando recursos para os próximos mutirões.

Ao término do mutirão aconteceu um momento de avaliação do dia de trabalho (vide Figura 11 – Imagem 3). Os moradores nitidamente se mostravam surpresos pelos avanços e transformações geradas com somente um dia de mutirão e dialogaram, ainda que de forma incipiente, sobre as possibilidades de intervenção de agora em diante no local onde antes existia o Barranco-do-quebra-pé. Alguns moradores, poucos quantitativamente, sinalizaram pelo desejo de abertura da rua para o tráfego de veículos. Outros, em maioria, argumentavam que a área tem uma inclinação elevada e a circulação de automotores poderia colocar em risco as casas do em torno, assim como os próprios moradores que passam pelo local. Esses sugeriram a construção de uma escadaria de forma a facilitar o trânsito peatonal e evitar com isso o tráfego de carros e motocicletas. Como encaminhamentos, deliberou-se consultar a prefeitura sobre a possibilidade de construção da escadaria ou a pavimentação, assim como pressioná-la para disponibilizar os materiais necessários (canos e tampas de concretos) para o sistema unitário. Para discutir as respostas dessas demandas e seus possíveis desdobramentos,

⁴² A participação do mestre de obras no mutirão foi dada em função da visibilidade e apoio da AAMJU à causa que lhe atingia. A sua casa, localizada também na Rua Sete Povos, está num plano menor que o da rua e devido às chuvas, ocorreu uma pequena movimentação do solo que estava tecnicamente comprometendo a segurança de sua residência. A AAMJU mobilizou meios de comunicação que realizaram reportagens e auxiliou na pressão frente ao poder público para resolver a sua situação. Além dele, outros moradores que também são trabalhadores da construção civil atuaram nos mutirões.

⁴³ Em termos técnicos gerais, a caixa de passagem é destinada a conectar, emendar redes, que podem ser elétricas, de comunicação, de esgoto e, etc. A sua construção foi necessária não somente pela capacidade de decantar e armazenar resíduos, mas também, pela mudança do sentido do escoamento do esgoto.

assim como tentar dar fôlego à mobilização, decidiu-se realizar uma reunião no dia 1º de agosto, quinta-feira à noite, na sede da Associação de Amigos e Moradores do Jardim Universitário.

Figura 11 - Mutirão do dia 27 de Julho.



Imagem 1 - retroescavadeira abrindo o barranco; **Imagem 2** - moradora colaborando com a abertura da valeta; **Imagem 3** - avaliação do trabalho ao fim do mutirão; **Imagem 4** - como ficou o Barranco após o primeiro dia de trabalho.

Fonte: Acervo da AAMJU. Disponível em:

<https://web.facebook.com/media/set/?set=oa.355067557956418&type=1>. Acesso em janeiro de 2016.

Após idas e vindas de membros da AAMJU na prefeitura, esta, de maneira informal, garantiu os materiais para rede de esgoto nos moldes de sistema unitário. Sobre a possibilidade de abertura da rua para o trânsito de automotores ou a construção de uma escadaria, o poder público respondeu que dentro da legislação viamonense vigente, a área chamada até então de Barranco-do-quebra-pé é parte da Rua Sete Povos. A alteração da mesma, como a construção de uma escadaria, necessitaria o encaminhamento de um projeto de lei na câmara de vereadores. Fora dessa circunstância, o trecho em questão segue sendo rua e como tal não deve bloquear o acesso para veículos. Contudo, a prefeitura tampouco garantiu

que faria ela própria obras melhorias, dado que a área não se encontra em condições de permitir o fluxo de carros e motos (muito menos de veículos mais pesados, como caminhões). Questionada diretamente sobre quais seriam as consequências da construção de uma escadaria a partir dos próprios moradores, o executivo municipal, em linguagem mais corriqueira, “fez vistas grossas”. Em resumo, compreendendo que existia a demanda pela escadaria, a prefeitura não proibiu, assim como também não legitimou a iniciativa, num primeiro momento. Seu posicionamento, informal, foi o de aconselhamento: caso fosse realizada a obra, após seu término, a AAMJU poderia entregar o projeto técnico anexado com um abaixo-assinado dos moradores que se responsabilizariam pelo feito.

Todas estas informações descritas foram postas aos moradores e ao grupo de apoio acadêmico na reunião do dia 1º de outubro de 2013 à noite e fomentaram o debate. Embora reticentes, os moradores que defendiam o trânsito de veículos recuaram e mostraram-se abertos a mudar de argumento, já que a prefeitura pouco ou nenhuma garantia deu de fazer obras que garantissem as condições para tal. No outro lado, os moradores que apostavam na construção da escadaria ganharam mais terreno na disputa, principalmente subsidiados pelo argumento de que o local é mote de reivindicação há aproximadamente trinta anos, frente à prefeitura e que o momento oportunizado pela mobilização da AAMJU era favorável para se garantir melhorias significativas, já que o poder público executivo nenhum direito assegurava, exceto os materiais da drenagem. Assim sendo, com um argumento se mostrando mais convincente do que o outro, deliberou-se pela construção da escadaria na Rua Sete Povos.

No dia seguinte à tarde, sexta-feira, graças à disponibilidade de alguns moradores, entre eles o mestre de obras, foi feita a caixa de passagem próxima à raiz e preparado o terreno para colocação dos canos. No sábado, dia 3 de Agosto, como encaminhamento oriundo da reunião de quinta-feira, aconteceu mais um mutirão. Deste dia até o final de novembro pode-se definir que a AAMJU entrou no regime de mutirões durante os finais de semana que somente foram interrompidos pelas condições atmosféricas desfavoráveis ou ausência de recursos financeiros para obra. Novamente, a prefeitura disponibilizou a máquina retroescavadeira e um operador que auxiliou na colocação dos canos de concreto nas valetas. Além disso, também foi feita a limpeza do terreno ao lado do barranco que praticamente se caracteriza como um depósito tecnogênico.

É nesse dia que ademais dos sujeitos já inseridos nos grupos de apoio acadêmico e mais o LPJ, também se fizeram presentes nos mutirões alguns estudantes da UFRGS, que

convidados por colegas ou amigos dos grupos acadêmicos se mostraram motivados em conhecer a experiência organizativa em curso no Jardim Universitário. Incluso um intercambista espanhol estudante na UFRJ. Sua presença foi oportunizada devido à realização do Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (Senemau)⁴⁴ organizado pelo EMAV e que na edição daquele ano tinha Porto Alegre como sede - mais precisamente o Colégio Aplicação no Campus do Vale. O EMAV que já se encontrava plenamente inserido no Jardim Universitário junto ao trabalho da AAMJU convidou o NEGA para realizar um relato dos seus trabalhos neste evento na quinta-feira à tarde (mesmo dia em que à noite aconteceu a reunião da Rua Sete Povos que deliberou pela construção da escadaria) e trocar experiências com grupos de extensão da UFRGS e os participantes do evento que eram de diferentes cidades do Brasil e, como mencionado, também de outros países. Alguns participantes do SENEMAU, que ainda não participavam do EMAV e estudavam Arquitetura e Urbanismo na UFRGS, chegaram a participar da reunião no dia 1º de agosto, que foi um momento chave no processo de engajamentos desses sujeitos, tanto para começar a atuarem no Escritório Modelo Albano Volkmer assim como nos próprios projetos do Jardim Universitário.

Com a previsão do tempo para chuva, no sábado, subsequente ao trabalho coletivo no canteiro de obras da Rua Sete Povos, não aconteceu, o que não significa que se tenha parado com as atividades que o envolvem. Foi marcada para 10 de Agosto de 2013, uma oficina de projeção planejada pelos membros do EMAV que tinha como objetivo central definir princípios construtivos para a escadaria que estava por ser feita. Na manhã de sábado, torrencialmente a chuva não deu trégua. Preocupados com a participação dos moradores, de guarda-chuvas nas mãos, os estudantes passaram de casa em casa na Rua Sete Povos avisando sobre a atividade. Alguns minutos depois, um público majoritariamente formado por moradoras (havia apenas um morador para sete moradoras). Metodologicamente, para oficina foi preparada uma maquete do terreno e alguns materiais, como palitinhos, por exemplo, que

⁴⁴Segundo o site da Federação de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA): “O Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (SENEMAU) é o momento onde membros dos EMAUs de todo o país discutem, trocam experiências e aprimoram o modelo de ensino e a extensão universitária onde a produção é voltada prioritariamente para os assuntos que envolvam a democratização da Arquitetura. O SENEMAU, assim como o EMAU, é um encontro idealizado e promovido pela FENEA e vem ocorrendo de forma anual, desde 1997, sendo organizado por estudantes envolvidos com os EMAUs, juntamente com os professores orientadores. A programação dos seminários é composta por atividades que promovem uma experiência coletiva de troca e aprendizagem, tais como apresentação dos trabalhos dos escritórios modelos, oficinas práticas, palestras, mesas redondas, vivência e intervenção em espaços da cidade.” Disponível em: <http://www.fenea.org/senemau-1>. Acesso em janeiro de 2016.

pudessem ser manuseados pelas moradoras conforme o desejo do que buscavam representar (vide Figura 12 – Imagem 3). A maquete inicialmente tinha somente a base do terreno. Todo o restante estava por ser construído na mediação de diálogo entre moradoras e os estudantes do EMAV (vide Figura 12 – Imagem 1 e 2).

Sobre os resultados da mediação podemos apontar as propostas de “como” deveria ser a escadaria: na parte superior, antes do primeiro degrau, deveria ser feita uma canaleta para escoamento da água pluvial (com esta proposta estava anexada a necessidade de nivelar a Rua Sete Povos para diminuir a erosão e velocidade de escoamento na área da escadaria); colocação de lixeiras na parte superior e inferior, primeiros e últimos degraus; a escadaria poderia ter patamares para que a sua subida fosse menos cansativa; plantar vegetação florida ao redor; o formato da escadaria deveria ter uma sinuosidade que evitasse que motocicletas passassem pelo local. Diante dessas e outras proposições, as próprias moradoras levantaram objeções no que toca ao caráter funcional das propostas em frente à postura e conduta dos demais moradores do bairro, principalmente os jovens. Desta forma, sobre a iniciativa de se ter árvores frutíferas ao redor da escadaria, não seria possível em função de que frutos iriam ser colhidos antes de maduros; sobre a possibilidade de uma iluminação no meio da escadaria, havia o receio de que as lâmpadas fossem roubadas; os patamares eram alvos da preocupação de se tornarem pontos de uso e comércio de ilícitos; a existência das lixeiras sofria a desconfiança de que mesmo colocadas na escadaria, não seriam usadas; e por último a demanda por um corrimão seria abortada devido a elevação dos custos para fazer e implementá-lo. Todas essas suspeitas e preocupações precisaram ser discutidas uma a uma tendo como fundamento o argumento base enunciado pelos estudantes de que se o desejo é por melhorias no espaço do bairro, essas melhorias não podem ser tão somente materiais, mas podem (e devem) ser acompanhadas de transformações do comportamento social de quem vive no Jardim Universitário.

Essa mudança de postura é consequência de diálogo e demonstrações durante a oficina de que outras formas de enxergar o bairro são possíveis, até mesmo porque, vale a pena dar relevância, o discurso do tipo “*não vale pena fazer porque não vai dar certo*” estava longe de ser homogêneo e unânime entre as moradoras. Para fins de exemplo, o caso do problema das árvores frutíferas foi rebatido com a proposta de colocação de placas avisando a necessidade de não retirar do pé a fruta antes de madura. E, já que os principais acusados de tal ato são os jovens, por que não passar na escola avisando sobre a importância desse e de outras questões

pertinentes ao bairro? Ou sobre o uso das lixeiras, será que não é só uma questão de alertar os moradores que passarão pela futura escadaria sobre a necessidade de preservar o local até que os mesmos adquiram o hábito de uso (caso eles já não o tenham). Claro que nem todas as objeções postas foram rebatidas, afinal a capacidade de criar soluções para problemas de diferentes naturezas é algo que às vezes leva tempo e carece de um acúmulo de debate mais amplo, como é o caso do possível uso de tráfico e uso de ilícitos no local da escadaria. Contudo, buscou-se dialogar de forma a exaltar as possibilidades de transformação, tanto simbólicas e materiais do espaço e não apenas silenciar-se diante dos limites de caráter conformista. Ao final, o produto gerado, a maquete, compunha um resumo dos debates da oficina (vide Figura 12 – Imagem 4).

Figura 12 - Oficina de Projetação.



Imagem 1 - estudantes do Emav e moradoras discutindo sobre possibilidades construtivas da escadaria; **Imagem 2** - moradoras discutindo as possibilidades de solucionar os problemas hídricos da área; **Imagem 3** - estudantes e moradores em diálogo e registrando o momento; **Imagem 4** - maquete pronta ao final da oficina como síntese do processo.

Fonte: Acervo da AAMJU, Disponível em:

<https://web.facebook.com/media/set/?set=oa.355067557956418&type=1>. Acesso em janeiro de 2016.

No Dia 17 de Agosto foi realizado mais um mutirão. Este teve como objetivo finalizar algumas tarefas que faltaram na rede de esgoto. Neste dia começa a se consolidar o convívio entre moradores da Rua Sete Povos que não se conheciam e que a partir dos mutirões, principalmente nos momentos dos almoços coletivos, trocaram experiências entre si a respeito de questões variadas, por exemplo, suas trajetórias no bairro. Na assembleia ordinária do dia 29 daquele mês, no momento da apresentação inicial (costumeira em toda assembleia) vários moradores e moradoras relataram os laços de amizade que estavam sendo construídos nos mutirões e inclusive ressignificam o termo “Amigos” que inicialmente foi posto no nome da entidade para representar os sujeitos externos ao bairro, agora também servia para representar os vínculos afetivos entre os moradores. Nesta assembleia, ainda houve os últimos respiros do debate “escadaria versus pavimentação” para o trecho em obras na Rua Sete Povos, sendo, mais uma vez, deliberado pela primeira opção.

Antes da assembleia ordinária do mês de agosto, aconteceu no dia 22 mais uma reunião a respeito da Rua Sete Povos. Neste encontro os estudantes do EMAV apresentaram o projeto, ou melhor, os princípios de projetos que tinham sido criados na oficina de projeção com as mulheres (vide Figura 13 - Imagem 1). Um dos pontos mais nevrálgicos e de grande preocupação por parte de todos, no que toca as condições do terreno dizia respeito da necessidade de construção de um muro de contenção na lateral do barranco. Essa lateral, como já mencionado em parágrafos anteriores, possuía uma cobertura vegetal que foi retirada pela máquina retroescavadeira e, além disso, tinha um ângulo de inclinação muito elevado se comparado com sua base. Assim, inicialmente os estudantes do EMAV propuseram a construção de um muro de contenção feito por pneus. Contudo, esta opção necessitava de uma avaliação técnica mais precisa, visto que os estudantes não estavam tão seguros se a contenção feita por pneus seria suficiente. Desta forma, buscaram o apoio de um professor da universidade que estivesse habilitado a dar um parecer técnico com maior consistência. Além desse ponto, algumas outras questões foram debatidas e aprimoradas em relação aos princípios construtivos. Com essas novas alterações, novamente na assembleia do dia 29 de agosto, os membros do EMAV realizaram a apresentação sobre como poderia ser construída a

escadaria da Rua Sete Povos (vide Figura 13 – Imagem 2). Importante lembrar que a obra em si não tinha um projeto detalhado tecnicamente, mas sim um conjunto de orientações normativas constituídas pelos estudantes do EMAV na fertilidade do diálogo com moradores e moradoras e as referências técnicas de construção.

Figura 13 - Apresentação da proposta da escadaria em assembleia.

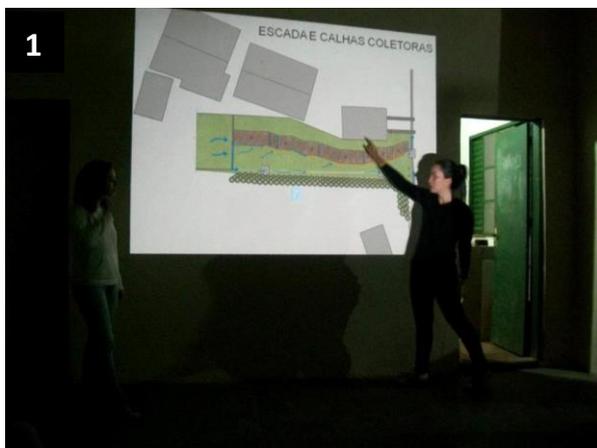


Imagem 1 - apresentação feita na reunião do dia 22 de agosto; **Imagem 2** - apresentação feita na assembleia do dia 29 de agosto.

Fonte: acervo da AAMJU, Disponível em:

<https://web.facebook.com/groups/212973305499178/photos/?filter=albums>. Acesso em janeiro de 2016.

Os estudantes do EMAV entraram em contato com um professor da faculdade de arquitetura e urbanismo da UFRGS, explicaram-lhe os pormenores do contexto de trabalho no Jardim Universitário e o docente, demonstrando solicitude, não somente acolheu a demanda como já participou do subsequente mutirão, ocorrido no sábado, dia 31 de agosto. Neste dia, seguiu-se a preparação do terreno para edificação da escadaria, posto que a ação entre amigos ainda estava vigente na busca de recursos para comprar, principalmente, as pedras grés (oriundas de rochas areníticas). O professor, ao avaliar as condições da lateral do terreno decretou que não havia necessidade de construção de um muro de contenção. Somente o plantio de vegetação já era suficiente para garantir a fixidez do solo (vide Figura 14 – Imagem 1). Já do outro lado, referente à casa de uma das moradoras, onde está sua garagem, que tantos almoços coletivos abrigou, foi recomendado a construção de um muro de contenção que poderia ser feito por pedra grés também. Com a participação do professor, também se aproveitou para realizar marcações e materializar os princípios construtivos. Nesse momento começam algumas discordâncias. Primeiro a respeito do que eram os princípios construtivos. O mestre de obras e alguns outros moradores não se mostraram satisfeitos com as propostas

(por exemplo, de a escadaria ser sinuosa), uma vez que foram as moradoras que a projetaram. Estas, nas palavras do mestre de obras “*não entendem nada de obra! Como vão querer uma escadaria curva?*” Este foi um momento importante de diálogo, posto que foi necessário ter apoio dos membros ligados à AAMJU para argumentar que as moradoras foram que majoritariamente ocuparam o espaço de decisão (oficina de projeção), sobre como construir a escadaria. Além disso, suas propostas passaram por modificações e o crivo da assembleia de agosto. Deste modo, era legítimo que a escadaria fosse conforme o desejo das moradoras.

Outras colisões de argumentos, ainda que o confronto tenha sido sutil, aconteceram entre o mestre de obras⁴⁵ e o professor universitário. Havia discordâncias relativas às formas de conduzir e o fazer da obra. Para fins de exemplo, tomemos o caso dos princípios construtivos. Para o mestre de obras era inconcebível trabalhar sem um projeto detalhado do que deveria ser feito. Por mais que as orientações fossem fruto do diálogo entre moradoras e estudantes do EMAV, foi o professor quem teve a tarefa de dialogar mais diretamente com o ele, o que ocasionou certo desgaste na relação entre ambos. Mesmo reticente, num primeiro momento, o mestre de obras aceitou as proposições do professor e as primeiras marcações são feitas delimitando a extensão da escadaria.

No outro sábado, outra vez, mutirão. Trocamos de mês e vamos ao dia 7 de setembro, feriado. Este é um mutirão chave, pois a proposta de convidar pessoas de fora para participar chegou ao seu ápice. Como as condições do terreno para construção já estavam relativamente prontas e havia recurso em caixa, oriundo do retorno da ação entre amigos, a AAMJU investe na compra de pedra grés. Com estes materiais, o trabalho dos mutirões ganha a demanda por uma intensidade de esforço maior. Então é lançado o chamamento, tanto pessoalmente como nas redes sociais, do que se intitula “Mega Mutirão”. Assim como havia nos mutirões a presença de companheiros e amigos relacionados ao grupo de apoio, também começaram a se fazer presentes colegas de trabalhos e amigos dos demais moradores que não moravam ou frequentavam o bairro regularmente. Estes, muitas vezes, colaboravam comprando algumas rifas dos moradores e posteriormente, na rede social, viam fotografias e publicações referentes aos mutirões. Então, com o desejo de conhecer a experiência, ao mesmo tempo mostraram-se contribuindo para uma causa “social” aparentemente válida, essas pessoas se engajaram, ainda

⁴⁵ Muitos dos conflitos perpassavam pelo do mestre de obras, mas não tão somente por este. Os demais moradores, principalmente os que trabalhavam na construção civil, também fomentaram os embates, porém não assumiam tão claramente o fronte como o mestre de obras. Vale aqui o registro: os enfrentamentos no canteiro de obras aconteceram, na medida do possível, de forma respeitosa, tendo como cerne de disputa o *modus operandi* da construção em si.

que temporariamente, nas atividades de construção da escadaria. Evidentemente, devido à comemoração da independência do país, um número maior de pessoas estava oportunamente com este dia disponível para conhecer e contribuir com o trabalho da Rua Sete Povos, se comparado com os outros dias de mutirão.

Além da presença de muitas pessoas que estavam no mutirão pela primeira vez, o professor voltou a se fazer presente. Neste dia, mais do que no sábado anterior, os ruídos do diálogo com o mestre de obras aumentaram. Mesmo assim, a sua participação aconteceu de forma a colaborar com as dificuldades técnicas. Neste dia, foi iniciada a construção da escadaria, com a colocação da primeira pedra posta pelas moradoras que iniciaram e cooperaram na mobilização de seus vizinhos para que a primeira reunião de rua fosse na Sete Povos (vide Figura 14 – Imagem 2). Também neste dia, começou a ser levantado o muro de contenção, ao lado da garagem onde aconteciam os almoços coletivos. Na semana após o “Mega Mutirão”, os estudantes do EMVAV conversaram com o professor sobre os conflitos gerados no canteiro de obras. Este relatou já estar ciente das dificuldades encontradas e, em acordo com os estudantes, optou por se retirar das atividades. A saída do docente partiu da sua percepção e sensibilidade de que a relação estabelecida com o mestre de obras não estava sendo colaborativo para os objetivos do trabalho. Entre os moradores houve diferentes posições a respeito da participação do professor, com aqueles, principalmente, os moradores ligados ao trabalho na construção civil, advogando que a sua presença não acrescentou no desenvolvimento da obra e outros, ou melhor, outras, no caso as moradoras, com olhar não pontual, valorizaram as contribuições do professor, principalmente na resolução de não precisar construir um muro de pneus ao lado da escadaria e que somente o plantio de vegetação seria suficiente para contenção.

Na assembleia ordinária do mês de setembro, no ponto de pauta a respeito da escadaria, os estudantes do EMVAV prepararam uma retrospectiva do trabalho realizado até então com o objetivo de subsidiar um momento de avaliação do processo. No caderno de campo, tenho o registro de que os moradores se divertiram lembrando alguns momentos através das fotografias. Quando mostrado as imagens de como era o antigo “Barranco-do-quebra-pé”, alguém sentenciou “*não tenho saudade disso!*”. Outra observação dessa assembleia foi de que os moradores, ao se apresentarem, já tomavam a escadaria como uma referência espacial. “*eu moro em frente à escadaria que estão construindo*”; “*na rua da escadaria, passando dela no sentido de quem sobe, minha casa é a terceira*”. É pertinente

expor aqui que as assembleias eram momentos de reflexão sobre o *fazer* e que possuíam outro ritmo que não o mesmo acelerado do canteiro de obras.

Desde o dia 7 de setembro até 23 de novembro daquele ano, quando ocorreu o último, foram mais nove mutirões neste período (vide Figura 14). A maioria deles aconteceu aos sábados, com a existência de um que outro durante a semana, por exemplo, no feriado da proclamação da república. Em termos gerais, principalmente após a saída voluntária do professor e a aceitação dos princípios construtivos propostos pelas moradoras por parte dos moradores que trabalham na construção civil, os mutirões se constituíram num padrão de trabalho que já estava na rotina tanto de estudantes como de moradores de que, salvo alguma eventualidade como condições de tempo adversas, o sábado da agenda estava reservado para participação no mutirão no Jardim Universitário. Todavia, vale ressaltar que a entrada num ritmo razoavelmente estável de trabalho isente a experiência de fornecer, como sempre, tensões e conflitos dos mais diversos. Ora envolvia estudantes e moradores, ora entre os próprios moradores. Vez que outra os estudantes também não se entendiam.

Embora já tenhamos descritos alguns ao longo deste subcapítulo, cabe ainda destacar um intenso debate travado a respeito do tamanho do degrau. Para início de descrição, os estudantes do EMVA ao propor os princípios de construção da escadaria tinham dito que a mesma deveria ter um tamanho regular de um degrau para o outro de maneira que tanto na subida como na descida o transeunte não precisasse forçar a sua articulação. Inicialmente, ninguém fez objeções a esta característica. Contudo, no canteiro de obras, ao observar que seria necessário cavar mais do terreno, ou seja, depreender mais esforços para que o tamanho do degrau permanecesse regular, muitos moradores argumentaram veemente pela não padronização do degrau. Afinal, *“que mal faria que naquele ponto da escadaria, não precisava ser em toda, ao invés de usar uma pedra grés deitada, fossem usadas duas?”* O debate gerou muito calor. Assim como outras decisões que envolviam questões com posicionamentos antagônicos, abriu-se a roda, colocou-se todos e todas a par do dissenso e buscou-se uma solução. Assim, uma moradora que tinha se aproximado da associação a partir dos mutirões, disparou que, se possível, seria muito importante que os degraus continuassem com o mesmo tamanho, pois ela tinha problemas crônicos no joelho e dificuldades de subir degraus muito grandes. Ponto. A partir desse posicionamento deu-se por encerrado o conflito e o tamanho do degrau foi mantido com o padrão.

Nos últimos mutirões, visivelmente tanto moradores como estudantes apresentavam sinais de desgaste com a obra. Não dificilmente alguém discordava do outro na forma de fazer determinada tarefa. Havia pressa em finalizar a obra que já não tinha o mesmo fôlego do que no seu começo. Novamente, em situações similares ao caso da raiz, foi preciso reunir todos em roda, discutir problemas, acalmar ânimos, estimular o espírito fraterno e solicitar para que o trabalho seguisse da melhor maneira possível. A descrição de alguns conflitos não autoriza a interpretação de que os mesmos tenham sido preponderantes durante a maior parte do tempo. Como já mencionado, os momentos afetivos e de compartilhamentos, principalmente nos almoços coletivos, são sinais da satisfação que aqueles sujeitos nutriam ao participar dos mutirões, assembleias, debates. Moradores, moradoras e membros do grupo de apoio, metodologicamente, buscavam dialogar para resolver os impasses, apreendendo a reconhecer avanços e retrocessos de suas propostas e visões de mundo – inclusive chegando há fecundá-las em alguns momentos.

Como festejo pela comemoração do fim da obra, aconteceu no dia 14 de dezembro a inauguração da escadaria. Como proposta de um morador de que a experiência de trabalho no Jardim Universitário fosse levada para outros bairros da cidade de Viamão, convidou-se o prefeito, que compareceu durante alguns minutos. A presença do representante máximo do poder executivo municipal não era de comum acordo entre os moradores e muito menos de parte do grupo de apoio. Todavia, tantos os moradores como os estudantes do grupo de apoio não se opuseram veemente por acreditar ser legítimo o convite à prefeitura, afinal algum respaldo, mesmo que incipiente (empréstimo da máquina retroescavadeira, por exemplo) tinha sido fornecido. Ademais, a ideia de que a experiência da construção da escadaria pudesse ser levada para outros bairros, desde que respeitando as características específicas dos mesmos, parecia naquelas circunstâncias aparentemente razoável. Contudo, é importante sinalizar que as relações entre alguns moradores ligados à AAMJU e os membros da prefeitura, principalmente os de cargo comissionado, baseadas no espírito da “troca de favores” já tinham ganhado o alerta do grupo de apoio. Em assembleias e reuniões essa questão vinha sendo debatida, buscando mostrar que as relações tecidas com o poder público estavam excessivamente no âmbito pessoal e que talvez fosse necessário buscar canais institucionalizados para as reivindicações. O contra-argumento, dado por um dos moradores,

era “a prefeitura está com boa vontade nesta gestão⁴⁶” acoplado do “no que for possível, temos que usar ao máximo o poder público”. Esses posicionamentos (assim como as objeções das moradoras na oficina de projeção sobre a escadaria) não eram homogêneos e unânimes dentre os demais moradores, todavia permaneciam como vigentes, uma vez que não havia um fato ou argumento suficientemente relevante para refutá-lo por parte do grupo de apoio.

De forma a valorizar a participação individual no trabalho coletivo, no dia da inauguração, a AAMJU homenageou cada um que participou da construção da escadaria, seja morador, seja de fora do bairro, presenteando-o com um porta-retrato contendo uma fotografia em que a pessoa aparece trabalhando em algum mutirão. Essa iniciativa teve como objetivo, além da valorização dos que cooperaram com a obra, buscar de alguma forma a manutenção da memória do que foi a construção da escadaria, mesmo que os registros estejam reservados aos que se envolveram. Isso, em certa medida, se aproxima com o que foi feito na inauguração da primeira reforma da sede, quando se montou um painel com fotografias das atividades desenvolvidas até aquele momento.

14 - Mutirões da Construção da Escadaria.



2,
o d



Imagem 1 - mutirão do dia 31.08 professor e estudantes dialogando; **Imagem 2** - mutirão do dia 07.09 moradoras colocando a primeira pedra; **Imagem 3** - mutirão do dia 14.09 (segundo megamutirão); **Imagem 4** - mutirão do dia 05.10 não contou com os grupos de apoio; **Imagem 5** - mutirão do dia 12.10 moradora fazendo rejunte dos degraus; **Imagem 6** - mutirão do dia 19.10 finalizando a parte superior da escadaria; **Imagem 7** - - mutirão do dia 02.10 começo das canaletas laterais da escadaria; **Imagem 8** – reunião realizada com as moradoras mulheres na escadaria; **Imagem 9** - mutirão do dia 23.11 moradores fazendo o plantio ao redor da escadaria; **Imagem 10** - inauguração da escadaria no dia 14.12.

Fonte: acervo da AAMJU. Disponível:

em <https://web.facebook.com/groups/212973305499178/photos/?filter=albums>. Acesso em janeiro de 2016.

Como “contrapartida” de uma obra em que pouco contribuiu para sua realização, a prefeitura se responsabilizou em colocar um corrimão na escadaria. Mesmo visto com desconfiança por parte de moradores e estudantes, por significar uma possível apropriação do trabalho produzido pela AAMJU e os apoiadores, decidiu-se aceitar a doação como forma de legitimação do poder público municipal. Além disso, como solicitado pela prefeitura, o levantamento técnico da escadaria foi realizado. Nele, foi anexado um ofício da associação com um abaixado-assinado dos moradores da Rua Sete Povos. Antes da folha do abaixado-assinado, há um texto introdutório que contextualiza o trabalho produzido e seus pressupostos políticos. O autor, ao encerrar esse subcapítulo, compartilha com o leitor um dos parágrafos desse texto anexado do ofício:

É importante ressaltar que todas as deliberações sobre a construção da escadaria da Rua Sete Povos foram tomadas buscando o consentimento dos moradores e das organizações participantes através do diálogo e da horizontalidade de poder entre os envolvidos. Além desse pressuposto, a AAMJU e seus parceiros se ancoram legalmente na Constituição Federal de 1988 que estabelece no Art. 1º, § único, que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou *diretamente*” (grifo nosso). Neste sentido, a construção da escadaria da Rua Sete Povos é resultado da democracia exercida de forma direta a partir da participação popular e serve como exemplo pedagógico para o restante do bairro e à cidade de Viamão-RS. (AAMJU, 2014)

Figura 15 - Transformação do Barranco-do-quebra-pé para a escadaria.



Imagem 1 - antes da construção; **Imagem 2** - escadaria ao fim do último mutirão, dia 23.11; **Imagem 3** - escadaria com o corrimão posto pela prefeitura, começo de 2014; **Imagem 4** - escadaria no dia 05.04.16.

Fonte: acervo da AAMJU. Disponível :
em <https://web.facebook.com/groups/212973305499178/photos/?filter=albums>. Acesso em janeiro de 2016.

5. Projeto dos Jovens

Naquele ano de 2013 também foi realizado o primeiro projeto de extensão⁴⁷ construído na relação entre o LPJ e a AAMJU. Desde o seminário “*A Periferia e a Universidade*”, na gênese, uma das preocupações dos militantes do LPJ foi de articular as potencialidades de trabalho da universidade (pesquisas, apoio técnico, extensão e, etc.) com as demandas da sociedade civil, principalmente as dos trabalhos de base dessa organização. Essa intencionalidade não provinha tão somente da tentativa de satisfação de necessidades concretas da sociedade civil, sendo os recursos da universidade usados como meros instrumentos para tal fim. O objetivo era mais amplo. Almejava-se interferir na formação intelectual e política do estudante de maneira que este, em sua trajetória acadêmica, pudesse ter contato com problemáticas e sensibilizar-se com vivências de matriz popular. Ademais do estudante, outro sujeito importante a ser flexionado era o docente. Importante destacar, que a proposta sempre teve caráter retroalimentar e não apenas unilateral: a formação na universidade deveria ser tensionada a partir de sua aproximação e contribuição mais direta com as demandas concretas da sociedade civil, assim como as ações e reflexões dos militantes e moradores (no caso do Jardim Universitário), deveriam se abrir criticamente para fecundação de epistemes oriundas da academia. Em síntese, intentava-se estabelecer diálogos.

Dentro desta perspectiva, o trabalho realizado com a disciplina “Organização e Gestão Territorial” durante o segundo semestre de 2012, precisamente tocava de maneira mais direta com a dimensão do Ensino. Já o EMAV com caráter extensionista, também contribuiu de forma significativa para os interesses da AAMJU com a construção da escadaria na Rua Sete Povos. O LPJ, por sua vez, com o propósito de aproximação aos jovens⁴⁸ do bairro, planejou para o ano de 2013 a elaboração de um projeto de extensão. Construído no diálogo entre moradores, os militantes, a direção da Escola Municipal Anita Garibaldi e a professora

⁴⁷ Aqui cabem algumas explicações de ordem cronológica sobre os acontecimentos. Primeiro: embora o trabalho do EMAV na construção da escadaria tenha sido um projeto de extensão da UFRGS, o mesmo é posterior ao projeto que descreveremos neste subcapítulo. Segundo: a opção de apresentar na redação do texto, o trabalho com os jovens, após a descrição sobre a construção da escadaria, sendo que a partir de um dado momento houve simultaneidade entre ambos, é de ordem metodológica e está relacionada com tentativa de maior nitidez e transparência na apresentação descritiva dos acontecidos.

⁴⁸ Os sujeitos para quem o projeto de extensão estava principalmente destinado ora são denominados na redação deste texto como “jovens”, ora como “educandos”, ora ainda como “alunos”. Isso está relacionado com a perspectiva na qual estes sujeitos estão sendo denominados por outros sujeitos que não os primeiros. Quando os moradores da AAMJU se referem a eles, o termo vigente é “jovem” porque a determinação biológica é o que os diferencia. Já quando eles estão contextualizados dentro do projeto de extensão, que se nutre da Educação Popular, estes são chamados de “educandos”, ou “educandos-educadores”. Por último, se se postos dentro da ótica da Escola, estes sujeitos são designados como “alunos”.

Cláudia Zeferino Pires, o projeto tinha como objetivo central propiciar aos educandos²⁹ oficinas que instigassem ações e reflexões através dos seus interesses no mundo e relação com a atuação da associação de moradores. Para tal, as oficinas seriam realizadas no turno inverso ao escolar na sede da AAMJU. Os moradores, ao discutir sobre esse projeto, corresponderam positivamente à proposta, uma vez que, nas suas interpretações, faltavam atividades extraescolares para os jovens. Além disso, chamaram a atenção para a necessidade de valorizar a estima pela cidade de Viamão, pois essa sofre, segundo uma moradora, de um “complexo de inferioridade” frente Porto Alegre. Desta forma, havia um apelo por positivar o imaginário do jovem com a cidade e o bairro. Além disso, o projeto era uma oportunidade de articular a AAMJU com a escola e ter visibilidade direta não só com os professores e alunos, mas também com suas famílias.

Construído no despertar do primeiro semestre letivo de 2013, o projeto de extensão tinha no plano teórico a Educação Popular de corte freirina e a abordagem da Geração de Ambiências de Nelson Rego. Taticamente, já com o apoio dos moradores, a proposta do projeto foi apresentada à diretora da Escola Anita Garibaldi na presença do presidente da associação de moradores. Lembramos o leitor que, durante 2012, as oficinas foram suspensas no fim do ano por insatisfação da direção, fato que colocava em suspeita a participação da escola no projeto de extensão. Contudo, a direção não se opôs, fez algumas ponderações sobre responsabilidade frente aos pais, apoiou o projeto e se mostrou disposta a permitir a realização de observações de aulas e a realização de algumas oficinas na sala de aula de modo a convidar os alunos para as atividades no turno inverso na sede da AAMJU.⁴⁹

Escrito a muitas mãos e submetido à Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, o projeto foi aceito e contemplado com duas bolsas para estudantes. Um dos bolsistas do projeto tornou-se o próprio autor desse trabalho que na época estava no último ano da graduação em

⁴⁹ Mesmo que de tom especulativo, vale um argumento que explique a mudança de posição da direção da escola, mais precisamente da diretora, sobre as oficinas do LPJ. Desde meados do segundo semestre de 2012, a AAMJU começa a participar de audiências públicas, sessões temáticas da câmara de vereadores e demais atividades institucionais que de alguma forma interesse direta ou indiretamente as questões do bairro. Uma reunião sobre a elaboração do Plano Diretor de Viamão foi realizada no final de 2012 tendo como sede as dependências da Escola Municipal Anita Garibaldi. Nessa oportunidade, o vice-prefeito valorizou a presença e atuação da associação de amigos moradores do bairro, evidenciando respaldo do poder executivo municipal. A diretora, pode - ressaltamos aqui o caráter apenas hipotético - ter visualizado na AAMJU uma potencial parceira dentro do bairro para pleitos frente à prefeitura. É nesta época que a direção buscava apoio junto à Secretaria Municipal de Educação para a realização de obras de ampliação do número de salas de aula no prédio da escola. Por isso, ao apresentar o projeto de extensão, taticamente contou-se com a presença do presidente da associação de moradores como forma de mostrar que os militantes atuavam com a AAMJU. Os moradores ligados à AAMJU estavam cientes dessa articulação e suas intencionalidades, tanto é que o presidente da associação se fez presente no encontro com a diretora.

Geografia. O outro, ou melhor, a outra bolsista foi uma militante do LPJ que estava se aproximando do trabalho no Jardim Universitário. É nesse período, no começo do primeiro semestre letivo de 2013, que o grupo de militantes do LPJ sofre transformações. É pertinente a compreensão dos fluxos de militantes do LPJ no Jardim Universitário porque isso explica, em certa medida, as relações do grupo de apoio com os moradores. Dos três militantes que iniciaram o trabalho no Jardim Universitário cooperando com a fundação da AAMJU, um deles anunciou a saída da organização social por questões político-ideológicas, sendo este o presente autor. Outra militante, a pedagoga, começou a dar aulas numa escola dentro de um assentamento do MST na região metropolitana de Porto Alegre e não conseguiu conciliar o novo emprego com o trabalho de base. Assim, restou apenas o estudante de Ciências Sociais, que de um ano para o outro já estava formado e ingressante na pós-graduação em Sociologia da UFRGS. Todavia, a permanência deste último se deu até meados de 2013, quando as obrigações da paternidade não permitiram mais a continuidade com o ativismo de bairro. Como reposição do LPJ, outro militante, estudante do curso de Engenharia Química da UFRGS, desde o final do ano de 2012, já acompanhava e se inseria nas atividades do trabalho de base. Além dele, outra militante e também estudante do curso de Letras, recebeu a bolsa inicialmente e começou a atuar no Jardim Universitário através do projeto de extensão. A permanência dessa militante foi apenas de alguns meses, quando problemas pessoais impediram a atuação no projeto de extensão. Na sua vaga entrou uma estudante do curso de Geografia que desejava inserir-se no NEGA e teve o projeto de extensão no Jardim Universitário como oportunidade.

No começo do primeiro semestre de 2013, acontecem essas mudanças na composição dos militantes do LPJ, ao mesmo tempo em que o EMAV começa a se aproximar de forma efetiva da AAMJU e consolida seu vínculo através do trabalho de construção da escadaria. O autor, após a saída do LPJ, coloca em evidência para a AAMJU a sua atuação militante frente à AGB-PA e a relação com o NEGA – UFRGS, laboratório no qual foi vinculado o projeto extensionista. O LPJ, com a saída da sua militante da bolsa, fica com somente um militante no Jardim Universitário. Com o acúmulo já produzido pela disciplina “Organização e Gestão Territorial”, a entrada do EMAV e o projeto de extensão fortalecem o vínculo da AAMJU com a universidade através dos estudantes que lá estão atuando enquanto sujeitos em formação.

Realizadas as explicações sobre os fluxos e reposicionamentos dos sujeitos do grupo de apoio, podemos abordar o projeto de extensão em si. Além das características que já foram mencionadas, o projeto tinha como estrutura básica etapas de planejamento: momentos de discussões teóricas-metodológicas sobre as oficinas e demais atividades com os jovens educandos; realização: quando se desenvolviam as atividades planejadas, como as próprias oficinas, observações de aula, acompanhamento dos jovens educandos em alguma tarefa; sistematização: para fins de registro, essa etapa tinha como objetivo relatar todas as atividades, assim como as reflexões e aprendizagens dos sujeitos que delas participaram. Uma das propostas do projeto extensionista era a realização do II Seminário “*A Periferia e a Universidade*”, que receberia o nome de “Organização Popular e Universidade”, posto que o termo “periferia” não possuía uma carga positiva para os moradores do Jardim universitário. Marcado inicialmente para o dia 25 de junho de 2013, o seminário foi adiado sucessivas vezes em função da conjuntura de mobilizações de rua, principalmente com a pauta do transporte público, que transcorriam pelo país em meados daquele ano. Assim, o seminário que buscava ser um evento dentro da Universidade, de reflexão sobre o trabalho até então desenvolvido no Jardim Universitário, não teve condições conjunturais para acontecer. A seguir, nos parágrafos que procedem neste subcapítulo, descreveremos as atividades desenvolvidas pelo projeto, suas relações e consequências para o ativismo da AAMJU.

Como objetivo de se aproximar dos educandos, dos professores e do ritmo da sala de aula, a primeira atividade do projeto foi a observação de aulas, realizada no dia 6 de agosto. Como havia o recorte de se trabalhar com os educandos dos dois últimos anos do Ensino Fundamental, as turmas observadas foram a 81, 82, 91 e 92 durante as aulas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. As observações foram importantes nos momentos de aproximação com alguns professores que evidenciavam uma postura pedagógica muito distinta da apresentada pela direção da escola. Após as observações, na semana seguinte, foram realizadas as primeiras oficinas ainda no espaço da escola, durante o turno letivo a partir da cedência de alguns períodos pelos professores.

Esta primeira oficina intitulava-se “Refletindo com o educando sobre/no espaço escolar” e tinha como objetivo problematizar, juntamente com os educandos, a Escola como uma instituição a qual se vivencia desde muito cedo, credita-se muito tempo da infância e adolescência e, geralmente, não é um espaço, em se tratando das aulas, com referencial positivo. Nossa expectativa com a oficina foi levantarmos questionamentos que instiguem os

educandos a refletir sobre as práticas existentes na Escola e como poderiam ser realizadas de maneira diferente, de forma factível e mais harmônica para todas e todos que vivenciam o cotidiano escolar.

As oficinas, acontecidas entre os dias 12 e 14 de agosto de 2013, provocaram debates e tensionamentos interessantes com os educandos, cumprindo seu objetivo (vide Figura 16). Estas oficinas serviram como ponto de partida, para a prospecção de temas a subsidiar as oficinas a serem realizadas na sede da AAMJU. Os elementos que apareceram de maneira mais destacada nas respostas dos educandos nos momentos de debates foram: a repressão vivida na escola, representado pela proibição do uso de boné e minissaia por parte da direção; o preconceito racial existente entre os educandos; baixa autoestima dos educandos devido à justificativa de virem à escola para futuramente serem “alguém na vida”; a internet aparece como algo importante na vida deles, sendo o acesso possível para a maioria; a música é algo que denota importância e a influência, sendo um meio de entrada para possíveis trabalhos a serem desenvolvidos; a alimentação também é um fator que tem grande peso para os educandos; as drogas também aparecem como uma tema relevante, ainda que tratado de forma hesitante.

Esses elementos que se apresentam foram de suma importância porque nos apresentam pistas possíveis para constituição das oficinas e fomento de temas-geradores. Por exemplo: se a comida é algo tão importante para os educandos, é necessário que haja um lanche durante as oficinas. A música é outro destaque que podemos usufruir, mesmo que não de forma central em todas as oportunidades, os educandos podem, sempre que desejarem, trabalhar com a música ao fundo. Se as drogas e o preconceito étnico-racial já aparecem neste primeiro momento, nas próximas oficinas essas temáticas deverão ser aprofundadas e tensionadas.

Figura 16 - Oficina “Refletindo com o educando sobre/no espaço escolar”.



Imagem 1 - oficina com a turma 92 12.08.13; **Imagem 2** -oficina com a turma 81 13.08.13.

Fonte: acervo do autor.

Na semana seguinte, a partir da proposta de adesão, os educandos que estiveram dispostos, estavam convidados a participar no turno inverso das oficinas na sede da AAMJU. Para cada ano, destinava-se um dia de oficina durante a semana. Assim, as turmas 91 e 92 do nono ano tinham suas oficinas nas terças-feiras. Por sua vez, as turmas do oitavo ano realizavam suas atividades nas sextas-feiras. Ambas tinham duração de duas horas e meia, começando às 14h e terminando às 16h30. A primeira oficina, planejada como uma continuidade das oficinas que acontecerem ainda em 2012, foi sobre estêncil. Os educandos, em geral, demonstravam fascínio por essa técnica devido a sua proximidade com o grafite e a pichação. De tom lúdico, esta oficina tratava-se de um primeiro contato dos educandos com o espaço da associação. Além da técnica em si, foram discutidos os fins políticos do estêncil enquanto expressão reivindicatória na cidade. O número de participantes da terça para sexta-feira variou bastante e esta diferença acompanhou o restante do projeto. Em média, dos nonos anos frequentavam as oficinas dez educandos, enquanto com os oitavos a presença mais significativa em termos de desenvolvimento contínuo das atividades ficará restrita a dois educandos.

Metodologicamente, em resumo, a oficina estava dividida em (1º) um momento de saudação e explicação da proposta de trabalho do dia; (2º) um exercício de dinâmica corporal para que os educandos e os educadores se sentissem física e mentalmente mais depositos; (3º) em seguida, conversa sobre a proposta de trabalho da associação de amigos e moradores, e que a sede seria um espaço disponível aos moradores do bairro; (4º) dando continuidade,

diálogo sobre a importância do estêncil como técnica de ativismo político e a relevância da ideologia e das mensagens que ele pode transmitir. Começamos então, de maneira objetiva, a explicar a técnica em si. Os educandos se separaram em grupos, por afinidade, e começaram a trabalhar nos seus moldes de estêncil. Enquanto isso, aproveitamos e íamos dialogando com os educandos sobre os assuntos que eles mesmos já haviam iniciado. Este momento foi importante, não somente para conhecermos sobre sua realidade, desejos, gostos musicais, relacionamentos afetivos, trajetórias de vida e relações familiares, mas também para nos aproximarmos afetivamente, a fim de estabelecermos confiança entre nós mesmos, tanto na relação educando-educador como educador-educador (vide Figura 16 Imagem 1 e 2); (5º) após a finalização dos moldes, era a hora do lanche. Nesse momento, uma das educandas dos nonos anos, da terça-feira, sugeriu que elas mesmas comessem a trazer o lanche para dividir com os demais, uma vez que nós educadores não precisaríamos mais gastar dinheiro; (6º) posterior ao lanche usamos o spray e testamos os moldes produzidos por cada educando. (7º) Por penúltimo foi realizado uma avaliação coletiva. Perguntamos o que eles tinham achado da atividade, o que funcionou, o que poderia ser diferente? De maneira geral, todos avaliaram positivamente. Questionamos também a respeito das propostas que apareceram durante a oficina. Nos nonos anos, debatemos sobre os educandos trazerem seu próprio lanche para a oficina. Pedimos que a educanda que tinha feito a sugestão retomasse a proposta neste momento, apresentando-a para os demais. Todas⁵⁰ concordaram e decidimos que no próximo encontro algumas educandas trariam o lanche para ser dividido coletivamente. Emergiu também a ideia de fazer a festa de formatura na sede da AAMJU. A maioria das educandas concordou e mostraram-se motivadas. Como educadores, imbuídos da tarefa de estimular a participação dos educandos em questões nas quais mostrassem interesse, nos colocamos de maneira a admitir a possibilidade de realização da festa de formatura, mas com algumas ponderações. Seria necessário um debate e apresentação da proposta junto aos moradores da AAMJU, os pais também deveriam apoiar e participar junto da construção, a festa não poderia envolver diretamente institucionalmente a escola Anita Garibaldi, por se tornar uma atividade fora de suas dependências (além dos entraves de diálogo com a diretoria, que não parecia ser muito flexível). Como se tratava de nosso primeiro encontro, e a proposta era somente uma ideia inicial, decidimos pensar melhor no assunto e voltarmos a conversar sobre nos próximos

⁵⁰ Curiosamente, na primeira oficina de estêncil como os nonos anos, realizada no dia 20 de agosto, contou-se com a presença somente de educandas. Nas demais oficinas ao longo do projeto, os educandos começaram a participar.

encontros. Assim como já observado na primeira oficina realizada na escola, a maioria das educandas tinha acesso à internet e redes sociais. Sugerimos a criação de um grupo na rede social Facebook, para mantermos contato durante a semana, postar informações e relatos referentes às atividades, colocar fotos, confirmar os dias de realização das oficinas e, etc. As educandas concordaram e para realização de tal tarefa, tencionamos para que elas mesmas criassem o grupo. Uma delas se dispôs a criar o grupo no Facebook e adicionar as demais participantes. Com os oitavos anos, no momento de avaliação, houve pontos em comum e diferenças se comparados com os nonos. Um dos educandos, disse que gostaria que pintássemos o muro da sua casa ou fizéssemos estêncil e que iria ver a possibilidade com a sua mãe e padrasto. Como proposta de encaminhamento, visto a abertura de possibilidades apresentadas por estes educandos, concordamos em continuar realizando oficinas sobre estêncil para aprimorar a técnica. Conversamos também sobre a criação de um grupo no Facebook e deliberamos um educando para realizar esta tarefa, porém nem todos possuíam acesso direto à internet. (8º) Como fechamento da oficina e demonstração de comprometimento com o espaço no qual trabalhamos e que possui um caráter de gestão própria, explicamos que a sede da AAMJU, como exposto no começo, era um espaço coletivo gerido de maneira que todas e todos eram responsáveis. Neste sentido, pedimos que os educandos e educandas cooperassem na limpeza e organização do espaço, arrumando as cadeiras, o material de trabalho, limpando as mesas. Todas compreenderam a tarefa e cooperaram.⁵¹

⁵¹ Este parágrafo buscou apresentar não somente das oficinas de estêncil, mas também a estrutura metodológica padrão, usado geralmente, nas oficinas.

Figura 17 - Oficinas de Estêncil na sede da AAMJU.



Imagem 1 - oficina de estêncil com os nonos anos 20.08; **Imagem 2** - oficina de estêncil com os oitavos anos 30.08.

Fonte: acervo do autor.

Como no dia 23 de agosto, a chuva inibiu a participação dos educandos do oitavo ano, a oficina de estêncil foi replicada no dia 30, na semana seguinte. Com os nonos anos, iniciamos de maneira mais efetiva a proposta de temas geradores. Portanto, no dia 27 de agosto, como de praxe, iniciamos nosso encontro com uma dinâmica tentando que os educandos, assim como nós educadores, expressassem sua corporeidade. Em seguida, explicamos a proposta de atividade para este dia. Metodologicamente, colocamos uma imagem aérea do Jardim Universitário e o entorno (a mesma produzida pela disciplina Organização e Gestão no segundo semestre de 2012) em cima de uma mesa e não falamos nada, esperamos que os educandos reconhecessem a imagem. Simplesmente deixamos os educandos interagirem livremente com a imagem durante alguns minutos num processo de (re)conhecer-se, projetando-se a partir de uma visão vertical do espaço. Foi um momento muito interessante, pois os educandos auxiliavam uns aos outros na busca de encontrar as referências espaciais, fazer os trajetos percorridos e encontrar suas casas, mesmo sem nós educadores termos estimulados diretamente, senão com o uso da própria imagem. Em seguida, após a familiarização, perguntamos se eles conheciam aquele espaço que estava representado. Na continuidade, após suas respostas, colocamos um papel vegetal sobre a imagem, entregamos canetas hidrográficas, e solicitamos que os educandos encontrassem as suas residências e marcassem com um símbolo que a identificasse. Explicamos que era necessária a construção de uma referência deste símbolo, evidenciando a necessidade da

elaboração de uma legenda. Localizado o espaço da moradia, solicitamos que localizassem os lugares que frequentavam no bairro e entorno, sempre perguntando o motivo. Como respostas surgiram, por exemplo, de parte das meninas as casas de amigas e colegas. Os meninos, por sua vez, apontaram uma rua onde andavam de skate. Nota-se que a Rua aparece a partir da vivência dos educandos e não das educandas, apresentando uma diferenciação de posicionamento espacial devido à identidade de gênero. O Campus do Vale da UFRGS, também foi destacado por ser onde se toma os ônibus para Porto Alegre. Após, questionamos sobre os outros espaços que eles conheciam, mas que não necessariamente eles frequentavam, sempre buscando uma justificativa. Neste momento, aparecerem elementos importantes como, a título de ilustração, o campo de futebol do bairro, que foi identificado com os símbolos de uma bola de futebol e uma arma em função de representarem, respectivamente, o time de futebol Diamantina e a violência gerada pelo tráfico, segundo os próprios educandos. Até este momento, a sistematização das respostas estava na espacialização que os educandos estavam construindo sobre o papel vegetal, de forma que a imagem de satélite começava a ganhar o significado a partir de suas impressões, caracterizando o nascimento de um mapa (vide Figura 18 – Imagem 2). É um procedimento, seguindo o método de temas geradores, de composição da codificação, no qual os códigos estão representados no mapa em construção e através de símbolos de identificação e da legenda correspondente.

Finalizada esta primeira etapa com o mapa, dialogamos com os educandos a respeito de já termos referências dos espaços que eles frequentam e conhecem no bairro. Então, colocamos um papel pardo esticado na parede e escrevemos a seguinte pergunta: “*Como é viver aqui?*” Criávamos assim um novo procedimento de codificação, porém desta vez, os códigos eram as frases-respostas. As respostas dadas pelos educandos não eram tão problematizadas e discutidas antes de as colocarmos no papel pardo. Isto porque a segunda pergunta que pensamos na sequência da metodologia previa um questionamento mais profundo de cada resposta dada sobre a primeira pergunta. Para este fim, realizamos um questionamento simples: “*Por quê?*” Esta interrogação não era genérica e referente a todo o quadro construído pela primeira pergunta, mas correspondia a cada uma das partes apresentadas como solução da indagação inicial. Assim, buscávamos problematizar as frases-respostas da primeira pergunta, os códigos, na intencionalidade de iniciarmos o entendimento dos significados no procedimento de descodificação através da segunda pergunta (vide Figura 18 – Imagem 3).

Intencionamos chegar a sínteses provisórias a respeito da situação-limite enfrentada pelos educandos através desta oficina. Após um produtivo debate, em que se explorou o potencial de cada um dos momentos da oficina, finalizamos com a tarefa de continuarmos a debater e pensar sobre o levantamento de questões que surgiram. Paramos neste instante e realizamos o lanche. Logo após, voltamos a nos reunir em círculo, para avaliarmos o nosso encontro e sistematizar os encaminhamentos para o próximo.

Na semana seguinte entramos no mês de setembro. Realizamos o encontro com o grupo dos nonos anos no dia 3, dando continuidade ao debate e às questões levantadas. Buscamos novamente problematizar com os educandos suas percepções sobre o bairro até compormos conjuntamente a situação-limite: *“não há nada interessante para o jovem no Jardim Universitário”* e *“que ninguém no bairro se interessa em mudar as coisas”*. Estas foram sínteses importantes, porque nos permitiram devolver a eles outro questionamento: *“então, já que não há nada de interessante para o jovem, o que nós, que estamos numa associação de moradores e dispostos a mudar as coisas, vamos fazer que seja interessante para o jovem?”* Os educandos e educandas então deliberaram realizar atividades que fossem de suas motivações e que pudessem se articular com os objetivos de AAMJU, tornar o Jardim Universitário um espaço melhor para se viver. Esse “melhoramento” passaria por práticas e reflexões que dependeriam não só do interesse dos educandos, mas também de suas motivações individuais e coletivas. Assim, nas oficinas posteriores, uma proposta acolhida foi a realização de muralismo por parte do grupo dos nonos anos. Já no oitavos, na primeira semana de setembro, dia 6, realizaram a atividade com a imagem área (vide Figura 18 – Imagem 1). A participação efetiva era com uma dupla, dois educandos. Contudo, a qualidade superava a quantidade. Esses educandos eram participativos, envolviam-se com as propostas de trabalho com compromisso. Tanto é que a atividade com a imagem área com eles foi tão produtiva, que possibilitou explorar seus trajetos, produzindo um mapa de fluxos no bairro.

Figura 18 - Oficinas de Cartografia e debate na sede da AAMJU.



Imagem 1 - oficina de Cartografia com os educandos dos oitavos anos; **Imagem 2** - oficina de Cartografia social com os educandos nonos anos; **Imagem 3** - debate para a produção da situação-problema entre educandos e educador.

Fonte: acervo do autor.

O desenvolvimento da técnica do muralismo acabou ocupando as semanas subsequentes de ambos os grupos. Para o grupo dos nonos anos, um morador (que já tinha contribuído com a AAMJU durante a primeira reforma da sede fazendo a rede elétrica) permitiu o uso do muro da sua residência. Já nos oitavos, um dos educandos conseguiu autorização de sua família para pintar o muro em frente a sua casa. Durante as discussões sobre o que seria posto nos muros, houve disputas de posição dentro do grupo por ideias, uma vez que a proposta era fazer algo que fosse de interesse dos jovens ao mesmo tempo em que convergisse com os objetivos de atuação da AAMJU. Quem exigiu maior poder de diálogo foram as educandas e educandos dos nonos anos, posto que havia um impasse sobre qual frase seria usada até que se encontrou, com algumas ressalvas, o denominador comum: “*A mudança precisa de nós!*” (Vide Figura 19 – Imagens 1 e 2). Imbuídos de maior ludicidade, os dois

educandos dos oitavos anos queriam muito pintar personagens de desenhos animados. Como conjugar essa proposta com as questões relativas às melhorias do bairro? Foi assim que surgiram ideias de pintar os personagens fazendo trabalhos comunitários. O personagem de vídeo game Mario Bros é representado recolhendo lixo, enquanto seu companheiro Luigi está construindo uma parede de tijolos, fazendo referência a um mutirão. Do desenho animado japonês Pokémon, utilizamos o popular personagem Pikachu, que devido a sua capacidade de soltar cargas elétricas foi representado dando um choque num poste para evitar as constantes faltas de luz no bairro. Para finalizar, a frase que foi escolhida para estampar este muralismo representava a dualidade do mundo dos games e a transformação sócio-espacial do bairro que estava em curso, “*Jardim Universitário, rumo a outro nível*” (vide Figura 19 - Imagem 1).⁵²

⁵² Do muralismo produzido com os oitavos anos é interessante observar a percepção de identidade do bairro (ou do que não o é). Na primeira semana foram pintados os desenhos animados e a frase. No encontro seguinte, o educando, o qual a família cedeu o muro, disse que alguns vizinhos perguntaram aos seus pais se ali iria funcionar uma creche. Num primeiro momento isso pareceu não fazer sentido para nós educadores. Perguntado sobre o motivo desses comentários, os educandos argumentaram que a frase contendo o termo “Jardim” associado aos desenhos animados podia induzir as pessoas a pensar que ali seria constituída uma escola infantil. Essa hipótese ganhou mais força devido ao fato da casa onde está sendo feito o muralismo estar distante da sede da AAMJU, caracterizando uma não-identificação do espaço enquanto bairro Jardim Universitário.

Figura 19 - Atividade de Muralismos.



Imagem 1 - muralismo com os educandos dos oitavos anos; **Imagem 2** - muralismo com os educandos dos nonos anos; **Imagem 3** - finalização do muralismo com os educandos do nono ano.

Fonte: acervo do autor.

Recorde, leitor, que a AAMJU está neste período em meio à construção da escadaria da Rua Sete Povos. As oficinas e os educandos não podiam ficar alheios a esse processo de transformação sócio-espacial. Desta forma, contando com a adesão dos educandos, foi realizado um trabalho de campo para o canteiro de obras da escadaria durante a semana. Uma moradora da Rua Sete povos, por sinal uma das mais ativas durante os mutirões, acompanhou o campo e fez relatos do trabalho que estava sendo desenvolvido. Essa atividade foi interessante porque permitiu que a própria moradora pudesse apresentar suas percepções sobre as ações da AAMJU para os educandos e educandas, sujeitos do bairro que estão em formação e não conheciam aquela experiência. Notavelmente, partindo de considerações vivenciadas naquele momento e compartilhadas com os outros educadores, aquela moradora sentiu-se valorizada pela possibilidade de expor seu discurso naquele espaço. Houve também

uma reflexão a respeito de uma das sínteses produzidas com os educandos de “*que ninguém no bairro se interessa em mudar as coisas*” uma vez que a construção da escadaria ia de encontro à perspectiva de um bairro com moradores conformistas e acomodados.

Em meio à realização dos muralismos, os educandos do grupo dos nonos anos resgataram uma proposta apresentada na primeira oficina. Tratava-se da sugestão de organizar uma festa na sede da AAMJU. A ideia ganhara peso, uma vez que a intenção era fazer algo que fosse interessante para o jovem e uma festa era algo de assaz atratividade. Contudo, a proposta não se tratava apenas de fazer uma festa pela festa. Havia outras jogadas no tabuleiro. A festa teria como objetivo, além da promoção de um momento de divertimento entre os jovens, a possibilidade de gerar recursos para o financiamento de outra festa, a de formatura do Ensino Fundamental, a ser feita no final do ano na escola. Assim, dedicamos um conjunto de oficinas para debatermos e construirmos uma proposta sobre a festa para ser apresentada em assembleia. Este era um momento importante do trabalho, pois efetivamente os educandos participariam dos momentos de deliberações da associação e, além do mais, com uma proposta concreta. Sendo assim, debatemos as questões e necessidades para organização de um evento festivo: quem participaria? Qual tipo de música tocaria? Seriam vendidos ingressos? Quantas pessoas poderiam vir? Qual o dia e horário? Teria bebida alcoólica? Não, mas por que não podia? Teria comida? Quem seriam os responsáveis? [...]. Após alinhavadas essas questões e solidificado uma proposta, foram escolhidas duas educandas para apresentá-la aos participantes da AAMJU.

No último dia do mês de outubro de 2013, aconteceu a assembleia na associação e, um dos pontos da pauta, tratava da proposta da festa. As educandas responsáveis estavam visivelmente ansiosas pelo momento de exposição. Em termos gerais, a proposta respondia às questões levantadas no final do parágrafo anterior e davam o tom de uma festa juvenil muito próxima das atividades já realizadas pela AAMJU, como as festas juninas. Todavia, quando as pessoas estavam chegando para assembleia, era visível que havia certo desconforto no ar. A informação de que os jovens desejariam fazer uma festa já se encontrava dispersa pelos moradores, assim como a desaprovação, ainda não declarada, de alguns. Este clima de insegurança antes da assembleia desmotivou as educandas, tanto foi que uma chegou a ir para a assembleia, mas não se sentiu confortável em permanecer. No papel de educadores, conversamos com as duas educandas responsáveis por apresentar a proposta e as motivamos para enfrentar a assembleia, mesmo num contexto desfavorável. Dado o momento da pauta,

que naquele período tinha como centralidade a construção da escadaria, a proposta da festa foi feita. Logo após, foi aberto para debate da assembleia e, como espera, as manifestações de reprovação aconteceram. Porém, houve também apoio por parte de alguns moradores e visivelmente a assembleia se polarizou. As posições contrárias eram capitaneadas pelas senhoras mais velhas. Essas argumentavam que a sede da associação não tinha condições físicas para receber uma festa e, além do mais, uma festa de jovem atrai gente, segundo as falas expostas, que vão fumar, beber e dançar funk. Embora a defesa de que a estrutura arquitetônica da sede não fosse segura tenha sido o argumento em primeiro plano, no fundo o que transparecia era uma resistência a um público que tivesse atitudes tomadas como negativas por ser do imaginário “jovem”, como fumar, beber e dançar funk. Mesmo com a exposição durante a proposta de que o público seria somente dos conhecidos dos educandos, além de todas as outras medidas visando a segurança da atividade, como o aviso aos responsáveis sobre a realização da festa, não teve jeito de desdobrar as opiniões opositoras. Por outro lado, alguns moradores, esses na faixa etária dos trinta e quarenta anos, tinham posições pró à festa e inclusive se dispuseram a ajudar os educandos, oferecendo-se para fazer a segurança do evento e zelar para que tudo ocorresse em ordem. Mesmo assim, não houve maneira. O setor opositor continuou irreduzível. Pela primeira vez, desde sua fundação, os membros da AAMJU estavam diante de um impasse que não tinha jeito de ser resolvido, senão com o método da votação. E assim foi feito. Com uma diferença muito pequena, a proposta da festa foi aprovada pela assembleia. Contudo, o clima de insatisfação por parte de algumas moradoras continuou, mesmo com a derrota pelo voto.

Na oficina seguinte, no dia 5 de novembro, o tema prioritário era avaliar a participação na assembleia. Após exposto o primeiro ponto e discutido o fato de apenas duas educandas terem comparecido, as deixou sem base de apoio no pleito por sua demanda. Em geral, reconheceu-se que faltou suporte para quem iria defender a proposta da festa. Em seguida, os educandos debateram sobre as tensões geradas em função de sua proposta e decidiram recuar. Essa foi uma decisão que partiu tão somente dos próprios educandos. No contexto de desconfiança a respeito da realização da festa, os mesmos julgaram não fazer sentido desgastar a relação com os demais moradores. Em contrapartida, no vácuo aberto pela festa, os educandos deliberaram por uma proposta de tom mais moderado: um dia dedicado para realização de oficinas e atividades recreativas que fossem de seus interesses. Contudo, assim como a proposta anterior, esta também teria que passar pela aprovação da assembleia. Assim,

buscando legitimidade para aprovar a nova proposta, as educandas e educandos resolveram demonstrar comprometimento com o trabalho do qual fazem parte. Já que a insuficiente estrutura da sede foi posta como obstáculo, porque não dedicar-se para justamente superá-lo?

Na tática que pode ser compreendida como um contragolpe na desconfiança, os educandos decidiram envolver-se diretamente na melhoria do espaço físico da AAMJU. Como a construção da escadaria estava na sua fase de finalização (novembro foi o último mês de mutirões), os moradores já discutiam qual seriam os próximos objetivos, e no horizonte coletivo aparecia de forma incontestável a segunda reforma da sede. Nós educadores, no diálogo com os educandos, discutimos como o nosso trabalho poderia arar o terreno para o que se avizinhava. *“Ora, já que usamos esse espaço, temos que pensar como gostaríamos que ele fosse depois essa reforma!”*, soltou um educando. Muito bem, muito bem. Começar a projetar a nova estrutura arquitetônica e a organização espacial em detrimento das funções a serem realizadas, este parecia um consistente primeiro passo. Dentro dessa perspectiva de ações, fez todo sentido articular-se com os estudantes do EMAV que já manifestavam interesse em participar da segunda reforma da sede.

Quando consultados sobre a demanda proveniente das oficinas, o EMAV solicitamente acolheu. Atuar no projeto de extensão com os educandos era uma forma de despertar esse novo momento de trabalho com a AAMJU. Para a oficina da semana seguinte, realizada no dia 12 de novembro, metodologicamente se deliberou fazer com os educandos o levantamento técnico da estrutura física da sede, juntamente com os móveis e demais materiais que ela possuía. Essa atividade tinha como propósito gerar os dados necessários para a composição da planta baixa da edificação. Com esse instrumento, já seria possível planejar alterações na estrutura, assim como reorganizar a disposição dos móveis conforme os diferentes usos desejados para o espaço. A proposta do levantamento foi aceita pelos educandos, os quais desempenharam a tarefa juntamente com os estudantes do EMAV. Como era necessário medir metricamente basicamente tudo, essa foi uma atividade que requisitou muita disciplina e, não raros momentos, os educandos e educandas tinham que subir em alguns móveis para obter suas medidas. Separados em grupos, cada qual com um estudante do EMAV responsável para orientá-los nas medições, os educandos encontravam-se em diferentes partes da associação (uns em cima de mesas, outros ao redor de armários), realizando um trabalho que exigia muita precisão, mas que, para quem visse de fora, poderia

aparentemente levar a entender que ali havia uma pequena ‘desordem’ comandada pelos educandos (vide Figura 20 – Imagem 1).

Com o levantamento realizado, os estudantes do EMVA produziram a planta da sede e os móveis foram feitos na escala da planta e separados dela, de forma que pudessem ser manipulados de diferentes maneiras dentro do espaço da sede, compondo assim inúmeros arranjos organizativos conforme as funções a serem exercidas. Na oficina do dia 19 de novembro, foi apresentado o material produzido a partir do levantamento técnico e realizada uma oficina de projeção (vide Figura 20 – Imagem 2). Nesta oportunidade os educandos puderam contribuir com as propostas de reforma da sede de modo que a mesma possibilitasse sessões de cinema, a criação de um laboratório de informática, manutenção das condições espaciais para continuidade das oficinas, além de, é claro, permitir tecnicamente a realização de atividades festivas. Concretamente, também neste dia, se colocou a mão na massa, ou melhor, na tinta. Alguns educandos se dispuseram a pintar o muro da frente da associação, como uma demonstração de que a vontade por melhorias no espaço físico da sede já começava efetivamente. Foi nesta oficina, pela primeira vez, em que os dois grupos, oitavos e nonos anos, foram postos a trabalhar juntos.

Na semana seguinte, no dia 26 de novembro, dividimos a oficina em duas partes. Na primeira foi feita uma discussão com os educandos e educandas através de uma música que colocava em questão o quanto o jovem no Brasil é ou não levado a sério. Suscitamos reflexões sobre o quanto eles são sujeitos nos quais os outros, os adultos, acreditam ou não, e como isso condiciona suas possibilidades de desenvolvimento enquanto seres humanos. Perguntamos se eles achavam que nós, os educadores os levamos a sério. A resposta foi positiva e quando perguntados o motivo, a justificativa dada foi que nós apoiávamos as iniciativas que nasciam deles e que isso não começou somente agora, mas desde o ano passado, quando realizamos as oficinas de estêncil no espaço da Escola, e não tivemos o compromisso de voltar em 2013 e dar continuidade ao que tínhamos iniciado. Esse foi um momento de reconhecimento por parte dos educandos do compromisso que, enquanto educadores, nutríamos nossa relação. Na segunda parte da oficina, após o lanche, tínhamos duas tarefas. A primeira foi planejar a proposta do dia de atividades recreativas e oficinas. Decidimos realizar essa atividade num sábado como forma de confraternizar o encerramento do projeto de extensão. Para tal, foram propostas a realização de oficinas de estêncil, de teatro, de costura, de fotografia e uma sessão de cinema. A segunda tarefa dizia respeito à

apresentação dessa proposta na assembleia do dia 28, naquela mesma semana. Assim, objetivamos na apresentação a relatar todas as ações desenvolvidas com o projeto de extensão, de maneira a enfatizar o comprometimento dos educandos e educandas com o espaço da sede.

Na quinta-feira, durante a assembleia extraordinária, após a apresentação dos educandos, aprovou-se a realização do sábado de atividades. Ao contrário da proposta da festa, esta não produzia tensões que levassem a demanda ao regime de votação. Os moradores visivelmente reconheceram a preocupação e o empenho dos jovens na melhoria da sede. A tática de ter apresentado, ainda que de forma sintética, o caminho até então percorrido pelas oficinas, auxiliou os moradores a compreender todo o trabalho e avaliarem o compromisso dos jovens não só com o espaço sede da AAMJU, mas também com o próprio bairro Jardim Universitário (vide Figura 20 – Imagem 3).

Figura 20 - Levantamento Técnico, Oficina de Projeção e Assembleia.



Imagem 1 - duas educandas realizando medições da janela com apoio dos estudantes do EMVA; **Imagem 2** - oficina de projeção da segunda reforma da sede; **Imagem 3** - assembleia de exposição das ações do projeto.

Fonte: acervo do autor.

Nas oficinas da primeira semana de dezembro de 2013, canalizamos nossas ações para elaboração do sábado de atividades. Pensamos nas propostas de oficinas, como seria a ordem, quem seriam os responsáveis por cada, em que momento seria servido o lanche e, etc. Das proposições, havia maior desejo pela oficina de teatro e a sessão de cinema. Assim, organizamos o dia de atividade começando pela parte da tarde, posto que muitos educandos e educandas tinham compromissos pela manhã e com previsão de finalizar ao entardecer. Na ordem, a primeira oficina a ser realizada seria a de estêncil, seguida da oficina de teatro, pausa

para o lanche coletivo, posteriormente a confecção de roupas, fotografia, e por último, mas não menos quista, a sessão de cinema.

No sábado, como combinado, começamos as atividades com a confecção de um estêncil, porém não como os demais produzidos antes. Tratava-se de um estêncil gigante, em que todos deviam se envolver para que o mesmo pudesse ser terminado a tempo (vide Figura 21). Em seguida, a oficina de teatro. Como nenhum dos educadores tinha formação para ministrá-la, convidamos uma militante do LPJ para realizá-la. Na sua proposição, a oficina desenvolveu a construção de cenas cotidianas da vida familiar dos educandos. Após a parte cênica, discutimos sobre as relações familiares de cada um, num exercício que demonstrou a confiança que os educandos tinham conosco e com aquele espaço. Isso se evidencia na fala de uma educanda da qual até o presente momento nós desconhecíamos a respeito da relação com seu pai “*não importa o que dizem dele, não importa se ele está preso, eu sei que meu pai me ama, eu sei disso.*” Uma declaração desse peso, denota um grau de confiança e sensibilidade significativo despertado pela oficina de teatro, posto que anteriormente não tínhamos conseguido alcançar essas questões. Após, realizamos o lanche coletivo. Posto o avançado da hora, uma vez que as duas atividades acabaram por se estender, deliberamos enquanto nos alimentávamos suspender as oficinas de confecção de roupas e fotografia e passaríamos para o filme. Isso foi lamentável, justo porque a oficina de confecção tinha sido proposta por uma educanda e seria ministrada por algumas mais, contudo, as mesmas optaram junto com os outros pela sessão de cinema. “Os Intocáveis”, película que a professora de português da Escola Anita gostaria de ter passado e não foi possível por falta de equipamentos, foi assistido. Com o fim do filme, encerraram-se também as atividades diretamente com os educandos; porém, as repercussões do trabalho estavam começando a reverberar.

Figura 21 - Imagens do Dia de atividades com os jovens.



Imagem 1 - construção de uma placa de estêncil; **Imagem 2** - aplicando tinta na placa de estêncil produzida.

Fonte: acervo do autor.

Após o término das atividades de extensão, alguns conflitos não foram resolvidos entre os estudantes do grupo de apoio e os moradores. Estes conflitos ressurgiram com maior intensidade durante o ano seguinte e foram usados na disputa entre os moradores e o grupo do apoio a respeito de questões envolvendo a segunda reforma da sede. Para finalizar esta sessão, é pertinente registrar aqui que as ações e reflexões do trabalho de extensão foram sintetizadas na escrita de um artigo intitulado “*Transformar o espaço a partir de si mesmo e dos outros: relato sobre o Jardim Universitário, Viamão – RS*” (VECCHIA, ALVES, 2015), publicado no livro “Geografia e Ambiente” (SUERTEGARAY, PIRES, OLIVEIRA, 2015), produto da realização do NEGA + 10 em 2013. O conteúdo desse texto será usado no momento da análise. No que toca ainda a universidade, no ano de 2013, o projeto participou do salão de extensão da UFRGS.

6. Ainda sobre 2013

Sobre o ano de 2013, cabe ainda o registro de algumas atividades que aconteceram e foram importantes no que toca, principalmente, a relação entre a AAMJU e a universidade. Em meados de maio, durante os mutirões de acabamento da primeira reforma da sede,

aconteceu no Jardim Universitário, um trabalho de campo do Grupo de Estudo Élisée Reclus (GEER),⁵³ com os estudantes do curso de Geografia e membros do EMAV que estavam dispostos a conhecer a experiência organizativa em andamento. Ocorrido no dia 15, o objetivo dessa atividade era justamente visibilizar aos estudantes o acúmulo de ações e reflexões até então produzidas e que os mesmos pudessem contribuir a partir de suas percepções a respeito do trabalho. Especificamente, para os membros do EMAV, o trabalho de campo serviu também para avançarmos na aproximação com o bairro, visto que é neste período que esse grupo está se inserindo efetivamente no Jardim Universitário. Saindo do Campus do Vale, com uma caminhada pelo bairro nos pontos que fizeram parte da trajetória da experiência até aquele momento (como o Clube Diamantina, Escola Anita Garibaldi), terminado com um debate de avaliação do trabalho de campo na sede da associação na presença de moradores, que acompanharam toda a atividade (vide Figura 22).

⁵³ O GEER foi uma iniciativa nascida da relação entre o autor, Felipe Akauan da Silva e Cláudia Luísa Pires. Herança tanto da Sexta Literária, grupo de estudos sobre Geografia e Literatura, como da disciplina do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS de Leituras de Geógrafos Clássicos, esta proposta teve o seu delineamento no final do ano de 2011, sendo implementada durante o primeiro semestre de 2012 (junto com a criação do ativismo no Jardim Universitário). A primeira edição do GEER buscou suprir a ausência de leituras no currículo das disciplinas da graduação sobre geógrafo anarquista Élisée Reclus, que deu nome o grupo. Assim, foram feitas leituras e debatidos o texto deste autor na companhia de professores do departamento de Geografia, que doravante não poderiam mais usar como escusas o fato de nunca terem tido contato com a tais obras. Na segunda edição, já no ano de 2013, as leituras se ampliaram, não ficaram restritas aos textos de Reclus. Estudaram-se textos de outros autores de abordagem libertária dentro da Geografia. Foi acrescida nessa edição a preocupação com a análise de casos empíricos de experiências organizativas, seja através de documentários, seja com a realização de trabalho de campo, como ocorrido no Jardim Universitário. Em 2014, houve uma mudança substancial em termos de conteúdo epistêmico, embora ainda com pontos convergentes com as edições anteriores. O III GEER tratou de discutir as bases teórico-conceituais do Pensamento Decolonial. Além dos encontros para debates, tratou-se de seguir com atividades fora do espaço acadêmico. Desta forma, foi possível participar de aulas de cursinhos pré-vestibular populares com propostas inspiradas nas reflexões tributárias do Pensamento Decolonial. Como será descrito mais adiante, o Jardim Universitário será novamente incluído nesse leque de atividades do grupo de estudos.

Figura 22 - Saída de Campo do II GEER.



Imagem 1 - caminhada pelo bairro com membros do EMAV e do GEER; **Imagem 2** - debate sobre o trabalho de campo realizado na sede da AAMJU.

Fonte: acervo do autor.

No dia seguinte, um infortúnio. Uma moradora da Santa Isabel ao descer no terminal do Campus do Vale e cruzar o estacionamento de ônibus para acessar a passagem para Viamão morreu prensada entre dois veículos. No pequeno espaço em que os ônibus ficam estacionados, há um curto trajeto por onde os transeuntes passam. Em geral, os ônibus em fileiras deixam pouco espaço entre um e outro. Naquele dia 16, segundo relatos noticiados posteriormente, o motorista não teria puxado o freio de mão do ônibus. Quando pela manhã a moradora, professora, estava indo para o trabalho, o veículo andou e a esmagou na traseira de outro veículo⁵⁴. Esse fato é importante porque retoma a causa motriz que gerou a criação do ativismo de bairro, a questão do acesso ao Campus do Vale. O trajeto no qual a moradora perdeu a vida tem fluxo de estudantes, servidores, terceirizados e professores. Ou seja, todos e todas que frequentam o campus. Alguns diretórios acadêmicos e estudantes, após o ocorrido, chegaram a produzir vídeos denunciando a falta de segurança na descida dos passageiros. Estudantes da Geografia, não vinculados ao trabalho desenvolvido no Jardim Universitário, chegaram a fazer uma homenagem-protesto em solidariedade à moradora e seus familiares e, como forma de pressionar a reitoria, e mais especificamente a SUINFRA, a apresentar

⁵⁴ Na reportagem jornalística que relata o acontecido, há um equívoco. Embora no subtítulo apareça o Campus do Vale como pertencente ao bairro Agronomia em Porto Alegre, no corpo do texto há referência do campus da UFRGS como sendo parte do Jardim Universitário. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/05/mulher-morre-atropelada-por-onibus-dentro-do-campus-da-ufrgs.html>. Acesso em fevereiro de 2016.

respostas ao problema de mobilidade dos passageiros aos descer dos ônibus. A UFRGS não se posicionou sobre o episódio e tão pouco promoveu mudanças no local, mesmo após algumas obras de infraestrutura terem sido feitas no campus nos durante o ano de 2015. Já a AAMJU chegou a debater o caso na sua assembleia do mês de maio, todavia não obteve maiores consequências do que a geração do debate. Uma das razões para tal é que neste período as energias da associação estão concentradas na finalização da primeira reforma da sede, marcada para o dia 2 de junho.

No desfecho do segundo semestre, outras atividades de âmbito acadêmico voltam a colocar a experiência organizativa do ativismo de bairro no Jardim Universitário em evidência. Entre os dias 25 e 27 de outubro de 2013 aconteceu o segundo Colóquio de Território Autônomo⁵⁵. Dentro da estrutura do evento, no domingo pela manhã, aconteceu outro trabalho de campo para o Jardim Universitário. Com uma proposta muito similar ao campo desenvolvido com o II GEER, contando com a presença de moradores, esta atividade estava casada dentro da concepção do colóquio como uma oportunidade para os participantes conhecerem uma experiência organizativa de base com princípios de horizontalidade, tomada de decisão via consenso e busca por gerência própria do espaço. Como o evento tem forte caráter político, com o público de acadêmicos e/ou ativistas, o trabalho de campo acabou por visibilizar e demarcar a experiência do Jardim Universitário enquanto processo organizativo para ativistas de organizações libertárias, tanto de Porto Alegre quanto de outras localidades. É válido lembrar o leitor que, neste período, a AAMJU e o grupo de apoio estão finalizando a construção da escadaria da Rua Sete Povos. É um momento em que o acúmulo de trabalho apresenta um resultado relativamente expressivo em termos de consolidação organizativa e que começa a ser conhecido por outras organizações políticas, como a Federação Anarquista Gaúcha (FAG).

⁵⁵De caráter político, o evento criado em 2010 não deixa de ser acadêmico, mesmo não ocorrendo nas dependências de uma universidade durante a sua segunda edição. Segundo o sítio eletrônico, podemos coletar a seguinte apresentação: “Entendido em sentido amplo e não sectário, o pensamento libertário compreende uma multiplicidade de correntes e perspectivas, do anarquismo clássico ao autonomismo. O que elas têm em comum é, sobretudo, a objeção simultânea ao status quo capitalista (e a todo o cortejo de opressões constantemente reproduzidas em nossas sociedades: exploração de classe, racismo, patriarcalismo etc.) e ao ‘socialismo’ burocrático e seus pressupostos autoritários. Gostaríamos de convidar todos os cientistas sociais (geógrafos e não geógrafos) e ativistas interessados em discutir e construir alternativas, tanto teóricas quanto de engajamento, a partir de uma tal perspectiva, para participar do Segundo Colóquio Território Autônomo – Um olhar libertário sobre práticas espaciais, política, economia e cultura, organizado pela Rede Reclus-Kropotkin de Estudos Libertários (ReKro) e pela Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Porto Alegre (AGB-PA) [...]” Disponível em: <https://territorioautonomo.wordpress.com/segundo-coloquio-territorio-autonomo-2012/>. Acesso em fevereiro de 2016.

Após o colóquio, já na segunda-feira dia 28, estava marcado no calendário o NEGA +10, evento construído com objetivo de discutir a trajetória do grupo acadêmico a partir dos seus trabalhos realizados e dos que ainda estão em curso com ênfase nas questões teórico-metodológicas⁵⁶. Ocorrido em três dias, contou-se com mesas redondas com acadêmicos e lideranças comunitárias, trabalhos de campo e apresentações de trabalhos (chamados de *Espaços de Diálogos*). Com o intuito de obter a contribuição de leituras externas sobre os trabalhos, foram convidados pesquisadores e lideranças comunitárias de outras partes do país. O Jardim Universitário inseriu-se com a apresentação da ação extensionista, um trabalho de campo para o bairro (vide Figura 23 – Imagens 1 e 2), e a participação do presidente da AAMJU na mesa redonda de terça-feira à noite que foi destinada às lideranças comunitárias. A apresentação da experiência desenvolvida com a AAMJU, um painel com todas as ações e reflexões realizadas até então, gerou calor no debate dos Espaços de Diálogos e, posteriormente, no trabalho de campo e na mesa final do evento. Como ataque, principalmente de acadêmicos externos, o trabalho em andamento foi tomado com mero exercício de militância, com conteúdo teórico-metodológico insuficiente e, além disso, associado à displicência técnica, como no caso da construção da escadaria. Provocados, os ativistas e estudantes do Jardim Universitários responderam com honestidade intelectual: colocaram em jogo as concepções teórico-conceituais de produção do espaço, através da gestão feita pelo próprio ativismo; explicaram a abordagem de temas-geradores presentes no projeto de extensão com os educandos; sistematicamente, passo por passo, o processo de construção da escadaria foi destacado exaltando o zelo técnico, com a descrição, por exemplo, da situação da raiz e do tamanho dos degraus; explanaram sobre questões organizativas, como as assembleias, o método de consenso na tomada de decisões e a horizontalidade como orientações políticas; e além de tudo mostraram-se abertos aos questionamentos feitos, de forma a concordar que eram necessários avanços em termos reflexivos (e teórico-conceituais) por parte de todos para elaboração de melhores compreensões a respeito da experiência.

Outro ponto de tensionamento, este não só a respeito do Jardim Universitário como também de outros trabalhos do NEGA, estava vinculado às interpretações da relação entre os

⁵⁶Com o título “Saberes e Fazeres em Geografia e Ambiente: Nega +10”, o evento tinha a seguinte apresentação: “O objetivo do seminário é promover uma discussão em torno da temática geografia e ambiente na contemporaneidade e refletir sobre as ações do grupo de pesquisa NEGA ao longo de 10 anos de sua criação. Propiciar um diálogo entre os participantes do grupo a partir da releitura do conceito de ambiente na educação e na gestão participativa e autônoma, a fim de articular as diferentes áreas do conhecimento, para um debate em torno da epistemologia ambiental.” Disponível em: <http://negamais10.blogspot.com.br/#/>. Acesso em fevereiro de 2016.

sujeitos acadêmicos e os sujeitos comunitários. Sob uma perspectiva, a relação entre esses sujeitos era compreendida de maneira unitária e homogênea, havendo pouca diferenciação entre os mesmo e usando, inclusive, o “nós” para defini-los. Já a outra visão contra argumentava que esses grupos, seja em cada trabalho do NEGA, possuem intencionalidades distintas, dispõem de visões de mundo diferentes e que o uso do termo “nós” dentro da relação social de pesquisa era um disparate, uma busca por evidenciar simetrias que na verdade não existiam. Dado esse confronto de tom dicotômico, colaboramos para tentativa de superação do impasse com a perspectiva que anima a atuação no Jardim Universitário, em que entre os sujeitos há convergências e fragmentações que os fazem, simultaneamente, se enxergarem solidariamente na mesma causa, porém com papéis e funções diferentes. Essa perspectiva encontrava inspiração no termo que designa a primeira pessoa do plural na língua espanhola, “*nosotros*”. Usado para refletir sobre as relações de fronteira, o termo permite inferir a dualidade de “nós” (o que unifica) com os “outros” (os de fora).⁵⁷

Figura 23 - Participação do Jardim Universitário no NEGA +10.



Imagem 1 - trabalho de campo para o Jardim, exposição na AAMJU; **Imagem 2** - trabalho de campo, exposição na escadaria.

Fonte: acervo do NEGA - UFRGS.

⁵⁷ Essa reflexão sobre o termo “*nosotros*” é tributária de uma passagem do livro “Fronteiras da Integração: dimensões culturais do Mercosul” (GALLINATI ET AL., 2011) e pertence ao momento da graduação, antes mesmo de instaurar o trabalho com a AAMJU, em que o autor enamorava-se por pesquisas e trabalhos sobre fronteira.

No despertar do mês de dezembro de 2013, mais precisamente no dia 4, uma quarta-feira à tarde, aconteceu o seminário “*Debatendo sobre Juventude*” que objetivava reunir pesquisadores das ciências sociais que estivessem trabalhando, sobre diferentes perspectivas e abordagens teórico-metodológicas, com o tema presente no título. Fizeram-se presentes o grupo de apoio que atua com o Jardim Universitário; um dos militantes do LPJ que tinha participado da criação da AAMJU, porém se encontrava afastado do ativismo devido à paternidade e à pesquisa de mestrado sobre Juventude, Trabalho e Arte em periferias urbanas pelo Programa de Sociologia na UFRGS; uma doutoranda do Pós-Gea da UFRGS e seu orientador, que apresentaram os resultados parciais do trabalho sobre Juventude no bairro Guajuviras em Canoas - RS; e o grupo do NEGA que vinha desenvolvendo trabalho com alunos de escolas municipais no bairro Restinga, na zona sul de Porto Alegre - RS. A atividade, metodologicamente, contou com a apresentação dos pesquisadores e uma posterior discussão que centrou-se na tentativa de compreender as similaridades e divergências de cada trabalho, além de, ainda que de forma incipiente, buscar uma compreensão/definição sobre “Juventude” que contemplasse conceitualmente esses trabalhos em curso.

A seguir, no próximo capítulo, confrontaremos os discursos dos sujeitos que participaram da experiência, com o referencial teórico e conceitual tendo então, como base empírica, a descrição apresentada nesse capítulo.

CAPÍTULO 3

É neste capítulo que serão apresentadas algumas das reflexões e percepções dos sujeitos que participaram da experiência associados às referências teóricas conceituais. É o momento em que o trabalho ganha polifonia por possibilitar, através dos dados produzidos nos Grupos de Discussão, que outras dimensões, detalhes, argumentos e perspectivas possam ser incluídas na narrativa da dissertação a partir dos sujeitos. Portanto, este capítulo objetiva um poder de explicação, ancorado na teoria, sobre a experiência e que não fique restrita à ótica do autor, mas que seja permeada pelos demais sujeitos que constituíram as ações e reflexões durante o processo.

A organização do capítulo segue em duas etapas. Na primeira serão apresentados os perfis e as características básicas dos sujeitos que participaram dos Grupos de Discussão, além de problematizar os resultados obtidos por cada um dos grupos. Na segunda, serão postas em debate as exposições realizadas pelos sujeitos e a relação com a teoria e conceitos. Os períodos em análise serão três, em função do recorte estabelecido a priori: (1º) os antecedentes a criação da AAMJU, que dizem respeito ao processo de não fechamento da passagem do bairro com a UFRGS; (2º) os mutirões da primeira reforma da sede; (3º) a construção da Escadaria da Rua Sete Povos.

1. Características dos Grupos de Discussão

A técnica do Grupos de Discussão e a justificativa pelo seu uso já apresentamos. Nesta seção, destacamos os dados dos Grupos de Discussão, assim como o perfil das entrevistas. A seguir, a Tabela 1 com as informações relativas aos grupos, quantidade, tempo de entrevista e data em que ocorreram:

Grupo Entrevistado	Número de entrevistados	Tempo de Entrevista	Data da Entrevista
Estudantes	7	7h 34min	21/11/2015 04/12/2015
Moradores Adultos	10	2h 27min	05/12/2015
Militantes do LPJ	3	2h 11min	19/01/2015

Fonte: elaboração do autor.

O grupo de estudantes apresentou um volume maior de horas de entrevistas, inclusive a necessidade de dois encontros, devido à característica do estudante universitário de realizar

exposições mais alongadas se comparados com os moradores. Além do mais, os estudantes basicamente vivenciaram quase todas as fases do ativismo do Jardim Universitário, do período do final de 2012 ao começo de 2016, assim sendo, há um acúmulo significativo de reflexões e percepções sobre o processo a serem apresentadas. Já os militantes não acompanharam todas as etapas, deixando de participar a partir de 2015. Os moradores, principalmente os adultos, durante os Grupos de Discussão, apresentavam discursos mais curtos e pragmáticos do que os estudantes. Em geral, excetuando o grupo de estudantes, os demais apresentaram um tempo de duração relativamente aproximado.

Na sequência, apresentamos o perfil dos estudantes entrevistados contendo o nome fictício (escolhido pelo próprio sujeito), sexo, idade, formação acadêmica e vínculo de organização:

Tabela 2 - Perfil dos Estudantes Entrevistados

Nome	Sexo	Idade (anos)	Formação Acadêmica	Organização
Alice	Feminino	20	Graduanda do 6º sem. de Arquitetura e Urbanismo	EMAV
Otto	Masculino	23	Graduando do 8º sem. de Arquitetura e Urbanismo	EMAV
Júlia	Feminino	22	Graduanda do 6º sem. de Arquitetura e Urbanismo	EMAV
José	Masculino	21	Graduando do 4º sem. de Engenharia Ambiental	NEGA
Nathan	Masculino	29	Arquiteto e Urbanista formado em 2014	EMAV
Lina	Feminino	24	Graduanda do 8º sem. de Geografia	EMAV; AGB-PA; NEGA.
Marina	Feminino	23	Graduanda do 6º sem. de Arquitetura e Urbanismo	EMAV

Fonte: Elaboração do autor

O perfil dos moradores adultos entrevistados, em geral sujeitos mais velhos, possui nome fictício (escolhido pelo próprio sujeito), sexo, idade, profissão e período de atuação junto ao ativismo da AAMJU:

Tabela 3 - Perfil dos Moradores Adultos Entrevistados

Nome	Sexo	Idade (anos)	Profissão	Período de Atuação no J.U.
Guilherme	Masculino	28	Servidor público	Maio de 2012 - atualmente
Marieta	Feminino	61	Aposentada	Maio de 2012 - atualmente
Dona Elisa	Feminino	58	Costureira	Novembro de 2015 - atualmente
Dona Elsa	Feminino	69	Aposentada	Maio de 2012 - atualmente
Seu Ricardo	Masculino	53	Securitário/ Dirigente Sindical	
Tia Maria	Feminino	63	Cozinheira	Maio de 2012 - atualmente
Dona Eugênia	Feminino	63	Aposentada	Dezembro de 2015 - atualmente
Dona Alcione	Feminino	—	Aposentada	—
Dona Ângela	Feminino	59	Instrutora de Produção	Maio de 2012 - atualmente
Seu Everton	Masculino	62	Pedreiro	Maio de 2012 - atualmente

Fonte: Elaboração do autor.

Por último, o perfil dos militantes com nome fictício (escolhido pelo próprio sujeito), sexo, idade, formação acadêmica, início do vínculo com o LPJ, atuação ativa ou não nesta organização e período de atuação junto ao ativismo da AAMJU:

Tabela 4 - Perfil dos Militantes do LPJ Entrevistados

Nome	Sexo	Idade (anos)	Formação Acadêmica	Engajamento no LPJ	Atuação no LPJ	Período de Atuação no J.U.
Ana	Feminino	26	Pedagoga	Maio de 2012	Ativa	Maio de 2012 – Abril de 2013

Lucas	Masculino	24	Cientista Social e Mestre em Sociologia	Fevereiro de 2011	Não Ativo	Maio de 2012 – Agosto de 2013
Otávio	Masculino	28	Graduando do 8º sem. de Engenharia Química	Fevereiro de 2006	Ativo	Novembro de 2012 – Dezembro de 2014

Fonte: Elaboração do autor.

Os dados produzidos sofrem variações em função do perfil dos sujeitos. Por exemplo, a homogeneidade do grupo de militantes fez com que estes sujeitos pouco discordassem ao longo da discussão. As falas desses sujeitos, assim como as dos estudantes, eram mais extensas, se comparadas com as exposições dos moradores, que por sua vez tinham falas mais curtas. O grupo de estudantes por estender-se nas respostas e debates, provocou a necessidade de um segundo encontro para que todos os temas que se desejava abordar pudessem ser contemplados, o mesmo não se passou aos demais.

O perfil dos entrevistados, evidentemente, repercute no tempo de duração das entrevistas, uma vez que mesmo sendo o grupo de moradores mais numerosos do que os demais, dez sujeitos participaram, o tempo total é proporcionalmente menor se comparados com a duração dos demais sujeitos. Como aprendizado e desde já autocrítica metodológica, talvez seja necessário construir diferentes procedimentos de produção de dados conforme o perfil dos sujeitos a serem entrevistados, a fim de compensar possíveis assimetrias como a diferença de tempo total de entrevista de cada grupo. Contudo, em se tratando de uma pesquisa de corte qualitativo, tais diferenças de caráter quantitativo tornam-se amenizadas.

A nossa tentativa, neste capítulo, ao apresentar as falas dos sujeitos juntamente com o referencial teórico-conceitual foi o de não fragmentá-las, respeitando sua extensão e a sequência do discurso que está sendo enunciado. Em alguns momentos, em função dos temas, é possível que haja o encontro direto da fala dos diferentes grupos de sujeitos. A seguir, então, inaugura-se a fase analítica da dissertação.

2. Análise em si – Períodos da experiência

É nesse momento em que buscamos significar os discursos dos sujeitos com a teoria e os conceitos, inspirados em LEFEBVRE (2013, p. 129) que propaga “Los términos ‘producción de conocimiento’ tienen cierto sentido, relativo a la génesis de los conceptos: todo nace y crece, mpero sin los hechos y sin los discursos de los seres o sujetos sociales,¿quién engendraría los conceptos?” Assim, defendemos que o referencial teórico e conceitual deve ser subsidiado pelo significado dos sujeitos que, no caso desta pesquisa, participaram ativamente da experiência de ativismo de bairro.

2.1 A Passagem

A problemática que inaugura o processo organizativo no Jardim Universitário sofreu influência da leitura geográfica, uma vez que a demanda do LPJ de se projetar num de seus espaços de atuação, a Universidade, mais precisamente o Campus do Vale, fez com que este seja considerado a partir das relações com o seu entorno e não como um sistema fechado em si. O recorte do Campus do Vale enquanto espaço social é nutrido através das relações com os seus outros espaços imediatos. Assim sendo, o cercamento promovido há alguns anos pela reitoria era o mote para gerar o debate sobre o uso do espaço do Campus por parte dos moradores de Viamão. Isto já projetava outro espaço social e, por consequência, outra escala.

Esses sujeitos que desejam usufruir do espaço para acessar o transporte público de melhor qualidade, mais barato e com maior disponibilidade de horários ao comparar com os ônibus de Viamão, muitas vezes têm dificuldades de acessar o ensino superior devido às desigualdades sociais que determinam à uma parcela da população entrar mais cedo no mercado de trabalho. Desta forma, quando estes adentram no espaço para usufruir de um serviço público de mobilidade, encontram-se ameaçados. Isso nos permite inferir que há um duplo obstáculo de direitos, tantos sociais como a educação e espaciais, no que diz respeito ao ir e vir de cada cidadão. Mesmo sem comprovação oficial, sendo os indícios oriundos de especulações orais, é passível julgar que a intenção de fechamento da passagem se tratava de uma ação heterônoma e sem diálogo com os sujeitos diretamente atingidos, no caso, os moradores.

A justificativa da heteronomia pode ser relacionada com os conceitos de ordem distante e ordem próxima de LEFEBVRE (2011). A provável modificação do espaço, no caso o fechamento da passagem, sem a consulta aos sujeitos diretamente envolvidos com as consequências de tal transformação espacial, parte da ordem distante, enquanto a resistência e mobilização está na ordem próxima. O encontro dessas ordens é o que faz o movimento de uma produção do espaço dialética, com conflito de posição, e não unilateral e tecnocrática.

A demanda pelo não fechamento da passagem, que inicialmente se caracterizou como sendo pelo cercamento do Campus (esta distinção é importante) obteve força de mobilização social por parte dos moradores e dos estudantes militantes devido ao grande impacto na vida cotidiana desses sujeitos. Uma situação de conflito que inicialmente não tem tal intencionalidade pode ser o propulsor para o processo de organização social.

Isto foi possível graças à realização do seminário “A Periferia e a Universidade”, tido como o primeiro ato que pôs efetivamente o movimento concreto dentro das estruturas estabelecidas na relação entre o Campus do Vale e o Jardim Universitário no período em análise. Sobre a concepção de movimento, compartilhamos:

Pensar as estruturas em movimento é a possibilidade de movimentar tudo que faz parte dela, incluindo tanto as dimensões imateriais que contêm valores portadores de sentido da vida como as materialidades inscritas na cidade, onde os corpos se fazem presente em movimento. (CAMPOS, 2014, p. 63)

O seminário tem peso marcante na trajetória da experiência por ter sido o primeiro momento de efetivo diálogo entre os diferentes sujeitos. O diálogo, encontro de discursos com suas representações sobre o material, catalisou o movimento de mobilização dos sujeitos. A manutenção da passagem necessitava da dependência recíproca entre os moradores e os militantes. Esses com o interesse de desenvolver um trabalho de base, enquanto aqueles desejavam que não se bloqueasse o meio para o transporte público.

Desde o tema, passando por sua metodologia, o seminário tinha como objetivo gerar movimento por parte dos sujeitos militantes e moradores dentro das estruturas da Universidade. Prova é que a participação de um dos moradores aconteceu justamente em trânsito, quando este saiu do auditório do Pantheon no prédio do IFCH e se dirigiu até a passagem, onde proferiu o seu discurso. Simbolicamente, neste momento, já se constituía o

movimento de aproximação com o bairro Jardim Universitário, ao mesmo tempo em que militantes, como Ana, se inseriam concretamente no LPJ.

Sim, o meu contato inicial com o Jardim Universitário foi justamente a partir do seminário que o Levante organizou na universidade. O seminário que era justamente para discutir a questão do cercamento do Campus do Vale. Naquele momento eu estava recém começando a militar no Levante... Então foi uma das primeiras atividades que eu participei. E dali eu já comecei a participar das atividades do trabalho do Jardim Universitário. (Ana, militante)

Os objetivos inicialmente projetados pelo LPJ com o seminário foram atingidos, posto que uma de suas militantes, que estava se aproximando da organização acabou por engajar-se efetivamente. Além disso, o vínculo com os moradores é outra consequência exemplar desse movimento gerado. Isso possibilitou a entrada no bairro a partir de uma causa que fosse consensualmente justa para os sujeitos moradores e que garantissem, de certo modo, a adesão e participação na mesma. Esse é um dos fatores que permitiram o êxito dos objetivos com a atividade do seminário, conforme analisa um dos militantes:

Ah, porque a própria comunidade se engajou, na verdade. A gente dependia totalmente do engajamento deles. Se o pessoal que morava lá não se engajasse, para nós não fazia sentido também. A gente nem morava lá. A gente incentivava eles a se organizar, a gente queria participar disso e a nós éramos os estudantes que estavam ali do lado... (Lucas, militante)

Segundo o relato de Lucas é evidente a dependência que a causa do fechamento da passagem tinha em relação ao sujeito territorializado, no caso, o morador. Não fazia sentido a mobilização na qual este não se engaja. E isso só foi possível uma vez que esta demanda o atingia diretamente no cotidiano, com ameaças de perder o emprego, posto que o empregador teria que gastar mais para lhe garantir o vale-transporte intermunicipal.

O termo “sujeito territorializado” é usado para qualificar conceitualmente o sujeito morador porque este, além de fixo no bairro, está na condição de maior valência na tomada de decisões. Como morador, sujeito que vive naquele espaço, há maior sensibilidade e conhecimento de causa das condições imateriais e materiais da vida cotidiana do que um sujeito que não comunga de acúmulo de experiências naquele espaço. Por isso, justifica-se em momentos estratégicos, e até mesmo como possível soro contra a invasão cultural, que a

deliberação aconteça somente entre os sujeitos fixos, que ganham característica de territorializados pela maior valência na decisão.

Após o seminário, por convite dos moradores, começaram a acontecer assembleias no próprio bairro, onde cresceu massivamente a participação de moradores e as expectativas dos militantes em resolver a questão do cercamento. Ou melhor, do fechamento da passagem. Na verdade, a distinção entre cercamento do campus ou fechamento da passagem vai ser um marco que reorganizará grupos políticos que estavam começando a atuar junto aos moradores.

[...] divulgou a assembleia para a próxima semana, e aí na próxima semana bombou assembleia lá no campo Diamantina, na sede do Clube Diamantina. Aí para mim, aquele ali foi o marco de ter iniciado o trabalho, e da minha motivação, porque aquela assembleia foi uma assembleia muito cheia, e foi uma coisa assim, eu me lembro que como eu estava recém começando a militar no próprio movimento social que era o Levante, eu tinha pouquíssimo contato com organização assim no sentido de comunidades organizadas, era uma coisa que estava assim só no meu imaginário né. “Ah, porque um dia nós vamos fazer a revolução, e aí vai ser assim, um monte de gente, nos seus bairros, nas comunidades, começando a se engajar por uma coisa, e elas vão lá, e vão conquistar, e nós vamos se libertar...” Claro que depois tudo isso não aconteceu... Mas enfim, né, eu tinha aquele imaginário, então aquele momento ali para mim foi tri importante. Que eu me lembro que foi uma assembleia muito lotada, e que para mim ficava muito aquela coisa assim, nossa, quanta gente né, numa comunidade que tá se motivando a vir aqui, por causa do fechamento de uma passagem? Como isso é uma coisa que é importante para as pessoas, e está fazendo com que as pessoas se movimentem, queiram se organizar. Então aquilo para mim foi uma coisa muito forte que me cativou no sentido de continuar ali, mesmo que depois daquilo a gente tenha, claro, a gente teve outros momentos também muito bons ali, de organização, mas a tendência assim, aquela motivação inicial, que a princípio parecia uma coisa, nossa, agora essa comunidade vai revolucionar a sua vida através dessa organização eles vão se unir, e vão combater uma decisão arbitrária da universidade. Aquilo ali aos poucos eu fui me dando conta de que tá, não é bem assim, né, bom, essas pessoas se juntaram porque ouviram falar que talvez a vida delas pudesse ser atrapalhada por uma decisão, mas tá, daí também num momento que não, quem sabe é só um boato, já foi, a coisa foi morrendo, assim, a questão da organização, da transformação, não era tão forte quanto eu enxergava né, mas eu acho que foi bem significativo. Foi muito legal aquele momento. (Ana, militante)

Pontos interessantes dessa parte aí, que eu estava lembrando aqui, uma coisa legal foi que a gente tinha uma ideia, quando a gente propôs o seminário né, a gente propôs esse seminário “A Periferia e Universidade”, ah vamos construir junto com a universidade e tal, então a gente colocou, Seu Newton que é um morador lá para falar junto né, que fez esse movimento no seminário de, na fala dele a gente sai da plenária da universidade e vai lá para o muro, onde estava sendo fechado e tal, e o nosso discurso ali era que o muro estava sendo uma representação de como é a produção de conhecimento lá na sociedade, que segmenta setores, e a universidade fica fechada num muro que não dialoga com a realidade do seu lado né, então a gente era contra o muro, a gente achava que aquele muro não tinha que estar ali, para as pessoas terem mais acesso à universidade. E uma coisa que a população nos mostrou, é que eles não eram contra o muro, a cerca né, o muro não, a cerca, elas eram contra o portão, porque o portão não as deixava pegar o ônibus que as pessoas de Viamão pegam o ônibus da Carris mais barato mais quantidade, ali no campus do

Vale. Então o muro, eles eram a favor, porque teve muitos casos de violência com as próprias pessoas da, do, da vila ali, do jardim universitário que, então eles achavam que o muro poderia proteger esses casos né? Para ver como a ideia deles é diferente de como a gente pensava inicialmente né? (Lucas, militante)

O muro, simbólico e material, uma das causas geradoras do seminário e que possibilitou a relação entre sujeitos militantes e moradores era tido como algo positivo por parte desses últimos e não um problema. Quando se começou a detalhar os discursos através das assembleias no próprio bairro é que o muro apareceu como um fator de segurança para os moradores. O “x” da questão, motivo de preocupação, tratava-se do fechamento da passagem e a não retirada do terminal de ônibus do seu local atual. Segundo o relato de uma moradora, o cercamento do Campus foi benéfico para os moradores, conforme o imaginário estabelecido:

Porque tinha invasão ali, as pessoas entravam ali, os homens entravam ali, entravam namorados. Dizem, eu nunca vi... Que assaltavam ali, escondiam para assaltar os ônibus, levavam as meninas para ali, os estudantes. Isso aí eu ouvi falar, eu não vi nada. Muitos casos. (Dona Alcione, moradora)

Este ponto de inflexão é interessante uma vez que o grupo de estudantes, militantes do LPJ ou não, que estavam atuando na mobilização com os moradores começam a se diferenciar para estes últimos. Isto devido ao fato de os estudantes não vinculados ao LPJ discordarem veementemente dos moradores em relação ao muro. Estes estudantes acreditavam que a mobilização deveria seguir com a pauta contra o muro, ao contrário dos moradores que tinham como objeção o não fechamento da passagem. Evidentemente, em termos freirianos, houve o que podemos enquadrar como um processo de invasão cultural (uma manifestação de corte heterônomo) por parte desses estudantes não pertencentes ao LPJ. Estes, por sua vez, como será evidenciado na exposição que segue do militante Lucas, buscaram colocar-se na perspectiva dos moradores e reorientar seus discursos a partir de quem de fato vive cotidianamente naqueles espaços, tanto o Jardim universitário como o Campus do Vale. Essa prática se aproxima em muito, também em termos freirianos, do que se intitula dialocidade. Não necessitava mais o muro ser o mote de mobilização, justo que o fechamento da passagem tinha maior peso.

[...] como os estudantes inicialmente, a gente que era do Levante, que era estudante também, tinha que disputar com uma ideologia que tinha ali, que era dos estudantes do Centro de Vivências (CV), né. Tinham uma perspectiva que era diferente, que

também não é unificada, não dá para generalizar o que eles pensavam ali, mas os que mais se manifestavam, eram aquelas pessoas que eram mais radicais, que queriam radicalizar mais com os moradores. Que queria ser contra o muro, queriam propostas mais radicais. E a gente queria mais ouvir eles, para ver quais eram as demandas para se organizar. Uma coisa mais simples do tipo “*oh, eles têm a opinião deles [moradores] e dá para se organizar em cima das demandas deles, né?*” E não vamos ficar impondo o que a gente pensa. Mesmo que a gente saiba, que tenha o pensamento mais radical, não vamos ficar impondo isso a eles. Vamos primeiro ouvir eles, para ver como que dá para dialogar, não é? Teve essa perspectiva. Eu acho que também por isso que a gente tinha uma perspectiva de longo prazo. A gente tinha não a perspectiva de ir lá, dar uns gritos e sair né? “*Ah, porque é isso, porque está errado...*” A gente queria fazer um trabalho lá que se mantivesse, tanto que tinha que ouvir as pessoas. Antes de sair falando, tu tinha que ouvir elas, ver o que elas tinham a dizer, né, para poder dialogar e construir alguma coisa. Eu acho que isso foi importante também. Pô, a assembleia que a gente decidiu que ia fazer uma associação, a gente estava junto, e eu acho que a gente teve uma importância forte. “*Os estudantes estão aqui, dizendo que está certo a gente fazer associação.*” Isso eu acho que é uma coisa que tem um peso grande? Pelo que aconteceu, apesar de a iniciativa mesmo ser deles. (Lucas, militante [grifo nosso])

O relato do morador, que posteriormente viria se tornar presidente da associação, vem ao encontro ao relato do militante Lucas. Guilherme pormenoriza como, discursivamente, os estudantes manifestavam a invasão cultural, mesmo que, supostamente, houve intenção colaborativa com a mobilização. Neste sentido, conforme será apresentado, destaque-se a moradia como um fator decisório, posto que um momento de decisão foi influenciado pela legitimidade do sujeito fixo que vive no espaço, o morador, não pelo estudante. Novamente a concepção de sujeito territorializado ganha mais evidência.

A diferença é que era metade estudante e metade morador [durante as assembleias]. Porque eram uns estudantes muito radicais assim. Falavam uns negócios nada a ver. Uns negócios nada a ver. A maioria das Humanas, a maioria de Ciências Sociais e daí, na verdade, a questão do muro. O muro existiu e a universidade tinha a intenção de fechar, mas ela, tipo assim, tinha perguntado para EPTC se ela queria ou não queria fechar. Se podia ou não podia fechar, porque ia ter impacto nos ônibus também. E daí a EPTC falou que não achava que era interessante, porque senão as empresas iam perder interesse de trabalhar ali, porque é muita gente que pagava passagem integral. E daí os estudantes vieram com uns assuntos, tipo assim: “*não, vão cercar, porque vai ser tornar um feudo, e tal*”, e aí os caras, no meio das conversas, quando a gente estava discutindo sobre fechar ou não fechar, vem uns caras “*não, porque isso representa o Imperialismo Norte-Americano e que não sei o quê. Porque é o mesmo princípio da segregação dos Estados Unidos com o resto do mundo.*” Que Estados Unidos? A gente quer pegar o ônibus, tá ligado!? Até pode ser que faça sentido, na lógica, não sei qual, mas nada a ver essa... a gente não estava ali por causa do intervencionismo dos Estados Unidos no Afeganistão, tá ligado!? Tipo, os caras viajavam... [...] Aí chegou um momento que a gente tinha, até foi votado, tipo: “*se nós éramos a favor ou não do muro?*”, aí os caras votavam, daí a pouco alguém levanta a mão “*para votar tem que ser morador*”. Eles abaixaram a cabeça e ficaram bravos e daí os moradores foram a favor do muro. Daí eles foram embora. Nas próximas reuniões eles não quiseram mais vir. Daí ficou só os que tinham interesse, os caras que estavam afim de conhecer a comunidade. E daí a poucos eles

saíram daqui e foram para outros lugares. [...] Mas o povo não quer tipo uns caras que vem aqui ajudar, eles querem que seja as coisas pelo que eles acham que é certo. Só que o que eles acham que é certo, normalmente, não tem a ver com o que os caras da faculdade de esquerda acham que é certo. E daí eles foram corridos, não por nós, corrido "*sai daqui*", mas eles acabaram se sentindo meio deslocado e tal, e saíram. Ficou só quem tinha vontade de trabalhar mesmo. (Guilherme, morador [grifo nosso])

Conforme Freire (1978, p. 149) a invasão cultural se configura como um desrespeito às potencialidades do ser, ela é: "*a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão de mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão.*" No caso do conflito envolvendo a disputa entre a passagem e o muro na ótica, respectiva, de moradores com os estudantes, pareceu-nos evidente a manifestação da invasão cultural. Gostaríamos de salientar, que esse processo antidialógico tem sua dimensão espacial, uma vez que está acontecendo o deslocamento de um discurso vocalizado de algum espaço para sua imposição em um espaço distinto, com outros sujeitos e, por consequência, relações sociais também diferentes se comparadas com o espaço do enunciador.

A presença do LPJ foi um dos fatores que pesou para a organização dos moradores por estes garantirem uma cultura política de cooperação, além de se demonstrarem numa perspectiva mais dialógica se comparados com os demais estudantes e sua intransigência em relação à pauta do muro. O reconhecimento da atuação do Levante durante esse período se encontra expressa no depoimento do morador Guilherme. Este também destaca a importância do engajamento a partir da assunção de tarefas por parte dos moradores. Isso toca diretamente com a ideia de geração de autonomia. Para a produção de autonomia é necessário comprometimento e responsabilidade com a causa a qual se esta representando.

O Levante trabalha com núcleos. Então ele veio para o lugar que estava começando a surgir, para ajudar a organizar e de repente capitalizar pessoas para as coisas deles. Eu acho que era isso a principal ideia do Levante. Eles colocam uma pessoa representante do grupo para passar a sua forma de pensar. E daí esse grupo aceita, vai lá e ajuda a organizar o grupo e daí quando o Levante precisa de mobilização, aproveita o protagonismo dessa pessoa que está lá dentro e convida pessoas dessas células para fazer parte de mobilizações maiores. E foi importante, porque no início eles foram bom para ajudar a manter a coesão. E no início mesmo eu não sabia muito como fazer as coisas e tal. Na verdade eles deram uma forma no sentido de manter vivo, porque de início eu não sabia pedir para as pessoas, porque eu achava que se eu pedisse para as pessoas, as pessoas não iam querer ajudar. Porque daí eu iam ter responsabilidade e não iam querer mais vir. E na verdade era o contrário, era por não ter responsabilidade que elas iam embora, tipo "*eu não sou importante aqui*". E quando tem responsabilidade a pessoa sente parte. E eles foram importante, porque ele vieram... tipo, eles vieram, aí tinham os cabeças que vinham na reunião, que faz as coisas, porque vem gente de Porto Alegre fazer, vamos fazer nós também.

É isso, basicamente. No início eles ajudaram nesse sentido. (Guilherme, morador [grifo nosso])

Ainda sobre a relação com o LPJ, é pertinente, do ponto de vista organizativo, o depoimento do militante Otávio, que relata como o acúmulo de experiências em outros espaços de atuação influenciou a formação do trabalho de base no J.U.. Mesmo com o corte de um público específico como o de juventude, o envolvimento com o restante dos moradores na construção da organização comunitária se torna inevitável. Isso se justificava pela unificação territorial desses sujeitos, tanto os moradores adultos como jovens, que se não forem organizados politicamente de forma articulada, é possível que o LPJ não tenha sucesso na mobilização de seu público alvo, os jovens.

[...] sobre começar a trabalhar não especificamente com recorte de juventude, isso foi até para o aprendizado do movimento como se teve na zona sul [Vila Cruzeiro] que eu falei que era um paradigma. Na zona sul, como lá foram feitas várias tentativas de trabalho com o jovem, especificamente, mas o trabalho lá deslanchou quando houve uma pauta comunitária. A organização lá deslanchou quando, a partir de uma organização da associação de moradores. Então isso é até tipo interessante. (Otávio, militante)

Outro aspecto pertinente de reflexão foi o envolvimento dos moradores com os encaminhamentos das assembleias que aconteceu de forma direta. Eles organizavam as comissões para buscar respostas com os órgãos competentes e isso possibilitou a apropriação do processo organizativo. Isso se distinguia da proposta promovida por cabos eleitorais que prometiam “soluções prontas” a partir da mediação de um vereador ou deputado estadual. No fundo, mesmo que ainda de forma incipiente, o confronto estava sendo travado com a concepção de democracia representativa que está impregnada socialmente.

Sobre as quatro reivindicações, é de interessante relevo a solicitação feita pelos moradores para que as futuras modificações providas pela UFRGS através da SUINFRA e que atinjam direta ou indiretamente os espaços utilizados pelos moradores, estes, antes da modificação, sejam consultados sobre a alteração do espaço. Isso evidencia um alto grau de consciência sobre a dimensão espacial e a necessidade de intervir no processo de decisão sobre a produção material do espaço.

Mais um fator interessante durante esse primeiro período de mobilização foi, ao seu final, os moradores consolidarem a toponímia do seu espaço como Jardim Universitário e não

mais Santa Isabel. A partir de uma situação de conflito, a identidade do espaço, é constituída como um instrumento de luta e reivindicação, ou seja, articula-se com a disputa de poder.

E eu achava Santa Isabel. Eu me espantei quando eu vi uma foto, a primeira foto que fiz com o negócio do muro da UFRGS, eu coloquei no Facebook até, bastante compartilhamento, na época deu mil e poucos compartilhamentos. E daí "*o reitor quer fechar acesso dos moradores da Santa Isabel*", se me dissessem que eu tinha dito que era Santa Isabel, eu não acreditava. Mas eu vi o papel, a foto que eu tinha colocado, escrito: "*reitor quer fechar o acesso dos moradores da Santa Isabel*". Eu achava que era Santa Isabel. (Guilherme, morador)

A toponímia é um marcador da identidade de um lugar. Tal identidade pode ser forçada de maneira heterônoma, anti-heterônoma ou a partir de ganhos de autonomia. Mesmo com uma nomenclatura a priori, "Jardim Universitário", poderíamos arriscar que o desvelar de tal toponímia aconteceu através de um processo de ganho político de autonomia sobre o espaço de vivência dos moradores, seu bairro. Reconhecer que aquele espaço tem outro nome que não aquele projetado inicialmente já é outro posicionamento e re-faz o pensar sobre a necessidade de cada vez conhecer mais o seu próprio espaço e os sujeitos que nele vivem.

2.2 Constituição da AAMJU e Primeira Reforma da Sede

Logo após o arrefecimento da pauta do fechamento da passagem, os moradores decidiram pela formação de uma associação de moradores como um passo importante para consolidação do ativismo de bairro. Cambia-se a dimensão organizativa e institucional, uma vez que uma associação de moradores é uma pessoa jurídica, ou seja, como uma relação burocrática ligada diretamente ao Estado. Este momento é narrado pela militante Ana,

E dali a gente continuou, foram vindo várias assembleias, até que claro, chegou um momento em que a pauta inicial que era a questão do fechamento morreu, porque aí foi se dando conta que a UFRGS estava enrolando, não ai fechar... [...] é, isso, nem me lembro direito assim como é que foi que morreu essa questão, mas eu sei que o que sobrou para nós ali, para nós não, para eles, e que nós continuamos envolvidos, foram enfim, algumas pessoas que a partir daquilo, tiveram vontade de continuar organizadas, e daí surgiu a ideia da associação de moradores né, que daí no fim ali era o Guilherme e a família dele, algumas pessoas ali do entorno [...].(Ana, militante)

Importante destacar que, embora tenha sofrido influência do LPJ, a iniciativa de criar uma associação a partir dos próprios moradores. No leque de possibilidades explicativas sobre a demanda de fundar uma associação, uma das hipóteses é de que tal motivação é oriunda do método organizativo construído desde o início da mobilização, em que se primava pelo envolvimento e tomada de decisões dos próprios sujeitos que estavam sendo atingidos pela causa do cercamento, no caso, os moradores. Outra suposição é que a mobilização despertou efetivamente um maior interesse pelo melhoramento, seja de infraestrutura, seja de serviços públicos, do espaço no qual se vive, o Jardim Universitário. O espaço começa a ser posto como a causa da mobilização em termos de que outra forma de sua produção seja possível.

A formação da AAMJU é consequência do acúmulo organizativo herdado do antigo Clube de Mães do bairro, desativado há aproximadamente quatro anos, e o qual possuía uma sede própria. Mulheres que participavam do Clube de Mães e que se fizeram presente na mobilização contra o fechamento da passagem, motivaram-se em doar a sede para a fundação de uma associação. Os moradores e militantes do LPJ já partiam de uma sede própria na constituição da AAMJU, o que lhes possibilitava projetar outras ações de ativismo através de um espaço de referência para que acontecessem as assembleias e reuniões.

Sobre a herança espacial do Clube de Mães, o relato da moradora Maria, ex-diretora da entidade, elucida sobre a preocupação com a manutenção da sede para fins comunitários. Após o Clube de Mães desativar suas atividades, foi necessário ocupá-lo com a utilidade de moradia, por parte de seu Everton, para que continuasse a ser um espaço com possibilidades de abrigar novamente uma atividade comunitária. Também se destaca, antes da mobilização em prol do não fechamento da passagem, certa apatia dos moradores em função do ativismo, que no bairro, até então, encontrava-se amortecido.

É porque isso aqui estava sem ninguém. Uma vez eu passei aqui e vi um pessoal com colchão e coisa querendo invadir, bem na hora que eu estava passando. "É, mas aqui está vazio, não tem ninguém morando, não estão usando para nada. A gente vai invadir." "Não, não vai invadir!", eu disse. [...] Aí eu achei que ia haver a necessidade de ter uma pessoa cuidando aqui para que não aconteça, porque depois é um sacrifício para tirar. Aí seu Everton, que já cuidava do meu pátio, eu pedi para ele ficar lá morando. Falei com a dona Vera, "tem que alguém cuidar lá, senão vão invadir. Posso botar uma pessoa lá para cuidar.", aí trouxe o seu Everton para cá, meu afilhado. [...] Então eu achava sempre que aqui tinha necessidade de ter uma associação, não ficar esse prédio ocioso. Para mim, eu estou satisfeita com o que está acontecendo agora, porque era um sonho que eu tinha, tanto que eu ficava sempre cuidando. E aí a dona Vera, quando aconteceu esse problema com a passagem para o Campus, eu disse: "está na hora de colocar uma associação lá.". Eu já falava, muitas vezes eu cheguei e falei para o outro morador: "vamos fundar uma

associação de bairro. O clube está vazio, não tem atividade." A resposta era: "não tenho tempo.", "mas eu não tenho condições de ir sozinha fazer." A mesma coisa: "não tenho tempo". Aí quando aconteceu essa mobilização, eu disse "é agora". É agora que vão fazer a associação de bairro. Aí eu conversei com a dona Vera, conversei com o Guilherme, "bom, vamos fazer lá.", porque a gente estava fazendo reunião ali no Clube Diamantina. E eles alugam o Clube Diamantina, eles usam aquele espaço para outras coisas. "Está vazio, vamos usar o Clube de Mães." Aí que eu falei com a dona Vera, ela: "não, tudo bem. Então vamos fazer.", porque o Clube de Mães já não tinha mais presidente. Tinha esse espaço. Tu viu como estava Guilherme quando a gente entrou aqui... Ela não viu uma vez que eu entrei aqui antes de o seu Everton vir para cá, que eu saí chorando daqui, porque isso era organizado, tinha ventilador, tinha mesa tudo organizadinho. Foi uma devastação. A Dona Marieta sabe, porque a Dona Marieta participava. E eu saí chorando daqui, o estado que ficou, o abandono. (Tia Maria, moradora)

A sede recebida possibilitou um ganho de autonomia ao ativismo, uma vez que sua dependência em relação a um espaço privado como o Clube Diamantina foi rompida. Da mesma forma, também relações sociais se reordenaram no ativismo embrionário, posto que o deslocamento do lócus base da mobilização fez com que alguns dos moradores que inicialmente participavam da atividade deixassem de atuar na AAMJU. Isso ocorreu, entre outras razões, em função do Clube Diamantina estar localizado num espaço de maior concentração de fluxos de pessoas e serviços, além da proximidade direta com o espaço público central do bairro, o campinho de futebol conjugado com a pracinha. A rua Osvaldo Cruz, onde se localiza a sede da AAMJU, é uma rua basicamente residencial, na qual a única edificação que se distingue das demais em sua função é a própria associação. A militante Ana explica as consequências deste deslocamento.

[...] mas que no fim das contas, quando a gente foi para a associação, até aconteceu meio que uma transferência de comunidade, né. Não era mais nem as mesmas pessoas depois que a gente mobilizava. Por exemplo, tinha o caso do morador que era policial militar, que era um cara que estava sempre na volta, o cara do mercadinho também... Eram lideranças daquela região, daquela rua ali, né. E era com quem a gente mais tinha contato. Quando surgiu a questão da associação, que a gente passou ali para a rua do lado, também aconteceu que a gente transferiu a militância, né. Aquelas pessoas que eram as lideranças pararam de ir nas reuniões. Mas bom, existia essa lacuna de organização na área do Antigo Clube de Mães, e aí a gente meio que conseguiu puxar aquele pessoal dos moradores do lado de lá, da outra rua assim. Mas aí, é isso aí que eu me lembro. (Ana, militante)

Essa mudança espacial da base de mobilização flexionou as demandas dos sujeitos, uma vez que as afinidades desses sujeitos eram distintas. O grupo que ocupará majoritariamente a AAMJU a partir de então foi de mulheres, algumas ex-integrantes do Clube de Mães. Por exemplo, a estrutura arquitetônica da nova sede, será o novo mote de

mobilização dos moradores posto que há uma preocupação das mulheres pelo zelo desse espaço. As forças organizativas vão se canalizar na primeira reforma da sede para que haja condições plenas de funcionamento seguro do espaço para as reuniões, assembleias, atividades comemorativas, como chás e as oficinas com os jovens. É necessária a constituição de uma nova espacialidade, para as novas relações sociais que estão se formando com o ativismo de bairro. Esse processo pode ser enquadrado como uma prática espacial, mais precisamente, de reestruturação e refuncionalização do espaço da sede.

Os mutirões da primeira reforma da sede foram momentos importantes para consolidar o compromisso e engajamento dos moradores, militantes do LPJ e até dos estudantes do EMAV, que começavam a se aproximar com o trabalho comunitário. Era sabido e discutido em assembleias que só seriam possíveis saltos organizativos e interferências em outras partes do bairro caso o espaço de organização interna, no caso a sede, estivesse em condições seguras de uso. Nesse sentido, construiu-se uma representação externa dos mutirões a partir da dedicação ao trabalho coletivo, que desde o início, exigiu de todos os sujeitos envolvidos, compromisso com a causa. Segundo o morador Guilherme,

Era muito trabalho. Eu lembro quando eu convidava as pessoas para vir ajudar, eles achavam que estávamos pintando as paredes. Daí mostravam as fotos derrubando tudo e tal e eles não acreditavam. Acharam que era migué, sabe, "estão reformando a Associação, estão pegando e passando um cal ali na parede, só pra dizer que estão reformando." Isso eu acho que é uma coisa que a gente tem: a gente não enrola em relação a mentir o que está fazendo. Está fazendo mesmo! Não é tipo fazer uma enganação para dizer que fez uma coisa. É pra fazer mesmo. E dói. [...] Não acreditam, ninguém acredita. (Guilherme, morador)

Como dito anteriormente, é nesse período, já no fim da primeira reforma, que o EMAV aproxima-se do ativismo de bairro do Jardim Universitário. Os contatos inicialmente dos estudantes aconteceram nas assembleias e mutirões, momento em que os estudantes participam do canteiro de obras, principalmente atuando com as mulheres. Segundo o relato do estudante Nathan, as mulheres já demonstravam engajamento e participação efetiva nos mutirões:

Eu lembro que nós atuamos pouco. Fomos a um mutirão, não ficamos muito, ajudamos a lixar as paredes. E eu acho que nessa primeira reforma, antes da escadaria, ainda tinha mais participação das mulheres no trabalho. Elas lixavam e pintavam. Depois, na construção da Escadaria, elas se tornaram mais o apoio. Mas elas continuavam fazendo. Faziam a comida, alegravam o ambiente... Mas na primeira reforma da sede elas estavam ajudando mais diretamente com a mão na massa. (Nathan, estudante).

Outro aspecto importante, na finalização dos mutirões, foi o reconhecimento do trabalho realizado coletivamente através do mural de fotos com registros de quase todas as atividades. Este é um marco para o ativismo, pois encerra os processos organizativos voltados para as questões internas da sede da associação e possibilita com que haja atenções direcionadas para outros espaços do bairro, como a proposta de reuniões por rua. Além disso, evidencia a compreensão por parte dos sujeitos estudantes de vínculo de pertencimento com a associação.

Eu lembro muito que me chamou a atenção que o Guilherme fez aquele mural com as fotos dos trabalhos associação e que lá tinha a foto do único dia em que nós fomos num mutirão. A partir dali eu entendi que eles já nos consideravam parte do trabalho todo. Foi importante que no único dia em que fomos num mutirão da primeira reforma da sede, eles reconheceram que nós estávamos lá. (Nathan, estudante)

O vínculo dos sujeitos com o ativismo e o bairro começa a se consolidar através de marcadores, como o descrito pelo estudante Nathan. Há um significado maior uma vez que um trabalho coletivo dos sujeitos fixos começa a representar também os sujeitos fluidos, o que demonstra a legitimidade que está se construindo na relação entre ambos. A seguir, no aprofundamento das relações entre os sujeitos, será discutida a construção da escadaria da Rua Sete Povos.

2.3 A Construção da Escadaria

Após o fim da primeira reforma da sede, os militantes, estudantes e moradores avaliaram que precisavam, com o objetivo de ganhar apoio do restante dos moradores, fazer com que suas ações fossem externas. A proposta era justamente buscar dar mais visibilidade ao trabalho da AAMJU, que tinha ficado muito restrita ao espaço interno da sede desde a

fundação da associação em razão dos mutirões. Com essa proposta, a solução que se encaminhou foram as “reuniões por rua”, a qual tem como experiência piloto a rua Sete Povos. Ela foi o marco organizativo, posto que a construção da escadaria, não prevista no início, tornou-se referência para os demais projetos da associação.

A construção da escadaria pode ser interpretada dentro do arcabouço de Freire (1978) como um inédito-viável, algo que não tinha ocorrido antes, mas que em função da mobilização social e o avanço no nível de conscientização da capacidade de realizar tal demanda, torna-se possível e factível. Além disso, é notório que a produção espacial da escadaria foi um processo dialógico, com respeito à diversidade de saberes, substanciada por conflitos e embates de difíceis resoluções, mas que tinham como objetivo a superação de obstáculos não só físico, o “Barranco-do-quebra-pé”, contudo também simbólicos, como o imaginário pejorativo que aquela parcela da rua possuía.

Desde o começo da obra aconteceram situações de conflitos entre os sujeitos. Tais conflitos aconteceram em diferentes dimensões, como a técnica, interpessoal, de gênero e etária. Um dos casos, para exemplificar a dimensão de gênero, aconteceu no caso do tamanho dos degraus como pode ser observado no diálogo entre os estudantes. O conhecimento da academia, sistematizado e referenciado conforme códigos específicos começa entrar em tensão com o conhecimento dos moradores. Essa tensão teve que ser, de alguma forma, equalizada a partir de conversas, o que destaca a busca pela construção dialógica e desconstrução de lógica de imposição da tecnocracia. Em distintos momentos da construção, houve necessidade de cedência de posicionamentos dos diferentes sujeitos, o que também aponta a capacidade alteridade.

- Foi no canteiro de obra, durante a construção. E não foi no dia em que o professor foi lá porque ele nem se posicionou em relação a isso. O que aconteceu foi que quando nós começamos a gente tinha um princípio norteador: iriam ser duas pedras na horizontal, depois outra por cima dessas também na horizontal para fazer o degrau e assim por diante. Essa era a ideia básica. Ok, então vamos para o canteiro! No canteiro eles queriam fazer a obra meio apressados, uma escadaria reta, tipo “vamos lá, vamos e pronto!”. Nós daí explicamos que fosse feito a partir da ideia inicial que tínhamos decidido antes e já teve uma certa resistência. E depois eles queriam fazer os degraus bastante altos. E talvez para uma escada dentro de casa não teria problema, mas para uma escada naquele espaço teriam alguns problemas, porque têm idosos e crianças que passam lá. (Marina, estudante)
- Iria ficar um degrau de 25 cm. (Júlia, estudante)
- Sim! Então nós tivemos que conversar seriamente com quem estava lá. Tinha o mestre-de-obras, quem tinha mais noção do conhecimento construtivo, e ele se posicionava bem fortemente sobre algumas questões e não era uma pessoa de muita

paciência. Tivemos que ter conversas sérias com ele para resolver esses impasses para mostrar que era possível fazer do jeito que estávamos propondo e que seria melhor para aquele contexto de construção. (Marina, estudante)

A disputa da questão técnica foi uma das divisões que o trabalho dos mutirões apresentou, sendo que é possível também destacar a divisão de gênero. As moradoras em geral tinham como principal tarefa durante os mutirões ocupar-se com a alimentação, embora algumas moradoras e praticamente todas as estudantes atuavam na mesma intensidade que os demais homens no canteiro de obras. As relações de gênero estabelecidas no canteiro de obra não deixam de refletir as relações sociais mais estruturalmente instituídas, contudo as práticas de estudantes mulheres participarem em pé de igualdade com os homens, principalmente os moradores, foi um dos ganhos em termos de construção de autonomia feminina no ativismo, seja por parte de moradoras, seja por parte das estudantes mulheres.

Uma das situações emblemáticas, como já demonstrado no capítulo, diz respeito ao embate sobre a retirada ou não de uma raiz durante o primeiro mutirão na Rua Sete Povos. O diálogo dos moradores representa o método do consenso, construído desde o princípio, quando a pauta ainda se centrava na questão do fechamento da passagem. O método do consenso possibilita a construção da alteridade, de colocar-se no lugar do outro, a partir de uma demanda de interferência direta na modificação do espaço.

- Eu acho muito interessante esses choques que tiveram ali. "Para tudo.", por exemplo, no caso da raiz. A solução foi: vamos debater se vamos arrancar ou não. (Seu Ricardo, morador)
- E chegamos ao meio termo? (Mediador)
- Chegamos a um meio termo e conseguimos fazer isso. Eu acho que foi para nós mesmos conhecer um pouco também a ideia do outro e aceitar a opinião do outro. Foi super interessante. (Seu Ricardo, morador)

Após a situação da raiz, em outros momentos, foram necessários que os sujeitos envolvidos na construção parassem e se colocassem em diálogo. No mutirão subsequente à oficina de projeção, foi necessário que os estudantes explicassem que a escadaria em construção deveria ter uma curva em função da deliberação da oficina realizada no sábado anterior, na qual participaram majoritariamente moradoras. Paciência e relação dialógica foi um requisito imprescindível para que a construção acontecesse de maneira a motivar os sujeitos e fazer com que os mesmos se sentissem pertencentes ao processo.

- O problema mesmo era “como” fazer a curva. (Marina, estudante)
- Sim, “como” fazer a curva era a questão. E tinham alguns que diziam “aquela curva não deveria existir”. Eu me lembro de ter que parar no meio de tudo e “vamos conversar”, “vamos lembrar o que nós estamos fazendo”. (Lina, estudante)
- É, mas a partir da conversa deu certo. (Marina, estudante)
- Sim, mas tinha que parar para conversar. Senão não dava... (Lina, estudante)
- Tinha problemas de paciência, de todo mundo ter que ouvir todo mundo. Talvez os construtores não estejam tão acostumados a discutir a obra. Estão mais acostumados a executar a obra. (Marina, estudante)

Neste sentido, a atuação profissional dos sujeitos estudantes, principalmente os mais ligados aos saberes construtivos como os da arquitetura e urbanismo, não era a mesma do que um como num canteiro de obras convencional, em que o profissional do saber arquitetônico somente delega ordens aos funcionários construtores. Através da busca das relações de horizontalidade, objetivou-se novamente estabelecer o diálogo e não a imposição. A intenção era de que as distintas lógicas sobre um mesmo tema ou questão entrassem em confronto, sem negar a carga epistêmica e de poder de cada uma, para que se chegassem a uma solução comum.

E também tem a questão de que não estávamos numa obra normal em que o arquiteto chega e diz “faz dessa maneira e pronto!” E o construtor executa da maneira que nós pedimos. E acaba dessa forma, sem conversa. Na obra da escadaria nós estávamos lá também para conversar. Isso abriu possibilidade para muita coisa ser conversada. Muita coisa. (Nathan, estudante)

A estudante Lina destaca na sua avaliação que nos diálogos entre moradores e estudantes acontecia troca de experiências, uma característica básica da dimensão dialógica. Contudo, assim como exposto pela estudante, é importante colocar em xeque a igualdade na resolução de conflitos, que não superados na sua totalidade e que podem mais adiante aflorar em outros trabalhos da AAMJU, como aconteceu na segunda reforma da sede durante o ano de 2014. Isso evidencia o caráter não uniforme das relações sociais e como as condições de produção, o mutirão, necessitam de fluxo contínuo de diálogo, não sendo passível de resoluções pontuais e fragmentadas.

Eu não estava nesse momento, eu participei mais do conflito sobre quantas pedras iriam ser colocadas embaixo das pedras que iam ser os degraus. Não era a discussão propriamente do tamanho do degrau. Isso aconteceu após esse professor já ter ido embora, mas eu me lembro de ficar marcada essa situação com a fala dos moradores “ah, esses professores da universidade!” Mas mesmo assim eu acho que eles se sentiam a vontade na obra porque os estudantes também estavam aprendendo um pouco deles. Tinha muita coisa que estava sendo compartilhada. Agora, nas obras que eles trabalham normalmente, eles têm que obedecer. Então, eu acho que na construção da escadaria se lidou muito bem com essas questões através das conversas. Porém, esse sentimento de embate com a lógica da universidade acabou refletindo na segunda reforma da sede. Alguns conflitos da construção da escadaria ainda continuaram, principalmente, no começo da segunda reforma da sede. (Lina, estudante)

Na percepção do estudante Nathan, não houve imposição ou desrespeito por parte de nenhum sujeito sobre o outro. Isso, associado à dimensão dialógica mencionada anteriormente, permitiu a apropriação da construção por todos, mesmo que com intensidades diferentes. Os sujeitos que se envolveram mais diretamente têm um sentimento de pertencimento maior se comparados com aqueles que os não estiveram tão próximos. O importante, neste aspecto, é de que na busca de estabelecer relações horizontais de trabalho no mutirão, esta diferença de pertencimento não se torne um fator de desigualdade entre os sujeitos, principalmente nos momentos de tomada de decisão.

Eu não acho que me senti desrespeitado, nem acho que tenha desrespeitado ninguém ou que alguém tenha se sentido assim. Talvez isso possa ter acontecido e não ter vindo à tona, mas acredito que não. Porque se houvesse acontecido eu acho que o pessoal da construção teria saído do processo. As pessoas participavam porque gostavam daquilo e no momento em que se sentisse oprimido ou não ouvido, eu acho que pararia de participar. (Nathan, estudante)

O conceito de paisagem é passível de ser mobilizado para explicar a relação entre o ativismo de bairro e a cultura política eleitoreira. Do ponto de vista técnico, a colocação da tubulação, embora com materiais cedidos pelo poder público local, no caso, o executivo municipal, foi realizada com a mão de obra de mutirão. A canalização é uma parte importante da obra, embora visualmente ela não seja impactante, porque os problemas de drenagens daquele trecho da Rua Sete Povos eram problemáticos a ponto de, em inúmeras vezes, ocasionar acidentes devido à topografia e à pouca aderência do solo, principalmente em dias de precipitação.

Parte desse lado técnico não está visível. A canalização do esgoto que passa à céu aberto é fundamental para que a escadaria tenha dado certo. E a rede de esgoto é algo que não ganha eleição, porque ninguém vê. Na construção da escadaria, a tubulação de esgoto foi muito importante para que a escadaria ficasse bem. (Lina, estudante)

O fazer arquitetônico da construção da escadaria está relacionado com a particularidade que estava buscando imprimir na obra no sentido lefebvriano. A identidade da escadaria passava pelo zelo com os detalhes, fazendo com que a produção desse espaço ganhasse ares de autenticidade e potencial de comparação com outras escadarias de diferentes cidades. Apresenta-se como o formador desse novo espaço, posto que seja o particular, o detalhe, o micro, que está sendo valorizado frente à homogeneização, o macro, o geral.

Tem poucos espaços nos quais eu tive o contato com um fazer arquitetônico que se preocupava com os detalhes enquanto detalhes para que o espaço fosse único, tivesse a sua própria identidade, e não apenas o detalhe como parte do processo construtivo. Além da Escadaria da Rua Sete Povos, tem a escadaria em Porto Alegre da Rua 24 de Maio, na qual quem passa sente que ela é detalhada e cuidada. Assim com a escada da Lapa, no Rio. São espaços que tem identidades próprias. (Júlia, estudante)

Sobre a relação dos estudantes com os moradores durante o canteiro de obra, o diálogo que segue demonstra o comprometimento e a importância que os estudantes e os militantes enquanto sujeitos fluidos tiveram para coesão organizativa do ativismo. Além disso, há um laço de solidariedade entre os sujeitos por estarem comungando da mesma situação-problema a ser superada, no caso, a construção da escadaria. O desejo dos estudantes de apreenderem com a prática dos moradores foi um dos fatores que instigou os moradores, inclusive reconhecendo o protagonismo gerado por esses sujeitos.

– Eu acho que eles não foram mediadores, eu acho que eles eram atores, não mediadores. (Guilherme, morador)

– Trabalharam e em alguns momentos aceitaram também as nossas ideias... Porque a gente viu em alguns momentos as meninas dizendo "pega a picareta para mim?", "mas o que é isso? Que ferramenta é essa?", porque nós moradores estamos acostumados. Tem gente ali que eu acho que nunca tinha pegado em uma enxada, na

realidade, mas não foi por isso. Os estudantes pegaram na enxada, trabalharam, botaram massa, sabe. Eles vieram, na realidade, para agrupar e trabalhar junto com a gente. Você poderia, de repente, ter ouvido: "essa pedra tu tem que botar assim, aquela tu bota virada.", talvez comandar com perfil diferente. Não, eles vieram para trabalhar. Muitas vezes eles trabalharam muito mais que moradores, sinceramente. A maioria das vezes eles estavam ali carregando pedra e trabalhando. Então eu acho que, na realidade, agrupou. Formou uma coesão ali muito importante. (Seu Ricardo, morador)

Os sujeitos estudantes reconhecem que em alguns momentos as tensões de diálogo existentes com os moradores e moradoras envolvidas na construção resultavam na inabilidade dos próprios estudantes em transpor didaticamente o saber teórico na interface com o saber dos moradores e as necessidades construtivas. O caso já citado, mas que volta a estar presente na exposição do estudante Nathan, diz respeito ao impasse sobre o tamanho do degrau.

Eu acho que o aconteceu foi em alguns momentos não saber lidar com o nosso conhecimento teórico na relação com mais prático e isso aconteceu de ambos os lados. Isso porque da maneira como às vezes nós pensávamos que algumas coisas deveriam ser feitas de tal forma, nós não sabíamos exatamente como era na prática aquela forma. E outras que eles sabiam que tinham que ser feitas, eles não queriam tanto que houvesse a troca e ouvir o que nós estávamos falando. Eu senti isso principalmente com os construtores que em alguns momentos teimaram com algumas coisas. Um exemplo foi o caso da altura do degrau da escadaria. É algo pequeno, mas eu acho que nós conseguimos nos posicionar e fazer com que as outras pessoas falassem o que acham sobre a situação. (Nathan, estudante)

Nesse sentido, as formas de relacionamento entre os sujeitos na busca de superação e produção de um novo espaço através de relações sociais não antes existentes possibilitam um repensar dos objetivos de formação acadêmica, muitas das vezes centrada na lógica mercadológica e de mera prestação/execução de serviços sem criação de vínculos com os sujeitos com que se trabalham. Trata-se de se reconfigurar, seja em qualquer área do conhecimento, a relação do sujeito profissional com os demais sujeitos com quem se relaciona a partir de uma perspectiva dialógica, o encontro mediado de lógicas.

Acho que o caso da escadaria também faz repensar as técnicas e os aprendizados que se tem na Universidade. Ele nos possibilita outras formas de fazer que não só a forma mercadológica. Vem alguém contratado e burocraticamente vai executar algo de forma banal, sem inspirar nada. Eu sempre vou ter a escadaria como uma

referência. Quando alguém me dizer que tecnologia social não dá certo, eu tenho o exemplo da escadaria para colocar na discussão. (José, estudante)

A construção da Escadaria teve um enfrentamento institucional com o poder municipal local, mais precisamente, o executivo. O ativismo optou taticamente pela ação direta, método de reivindicação social que não realiza a mediação com o Estado ou governo, uma vez que para modificação na estrutura viária seria necessário um projeto de lei. Como elucidação comparativa, a estudante Lina relaciona o processo vivido no Jardim Universitário com outra situação também protagonizada por uma associação de moradores em Porto Alegre. Destacase a importância da base epistêmica da Geografia de compreender o espaço como potencial em transformação e a dependência temporal do método, a via institucional ou a ação direta.

Para mim esse processo de relação com o poder público e os mutirões é muito educativa. Isso porque talvez se alguém me contasse a história sem eu ter participado dela, talvez eu não concordasse. Mas daí vendo todo o processo mostra-se algo muito educativo. Tu vais aprendendo com as coisas que vão acontecendo na tua vida. E eu vejo o processo de construção da escadaria, hoje, como algo muito importante para concepção que tenho dentro da Geografia. É possível fazer o que se fez. E não só é possível, como em certas situações é a melhor forma. Estou me referindo a ação direta. A lei, em dados casos, não importa muito. E me parece certo entrar em confronto com o poder público. E o poder público vai tentar se apropriar de algo que é bem feito. E isso é mais legítimo para o poder público do que lei ou não-lei. Nós encaminhamos o levantamento da escadaria para ela ser legalizada, mas ninguém vai lá se atrever a dizer 'isso aqui não pode estar aqui'. Por quê? Porque está bem feito! Simplesmente por isso. E acho que nesse ponto entra a visão que eu não teria há dois anos e meio atrás. Essa forma de fazer as coisas não só pode, como deve. É um jeito. E mais, em certos lugares é o jeito. Porque logo que voltei de intercambio eu descobri que abriram uma passagem de pedestres aqui em Porto Alegre, no bairro Moinhos de Vento, perto de onde eu morava na adolescência e foi através do poder público, de uma associação de moradores. Foi um período de dez anos pleiteando até que se conseguisse fazer essa passagem. Quando eu tinha doze, treze anos eu cheguei a participar das reuniões de rua para pensar essa passagem e eu nunca tinha relacionado essa história com a escadaria. Embora as diferenças de lugares, são histórias muito parecidas. Só que na situação da passagem aqui em Porto Alegre, nunca se foi contra o poder público e o mesmo teve que ceder. E lá em Viamão a escadaria não seria possível se nós não tivéssemos pegado a mão na massa e feito. Por isso eu acho que em certos lugares, esse é o jeito. Em alguns lugares ele é um jeito, mas em outros é o jeito. Isso eu acho válido e como aprendizagem para mim é fundamental para saber que as transformações do espaço não passam só por questões legais ou está na mão do poder público, ela está na mão de quem vive o espaço. (Lina, estudante).

Nesse mesmo sentido, o estudante José argumenta que a construção da Escadaria, enquanto um referencial organizativo do ativismo de bairro, pode também ser enquadrada como uma afronta ao modo operante do Estado. Qualquer ação que não esteja sob o guarda-chuva de alguma instituição tem carência de legitimação social, do ponto de vista do instituído. Contudo, ações com os mutirões da Rua Sete Povos servem de contraponto a este modelo e abertura de outras formas instituintes de produção do espaço na perspectiva do ativismo de bairro.

O processo da escadaria é, para mim, um empoderamento pelo espaço. Ela é um marco, uma referência. Sempre que puder, eu vou trazer esse processo a tona. Acho que ela tem essa força por ser muito contra-hegemônica. Nós vivemos num contexto social no qual parece que nada pode ser feito sem o respaldo mínimo do Estado. Se não tem o Estado, sempre há uma falta de legitimidade. Principalmente dentro dos discursos que nós ouvimos na Universidade, pois ela impõe muito as questões normativas e padrões técnicos. Então, a construção da escadaria mostra que há outros jeitos. (José, estudante)

Para o próprio grupo de estudantes, principalmente os ligados ao EMVA, a construção da escadaria também permitiu um saldo organizativo e qualitativo porque a experiência desafiou o grupo a colocar em execução, a partir deles mesmos e na relação com os sujeitos com que estavam trabalhando, no caso, os moradores, um projeto urbanístico (mesmo que numa escala geográfica nano local). O relato da estudante Júlia traz elementos a respeito da superação em que os estudantes se colocaram na perspectiva do trabalho participativo. Vide:

Eu acho que a escadaria é só o registro, a materialização física desses meses de trabalho. No fundo, ela é o melhor exemplo do que se deseja com a proposta do projeto participativo. O trabalho no Jardim Universitário foi o primeiro no qual o EMVA construiu algo físico, mas as outras relações que se estabeleceram nos outros projetos do EMVA foram tão importantes quanto o que aconteceu no Jardim. Claro, nos projetos do Jardim Universitário se conseguiu ir um pouco mais além porque as pessoas tinham necessidades concretas. Também vejo que foi um tensionamento com o poder público no sentido da sociedade civil organizada conseguir se impor. Conseguir através da escadaria pleitear outras melhorias no bairro. Penso que foi importante no sentido de eles se enxergarem como potenciais reivindicadores para conseguir suas demandas frente ao poder público. Isso, por exemplo, acho que se refletiu na participação do Orçamento Público Estadual. Mas para mim o grande mérito do processo da escadaria, e ao mesmo tempo foi uma das minhas angústias em relação a profissão, foi de perceber que o impacto a longo prazo se deu nas relações que as pessoas desenvolveram e nas reflexões que elas fizera nesse

processo. Para mim a escadaria é bonita e integra aquela paisagem porque ela é emocional. (Júlia, estudante)

A dimensão do cotidiano aparece na exposição do estudante Otto, quando este valoriza o trabalho coletivo como uma das formas de superação de problemas que individualmente não seriam possíveis de resolução. O vínculo contínuo de experiências que os sujeitos produzem com dado espaço pode impossibilitar a criação de um inédito-viável uma vez que estes podem estar condicionados dentro dos padrões do cotidiano. É preciso algo externo ou uma mobilização coletiva para que a inércia do cotidiano seja rompida.

A impressão que eu tenho é de que a escadaria traduz muito as vontades das pessoas de fazer as coisas e que, em geral, acabando não conseguindo. Eu, por exemplo, não consigo resolver problemas cotidianos e todos têm esses problemas, mas às vezes vão se enrolando. A construção da escadaria foi uma força coletiva muito intensa e com muito cuidado. Não dava para fazer a escadaria sem pensar na drenagem. Ela é muito inspiradora. (Otto, estudante)

Na lógica de valorização da democracia direta, a interpretação da estudante Marina valoriza o trabalho da escadaria como uma experiência necessária para o momento de constituição da associação enquanto representação política do bairro. As práticas do mutirão, principalmente nos bairros com pouca infraestrutura urbana e serviços públicos, pode ser visto como uma resposta paliativa e viciante a demandas sociais. Contudo, entendido como um instrumento de acumulação de força organizativa e política dos próprios sujeitos que vivem no espaço e almejam melhorias nas suas condições de via, o mutirão pode ser uma tática de empoderamento tanto de moradores, sujeitos fixos como de estudantes e militantes, sujeitos fluidos.

Dá pra pensar quantas escadarias existem e quantas foram feitas pelas próprias pessoas que as utilizam? Em geral, o que acontece é contratar, pagar para outras pessoas fazer esses serviços que poderiam ser feito caso eles tivessem maior poder aquisitivo. Acho que não teriam passado os sábado construindo. Porém, dentro de um contexto de uma associação que ainda está começando, cada um tendo que dar um pouco de si para aquilo funcionar, o processo de construção da escadaria foge do padrão do que se pode encontrar em qualquer outro lugar. Ela é muito especial. (Marina, estudante)

Após a finalização da escadaria, mais precisamente no momento de sua inauguração, a prefeitura de Viamão, personificada pelo prefeito e seus assessores, estavam presentes na Rua Sete Povos. Isto porque foram convidados por iniciativa de alguns moradores. Contudo, por parte dos demais moradores e dos sujeitos fluidos, não se ausentaram as críticas ao movimento de apropriação de trabalho oriundo autenticamente do ativismo.

Deveria ter sido papel da prefeitura ter feito aquilo virar uma rua de fato, coisa que eles nunca fizeram. E quando as pessoas se mobilizaram e fizeram com as próprias mãos aquilo que era papel do poder público, a prefeitura se mostrou “nós também estamos aqui”. (Marina, estudante)

Isso soma-se ao imaginário que se criou nos demais moradores do Jardim Universitário que não participaram efetivamente dos mutirões de que teria sido o poder público municipal quem realizou a obra. A razão pela qual este imaginário se propagou deve-se ao fato de logo após a inauguração, não ter se fixado um marco que identificasse que a obra foi produto da organização política da AAMJU. No diálogo entre os moradores, a demonstração do que expomos nas linhas anteriores:

- A maioria pensa que foi a prefeitura que fez. (Marieta, moradora)
- Mas porque vocês não fizeram alguma coisa para identificar que foi a Associação que fez aquilo ali? (Dona Elisa, moradora)
- Uma placa, uma coisa... (Tia Maria, moradora)
- Mas o povo tem que ler, tem que ver, porque senão eles acreditam em qualquer um que fez. (Dona Elisa, moradora)
- Mas os políticos, eles querem fazer campanha, eles... (Tia Maria, moradora)

Mesmo com prática de apropriação por parte da prefeitura do trabalho realizado pelo ativismo, é importante destacar momentos em que o espírito de cooperação e coletividade instituídos durante a construção se evidenciam. O exemplo relatado pelo estudante Nathan a respeito da fotografia do dia da inauguração é uma demonstração do ganho de autonomia coletiva dentro do ativismo. A justificativa é de que ao fazer o registro com todos os presentes e não somente com alguns, o ativismo estava se contraponto à democracia representativa de que uns podem valer-se pelo desejo alheio.

Eu lembro de quando aconteceu a inauguração, o prefeito foi. E na hora de tirar a foto ele queria tirar foto só com quem era a liderança ou com as pessoas importantes da comunidade e daí alguém disse “não, vem todo mundo”. Todo mundo foi junto pra foto porque todo mundo era importante. (Nathan, estudante)

Os moradores que convidaram a prefeitura para a inauguração, durante o Grupo de Discussão, apresentaram os argumentos pelos quais fizeram este convite. Apresenta-se uma lógica de subalternização ao poder público, como se este não tivesse o dever de promover melhorias na infraestrutura viária da cidade. Historicamente, as organizações de bairro possuem, de maneira geral, relações políticas de muita proximidade com os representantes do Estado. Isso não inviabiliza a possibilidade que a experiência de construção da Escadaria, e até mesmo do ativismo como um todo, de tensionar essa cultura através de outras ações e reflexões a respeito de como se organizar e pleitear suas demandas.

Na verdade ali nós convidados a prefeitura. Nós convidamos o prefeito para vir, porque ali nós estávamos pensando em até talvez um trabalho embrionário, de repente, entre prefeitura e comunidade, que eu acho que pode funcionar. A gente tem que fazer alguma coisa, não adianta só a gente cobrar. Também a gente pode fazer alguma coisa, desde que eles tenham estrutura e nos dê a estrutura. Eu acho que trabalhar em conjunto, muita coisa estaria melhor aqui. Mas aquele dia a gente convidou o prefeito por quê? Até em consideração ao maquinário... não deram grande estrutura, mas o pouco que eles fizeram, porque nós queríamos, em outras coisas que nós precisássemos, eles estariam junto com a gente. Essa era a intenção. Então eles foram convidados para ir para a inauguração da escadaria. (Seu Ricardo, morador)

Ao responder a pergunta sobre a possibilidade de realizar a experiência de construção da Escadaria em outras partes da cidade, um dos moradores destaca o caráter exemplar e o potencial de articulação com outras associações em outros espaços (outras escalas).

Com certeza, eu acho que poderia. Se a própria prefeitura investisse em associações e organizar os moradores por bairro, fazer projetos, dar um apoio logístico muito melhor, muita coisa seria diferente. O pessoal se uniria muito mais. (Seu Ricardo, morador)

As demandas por uma produção de espaço, como proposto por Lefebvre (1978), faz com que surja então a demanda por relações sociais antes não instituídas. A construção da escadaria, construção material, política e simbólica do espaço, fez com que as relações sociais de sociabilidade entre moradores fossem construídas. Viver o espaço na temporalidade do convívio de uma causa conjunta e mútua permite laços de solidariedade e afetividade que talvez não fossem possíveis sem este mote. Conhecer os vizinhos é conhecer os espaços de moradia por diferentes perspectivas, porque estes partilham de memórias que se sobrepõem a partir do mesmo lócus de enunciação – ao menos na escala de bairro.

Eu tinha muitos moradores que não conhecia. Pela associação e pelo trabalho eu comecei a conhecer os meus vizinhos do meu bairro, sinceramente. Conheci muitas pessoas até pelo próprio hábito de a gente andar mais pelas ruas... A gente não circula no bairro. Eu quase não círculo, saio de carro e ponto final, já era. Mas aí a gente começou a andar mais... e nesse trabalho, começava assim, alguns finais de semana, sábado e domingo, ali tu acaba trabalhando e conversando com a pessoa. Começa a conhecer um pouco da história e passar um pouco da sua história. E eu acho que isso começou a se tornar uma amizade, na realidade. Mas eu digo, isso ajudou muito a agrupar. (Seu Ricardo, morador)

A sociabilidade gerada entre os moradores que começaram a se conhecer a partir da produção da escadaria é um dos fatores que estimula o estabelecimento de confiança entre os sujeitos, no caso, os demais moradores que não estavam envolvidos ainda com o ativismo. Esses moradores começaram a participar das atividades da AAMJU e foram de suma importância para saldo organizativo da reunião de Rua da Sete Povos.

Sobre a participação feminina na construção da Escadaria - antes e posteriormente também-, a estudante Marina releva o quanto importante e decisiva foi a contribuição das moradoras: *“antes mesmo da construção, eu já tinha sentido que as mulheres se expunham muito. Colocavam muito o seu ponto de vista e com opiniões fortes.”* Exemplos do determinante através da condição de gênero são apresentados nas duas passagens que seguem em que os estudantes debatem a situação da oficina de projeção e na sequência como ela repercutiu no final de semana seguinte no canteiro de obra:

Sim, tinha sido feito uma oficina de projeção com uma maquete de barro e quem mais participou dessa atividade foram as mulheres da comunidade. As mulheres

tinham decidido que a escadaria teria curvas e os homens, que eram os construtores, embora algumas mulheres tenham ajudado a construir também, mas em termos quantitativos os homens eram maioria, e eles queriam mais rápido. Por isso eles queriam passar por cima de todo o planejamento que já tinha sido feito. (Marina, estudante)

– Eu acho que o grupo de mulheres mais ativo durante esse período da construção. Tinham as três Reginas, a Dona Elsa, Dona Ângela, Fabiana, a Dona Ivone, a Marta, Dandara, neta da Dona Elsa que aparecia mais durante os almoços, a Dona Marieta, a Laura filha da Dona Marieta e irmã do Guilherme, a Claudete. Essas eram as que mais participavam. (Júlia, estudante)

– Tinha uma moradora da Rua Sete Povos que era uma das mais ativas. Ela assentava as pedras, tinha café numa mão, a colher de pedreiro com cimento na outra e cigarro na boca... Ela fazia tarefas que normalmente os homens faziam. E tinha outra mulher da Rua Sete Povos que estava sempre junto com ela. (Nathan, estudante)

A moradora descrita pelo estudante Nathan como uma das mais ativas, é novamente citada em outro momento do Grupo de Discussão. Segundo Júlia, esta moradora desenvolveu o protagonismo no processo de construção da escadaria e fez com que a mesma se sentisse mais respeitada frente aos demais moradores.

Tinha uma moradora da Rua Sete Povos que tinha uma opinião bem forte e ela se colocava bastante nas assembleias. E ela se colocava não só nas decisões de projeto, mas também a respeito das formas de financiamento. Ia ser por rifa ou como iria ser? Ela foi uma das moradoras que mais participou e ela se sentia legítima de estar fazendo isso porque ela sabia que estava sendo muito ativa. E que ela devia ser respeitada por isso. (Júlia, estudante)

A participação das moradoras, como elucidado pela estudante Júlia, é herança política do ativismo do Clube de Mães. A significativa influência política no processo de construção da escadaria aconteceu através da efetiva possibilidade de que suas posições fossem executadas pelos demais sujeitos. Há um movimento de empoderamento sobre um espaço, no caso o canteiro de obras, do qual anteriormente elas não necessariamente sentiam-se dispostas.

A associação é muito ligada a história do Clube de Mãe. Então a presença feminina na tomada de decisões sempre foi muito forte lá dentro. Eu acho que o processo de construção da escadaria gerou foi elas perceberem que um canteiro de obra, que na teoria e na prática é muito masculinizado, também tinha um espaço delas ali dentro e que elas conseguiam ser produtivas ali dentro. Acho que isso fez elas se sentirem

mais a vontade em expor o que queriam. No sentido de “não preciso depender se isso pode existir construtivamente ou não, eu quero expor o que eu quero para esse espaço e depois vemos se é possível ou não”. (Júlia, estudante)

A participação das estudantes era algo que marcava e retroalimentava a disposição política de participação das moradoras. Constitui-se uma relação de empatia entre as estudantes e as moradoras, relação social que na produção do espaço, principalmente por estas se surpreenderem com o trabalho físico realizado não só pelas estudantes, mas também pela própria condição de estudantes universitárias na qual o trabalho intelectual é o mais habitual. A relação de empatia e solidariedade entre estudantes e moradoras foi fundamental para empoderamento de ambas durante o processo.

Eu me lembro daquela mocinha estudante de geologia assentando pedra. [...] Eu acho que foi muito interessante. Ela parecia que gostava do que estava fazendo. (Dona Elsa, moradora)

Sobre a qualidade da intervenção, os moradores reconhecem que a construção da Escadaria foi, até então, a mais precisa e completa que a associação desenvolveu. Isso reflete a dedicação, tanto política como técnica, que os sujeitos que se engajaram estabeleceram. A produção do espaço foi processada com responsabilidade de alterar a rua para melhorar a mobilidade local dentro das condições materiais e objetivas que se fizeram possíveis.

A primeira intervenção do bairro e foi a mais completa até agora. Foi a primeira e a mais completa, porque a do Dalton⁵⁸ foi mais feita assim: "vamos lá.". O outro lá embaixo, da escadaria, foi a mais completa, foi a primeira e a melhor. (Guilherme, morador)

No diálogo entre os estudantes, durante uma visita realizada no segundo semestre de 2015, há também o reconhecimento da legitimidade da produção do espaço e como pertencimento desta produção gerou consequências no entorno da Rua Sete Povos. A modificação não só pontual e restrita ao espaço da Escadaria, mas também aos arredores

⁵⁸ Intervenção da AAMJU no bairro durante o ano de 2014.

permitiu uma interpretação de efeito multiplicador. A modificação do espaço público e coletivo mobilizou a melhoria de espaços privados, como os da residência de alguns moradores.

- Eu também fui no galetto e gostei de muito da sede, mas me emocionou mais nesse dia passar pela escadaria. Embora eu tivesse passado muitas vezes por ela, aquele dia ela estava muito especial. Parece que ela sempre esteve ali. (Lina, estudante)
- A escadaria pertence muito aquele lugar. (Marina, estudante)
- Exatamente, ela parece que cresceu ali. (Nathan, estudante)
- Sim, eu fico pensando como é que antes existia o ‘barranco-do-quebra-pé’. (Lina, estudante)
- A casa da Dona Ângela também está diferente. Ela deu uma reformada. (Marina, estudante)

A estudante Lina destaca na sua exposição o quanto a dimensão processual da construção é importante para valorização da produção da escadaria. O procedimento de trabalho participativo necessitava que houvesse o engajamento dos sujeitos para que a construção acontecesse de forma apropriada e legítima. O acúmulo de ações e reflexões apropriadas pelos sujeitos fez com que não só a Escadaria seja um referencial para o bairro e a própria cidade de Viamão, mas também para o restante da trajetória de vida dos sujeitos que participaram.

E acho que é importante ressaltar o processo em si. Eu fico pensando às vezes se mostrar a foto da escadaria não é diminuir um pouco tudo que se passou. Tudo que aconteceu nesse processo foi muito válido: as discussões, das aberturas para as pessoas participarem, de todos fazerem as coisas juntos, dos almoços coletivos... Acho que tudo isso entra no processo e nenhum relato por mais completo que seja ou alguma foto consegue mostrar tudo o que de fato aconteceu. E isso legitima qualquer embate que possamos ter com o poder público. (Lina, estudante)

Tanto a técnica, dimensão epistêmica como a política são postas como associadas no sentido de reconhecimento do trabalho coletivo e até mesmo de perspectiva horizontal. Conforme o estudante José:

A importância da escadaria não é somente do ponto de vista político, mas também técnico. Se ela não tivesse os cuidados técnicos e, digamos assim, ela não tivesse

dado certo, nós iríamos ter escutado “olha só, essas coisas coletivas nunca funcionam”. Então, acho que tem isso também. Não é só o caráter político, tem também a importância técnica. (José, estudante)

Esta valorização, tanto da obra em si como dos próprios sujeitos aconteceu também através do autorretrato destes trabalhando nos mutirões. Neste sentido, a estima dos sujeitos é posta como um dos fatores a ser valorizado pelo ativismo durante a produção do espaço. Não é só o trecho da Rua Sete Povos que se encontra materialmente melhor, mas também a subjetividade dos sujeitos que simbolicamente sentem que o novo espaço impõe respeito por terem condições dignas de viver naquele bairro.

Para finalizar esta seção, citamos a passagem de um dos artigos produzidos coletivamente pelos estudantes que participaram da construção da Escadaria. Nele, destacamos que o ativismo de bairro da AAMJU tem se preocupado com a produção de espaços que promovam o encontro, o fluxo e a reunião, ao contrário de espaços que segregam e bloqueiam as relações entre os sujeitos.

Da mesma forma como na sua gênese, em que a AAMJU tinha como pano de fundo a questão do fechamento ou não do acesso entre o Campus do Vale e o bairro Jardim Universitário, o trabalho da Escadaria da Rua Sete Povos também colocou em xeque a possibilidade da abertura de uma passagem, um espaço de fluxo. Neste sentido, a AAMJU caracteriza-se, no trabalho com os demais grupos que atuam em cooperação, como uma organização que privilegia a criação de espaços de acessos e encontros, ao invés de espaços que separam e segregam (SOUZA, 2006). (VECCHIA, RIBEIRO, BERNY, 2014, p. 445)

Ainda que com certo déficit teórico e conceitual em razão das adversas condições de produção, que da presente dissertação, principalmente, passou nos últimos meses, acreditamos que alguns passos em termos de elucidação analíticos da experiência foram possíveis de serem dados. Contudo, ainda está aberto avançar na tríplice interface do referencial teórico conceitual, descrição e dados das entrevistas. Esta é uma tarefa que, superado os prazos burocráticos, continuará em exercício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da dissertação objetivamos apontar algumas reflexões que impulsionassem responder a nossa pergunta de investigação: “*Como a produção do espaço é condicionado e condicionante dos sujeitos que o vivenciam?*” Uma pergunta ampla nos exigiu um detalhado grau descritivo da experiência organizativa para que o empírico pudesse dialogar com os discursos produzidos pelos sujeitos e as referências teóricas e conceituais. A pergunta, a qual nos suscita outras, não tem uma resposta definitiva, mas um conjunto de pequenas avaliações que serão apresentadas a partir de então.

Primeiramente, destacamos que a temporalidade da produção do espaço do ativismo de bairro, como sinalizado por Campos (2014) acontece pela sucessão de ações e não pela simultaneidade. Os diferentes sujeitos possuem ritmos distintos de ações e reflexões e é necessário que haja uma equalização entre tais ritmos para que não se sobreponha a lógica de um sujeito sobre o outro. Os moradores, em geral, possuem uma temporalidade mais lenta se comparada com os estudantes e militantes. Isso se deve, em certa medida, pelo espaço que cada sujeito ocupa, ou seja, seus circuitos espaciais. Se os estudantes e militantes são oriundos do espaço acadêmico, em que vigora uma temporalidade acelerada de produção, esta não é a mesma do morador em seu espaço de moradia, no qual busca uma temporalidade do repouso, do lazer, das tarefas cotidianas. A copresença desses sujeitos no bairro, espaço das transformações sócio-espaciais, é o que exige a equalização de temporalidades.

A lógica preferencial para alocação dos sujeitos nos recortes espaciais se dá no território, onde são pautadas pelas disputas, porém, como foi dito anteriormente, este tem a copresença do lugar, onde a base da conservação dos valores societária é resguardada pelas pessoas. Aqui, a tradição que tem como base o lugar com os fluxos horizontais, a sucessão eivada de diacronia produzindo a cotidianidade, todas as pessoas, continuam sendo diferenciadas, pois os circuitos espaciais onde elas transitam também se distinguem e se afastam um dos outros. Os afastamentos são, de certa maneira, inexoráveis em função dos papéis sociais desempenhados por cada grupo. (CAMPOS, 2014, p. 62)

A fluidez dos sujeitos estudantes e militantes em seus circuitos espaciais alimentam uma temporalidade mais acelerada do que a fixidez dos sujeitos moradores. Nesse sentido, não se trata de entender as características de fluidez e fixidez como antagônicas, mas como complementares uma vez que permitem o diálogo consensual entre os sujeitos na busca de

superação de situações-limites. O sujeito morador, ao acumular mais tempo em seu espaço de moradia, pode desenvolver percepções sobre este espaço que os demais sujeitos não são capazes de elaborar. Já os outros sujeitos, justamente por frequentarem distintos espaços e sofrerem inúmeras influências, podem acumular outras percepções relacionais, ou seja comparações, que possibilitam projetar a produção espacial com a convergência de outras escalas. Por isso, a impotência de que o diálogo, a busca consensual para equalizar os ritmos das temporalidades entre os sujeitos fluidos e os fixos.

Outro ponto importante a ser elevado é a crítica de que, por mais que tenha sido colocado em xeque inúmeras vezes, a dimensão assistencialista do ativismo em relação ao poder público pouco foi abalada. Nesse sentido, embora ganhos de autonomia em termos de organização política dos sujeitos tenham sido alcançados, por exemplo, aumentando qualitativa e quantitativamente a participação dos moradores na AAMJU, não foram suficientes para fazer frente à cultura política do acesso privilegiado a recursos públicos. No caso da construção da escadaria, é evidente o quanto a AAMJU negociou com os representantes da prefeitura no boca-a-boca, ausente de uma via institucional, sem quaisquer garantias legais do que estava sendo prometido.

Por terceiro, a produção do espaço no ativismo de bairro do Jardim Universitário, e isso está muito relacionado à falta de capacidade de gerar fluidez nos sujeitos moradores, não superou o localismo (privilegio de ações somente no bairro). Embora o presidente da associação tenha conseguido adquirir requisitos para transitar em diferentes circuitos espaciais, trata-se de apenas um dos moradores e não de um conjunto significativo dos sujeitos. O Localismo articula-se com o que Souza (2000, p. 160) denominou de “corporativismo espacial”, quando os sujeitos e as organizações sociais de bairro, como uma associação de moradores, objetivam melhorias materiais e imateriais que beneficiem somente o “seu” espaço e não o todo da cidade.

A supervalorização do bairro, espaço mais imediato do convívio dos moradores, impediu que os sujeitos projetassem articulações para a cidade de Viamão como um todo. Os sujeitos estudantes e militantes tão pouco conseguiram convencer sobre a necessidade de abrir-se para as demandas de outros bairros e articular uma organização que possibilitasse os ativismos de bairros serem propositivos em relação à gestão pública.

A produção do espaço realizada pelos próprios sujeitos que o vivenciam é realizada através, segundo nossa avaliação, de uma conjunção de técnicas de reprodução, ou seja, que

geram produtos, com as técnicas provenientes da criação, do que é novo, nascente do diálogo entre os sujeitos. Na abordagem de LEFEBVRE (2013), o modelo produtivo capitalista faz com que o repetitivo domine a unicidade, o artificial predomina sobre a espontaneidade, ou seja, o produto é majoritário frente à obra. Na experiência analisada, a reforma da associação e a construção da escadaria são momentos marcantes das práticas espaciais de refuncionalização e reestruturação do espaço em que o método de produzir combina a reprodução de técnicas construtivas com a criação do diálogo das matrizes de diferentes saberes, dos moradores, dos estudantes e dos militantes, que afloram o novo. Este novo, enquanto concepção do espaço por parte dos sujeitos, seja do bairro na Rua Sete Povos ou na sede da AAMJU, é materializado pelos mutirões e com técnicas construtivas convencionais. Não se abriu mão do uso do cimento ou da pedra grés em detrimento de materiais de bioconstrução, por exemplo, contudo, o que gostaríamos de deixar evidente, é que o novo da produção do espaço está justamente no “como” (novamente a importância deste termo) o cimento ou a pedra grés foram utilizadas na modificação material do espaço. Não se tratava de uma decisão isolada de apenas alguns sujeitos no canteiro que poderiam ser enquadrados nos moldes da tecnocracia. As decisões, no caso da Escadaria, são frutos de uma relação dialógica da oficina de projeção na qual foram estabelecidos pelas moradoras os princípios construtivos e os mesmos foram respeitados no restante da construção. O confronto aberto a ideias, não isento de conflitos, pelo contrário, movido por este, é o que operou nas decisões sobre a escadaria.

Da mesma forma, poderíamos exemplificar com o caso das oficinas com os jovens em que a percepção de o que deveria ser feito para que o bairro fosse mais interessante para eles nasceu através do diálogo na elaboração de temas geradores. Na questão do fechamento ou não da passagem, ponto central do estabelecimento de vínculo inicial entre os sujeitos, também uma atuação dialógica se fez presente. Não foi por acaso que a primeira atividade foi justamente um seminário, evento no qual caracteristicamente o diálogo se fez necessário. Assim sendo, ressaltamos que a produção do espaço se dá pela condição social do diálogo entre os sujeitos que o vivem. Os sujeitos em comunicação entre si, com encontro de distintas matrizes de pensamento e organização do mundo, projetam e modificam o espaço conforme suas trajetórias e interesses. Então: o espaço se produz e reproduz através dos sujeitos que o vivenciam com diálogo.

O espaço, no caso do Jardim Universitário, também se caracteriza como decisivo para produção do ativismo. Na exposição do morador Ricardo, o mesmo relata como antes da AAMJU o bairro teve organização comunitária, mas que a ausência de um espaço próprio foi um entrave para o avanço organizativo dos moradores. O exemplo citado é que os moradores até conseguiram avançar na demanda de iluminação pública, mas ela foi pontual. Não se teve saltos organizativos após a conquista dessa demanda. A AAMJU, por partir de um espaço próprio, herança da do Clube de Mães, já avança para outras questões organizativas através de uma referência espacial coletiva, não individual. Trata-se de um substrato material que está pronto para carregar a identidade coletiva do bairro no qual os moradores teceram suas relações organizativas.

Então nós tínhamos camiseta, tudo organizado. Era comissão de moradores e, naquela época, o prefeito muitas vezes nos recebia também já para alguma coisa. Só o que aconteceu, nós não montamos uma (Associação) porque não tinha uma pessoa que queria, "eu vou montar uma (Associação), esse trabalho todo.", porque dá trabalho. Isso, nós participavam. E na realidade nós... eu estou falando sobre o prédio da associação, a sede. É importante se ter um espaço. Nós não tínhamos um espaço. Nós fazíamos reunião onde? Uma vez na casa de um morador, uma vez fizemos uma reunião lá em casa. O senhor Antônio da Umbanda ali às vezes ele dava espaço para nós nos reunirmos ali, sabe. Mas aquela coisa de não saber onde tu ia fazer uma reunião e o ponto de referência, o grupo começou a se desmobilizar, na realidade. E o outro ponto que ele se desmobilizou foi porque algumas coisas nós conseguimos, era isso que a gente queria, não precisou estar mais unido. A iluminação ali, na realidade, não tinha iluminação na Avenida Universitária, aí nós... eu arrecadei o dinheiro. Eu fiz isso. Comecei a pegar dinheiro dos moradores, compramos os postes, compramos as luminárias e aí a prefeitura veio e colocou todos os postes para nós. Mas todo mês eu arrecada 20 pila, alguma coisa de cada um e prestava conta. Comprava, mostrava a nota para o pessoal. Mas depois que a gente conseguiu essas coisas, não tinha espaço, aí a gente se separou. Na realidade foi esse o negócio da época. O Sadir que deu as camisetas para nós. Então o espaço é muito importante. A gente dava continuidade, na realidade, tu tem um ponto de referência. Então essa... você perguntou que nós ganhamos esse prédio aqui e eu acho que nós pulamos uma etapa já, avançamos esse título. Se nós fossemos começar a nos organizar, até conseguir o espaço, talvez nós não tivéssemos uma associação com essa estrutura que nós temos de pessoas, na realidade. Mas foi um passo muito importante, uma etapa que nós pulamos aí, que nós avançamos. (Seu Ricardo, morador)

Há que colocar em destaque ainda a importância da experiência para a trajetória de vida de todos os sujeitos que participaram da mesma. Se para os moradores as transformações sócio-espaciais alteram seu cotidiano, posto que no espaço do bairro é possível de usufruí-las, seja materialmente com a escadaria, por exemplo, seja simbolicamente com uma maior autoestima pelo espaço, os sujeitos estudantes e militantes também carregarão com si as

aprendizagens de diálogo que desenvolvem ao produzir o espaço com um horizonte de geração de autonomia. Isso impactou na formação profissional desses e, possivelmente, permite a reflexão crítica sobre ao modo operar tecnocrático.

É sabido por parte do autor que esta dissertação, balizada pela carga empírica da experiência que tratou de colocar em evidência, ainda precisa dar passos mais consistentes em razão de argumentação teórica e conceitual. Esta é uma lacuna que deve ser preenchida com um leque maior de leituras e maturação reflexiva, o que nos exige uma maior temporalidade de produção do conhecimento. Mesmo com estas ausências, acreditamos ter apresentado para o leitor uma pesquisa que, em parte, responde nossa pergunta de investigação.

Por último, destacamos a beleza da experiência a qual buscamos sistematizar e refletir a qual primou, não isenta de contradições, pela geração de autonomia dos sujeitos que nela se envolveram e deixaram sua íris. O protagonismo de estudantes, militantes e moradores na produção do espaço no Jardim Universitário é um processo em que todos ainda ressignificarão ao longo de suas próprias trajetórias. É de se admirar quando, ao final de cada caminhar, nos damos conta que a nossa história foi feita por nós mesmo, não?

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard S. **Segredos e truques de pesquisa**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. – Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma pesquisa do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BENEVIDES, Silvio; LUZ, Sóstenesda. Juventudes e participação: os atores de uma nova dimensão do político: o caso do Levante Popular da Juventude. In: **Acta Científica XXIX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2013**. 2013 Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT22/GT22_OliveiraBenevides_AroeiradaLuz.pdf> Acessado em: 11 de Janeiro de 2016).

BOOKCHIN, Murray. **O municipalismo libertário**. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

CAMPOS, Andreino. Movimentos em estruturas “sócios-espaciais”: em busca dos sujeitos subalternos. In: SILVA, Catia Antonia da. **Por uma geografia das existências**: movimentos, ação social e produção do espaço / Catia Antonia da Silva, Andreino Campos, Nilo Sérgio d’Avila Modesto. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

CARLOS, A. F. et al. **A produção do Espaço Urbano**: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. 240 p.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **As Encruzilhadas do labirinto I**. Tradução Carmen Sylvia Guedes, Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992.

_____. **As Encruzilhadas do labirinto III**: o mundo fragmentado. Tradução Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CÓRDOVA, Rogério de Andrade. **Instituição, Educação e Autonomia**: na obra de Cornelius Castoriadis. Brasília: Plano Editora, 2004.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de Coleta e Análise Qualitativa de Dados. In: NEVES, Clarissa Eckert Baerta; CORRÊA, Maíra Baumgarten. **Pesquisa Social Empírica**: Métodos e Técnicas. Cadernos de Sociologia Nº 9, Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS. 1998.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** - Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1971.

FERREIRA, Evandson Paiva. **Filosofia, Democracia e Autonomia**: O Pensamento de Cornelius Castoriadis e a Formação Humana. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.

GALLINATI, Carla [et al.]. **Fronteiras da Integração: dimensões culturais do Mercosul**. Porto Alegre: Território das Artes, 2011.

GODOY, P.R.T. de. A Produção do Espaço: uma reaproximação conceitual da Perspectiva Lefebvriana. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 23, pp. 125 - 132, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

GRANDI, Matheus da Silveira. **Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2010.

HALLEY, B. M. Bairro rural/bairro urbano: uma revisão conceitual. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p.577-593, 2014.

JARA, Holliday Oscar. **A Sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis**. Tradução de Luciana Gafrée e Sílvia Pineviro; colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. – 1. Ed. – Brasília, DF: CONTAG, 2012. – 332 p.

LACOSTE, Yves. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papyrus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **A vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, S.L., 2013.

LOREA, Ion Martínez. Prólogo: Henri Lefebvre y los espacios de lo posible. In: LEBEVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, S.L., 2013.

LORENZON, Rodrigo Rosado. **ReciclaMusicando: Práticas musicais através de instrumentos construídos de material reciclado**. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, E.; CECEÑA, A. E. (orgs.) **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

QUINTERO, José Angél. Wopukarūjatumiwataawai: El camino hacia nuestro propio saber. Reflexiones para la construcción autónoma de la educación indígena. **Utopía y Praxis Latinoamericana** / Año 16. Nº 54 (Julio-Septiembre, 2011) Pp. 93 – 116 Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social CESA – FCES – Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela.

RECLUS, Elisée. **Do sentimento da Natureza nas Sociedades Modernas**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário, 2010.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia . **Hambre de Huelga:** Ch'ixinakax Utxiwa y otros texts. México: La Mirada Salvaje, 2014.

ROTOLO, Tatiana Macedo Soares. **O Elogio da Política:** Práxis e Autonomia no Pensamento de Cornelius Castoriadis. Tese de Doutorado. Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. – 4 ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Coleção Milton Santos)

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo.** Tradução de Sandra Lencioni. - 5ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Cidadania e Exclusão:** os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

SOTO, William Héctor Gómez. O pensamento crítico de Henri Lefebvre. In: **Revista Espaço Acadêmico** – Número 140 – Janeiro de 2013. Disponível em <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/17379/10262>> Acessado em: março de 2016.

ALBUQUERQUE, Targélia de SOUZA. Gestão Paulo Freire: ousadia de democratizar a “educação na cidade” de São Paulo. In: SOUZA, Ana Inês, et al. (org.) **Paulo Freire. Vida e Obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio Metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368p.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O que pode o ativismo de bairro?** Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. Dissertação. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1988.

_____. **A prisão e a Ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Geografia: A hora e a vez do pensamento libertário. In: **Boletim Gaúcho de Geografia.**/ Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Porto alegre. Vol. 38, n.1-2. Porto Alegre: Editora Deriva, 2011.

_____. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial.** 1 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **Dos Espaços de Controle aos Territórios Dissidentes:** escritos de divulgação científica e análise política – 1 ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. **Os geógrafos e os movimentos sociais: como cooperar? Dez teses para debate.** Disponível em: <http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/geografosmovimentossociais-1.pdf> s/l. s/d.. Acesso em junho de 2017.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia:** contribuições para o ensino do pensamento geográfico. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VECCHIA, Igor; ALVES, Isabel. Transformar o espaço a partir de si mesmo e dos outros: relato sobre o Jardim Universitário, Viamão – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce Maria A.; PIRES, Cláudia Zeferino; OLIVEIRA, Mateus Gleiser. **Geografia e Ambiente.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015.

VECCHIA, Igor; RIBEIRO, Andressa; BERNY, Rafael. Organização popular e autoconstrução: o caso da escadaria da rua sete povos em Viamão-RS. In: **Anais do 6º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária.** Belém do Pará: 2014. Disponível em: <<http://www.6cbeu.ufpa.br/ebook/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Oral/Direitos%20Humanos%20e%20Justi%C3%A7a.pdf>> Acessado em: 12 de Janeiro de 2016.

Sítios Eletrônicos Consultados

NEGA - Disponível em: <<http://negamais10.blogspot.com.br/#!>> Acesso em 19 de fevereiro de 2016.

Território Autônomo - Disponível em: <<https://territorioautonomo.wordpress.com/segundo-coluquio-territorio-autonomo-2012/>> Acessado em 19 de fevereiro de 2016.

Globo - Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/05/mulher-morre-atropelada-por-onibus-dentro-do-campus-da-ufrgs.html>> Acessado em 19 de fevereiro de 2016.

EIV - Disponível em: <<https://eivrs.wordpress.com/sobreoeiv/>> Acessado em: 11 de Janeiro de 2016.

Via Campesina - Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/organizacionmenu-44/iquisomos-mainmenu-45>> Acessado em: 12 de Janeiro de 2016).

MMA - Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes>>Acessado em: 8 de Janeiro de 2016.

SaneSul- Disponível em: <<http://www.sanesul.ms.gov.br/conteudos.aspx?id=8> > Acessado em: 13 de Janeiro de 2016.

FENEA - Disponível em: <<http://www.fenea.org/senemau-1>> Acessado em 13 de janeiro de 2016.